



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 142

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 08 de setembro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se a agenda da reunião com o debate de urgência sobre **“Funcionamento do Serviço Regional de Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a intervenção inicial pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), usou da palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*).

Seguiram-se as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Mónica Seidi (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Cesar Toste (*PSD*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Luís Maurício (*PSD*).

Proferiram um protesto e um contraprotesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), respetivamente.

Dando continuidade à agenda da reunião, passou-se ao debate conjunto das seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º 246/XI – “Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Domingos Cunha (*PS*), José San-Bento (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 247/XI – “Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Domingos Cunha (*PS*), José San-Bento (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Mónica Seidi (*PSD*), Graça Silveira (*Independente*) e João Corvelo (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria da Graça Oliveira Silva

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

José Manuel Gregório Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima de Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O nosso primeiro ponto da agenda é um debate de urgência sobre o “**Funcionamento do Serviço Regional de Saúde**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do Regimento. E os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o interpelante,

o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; o PCP e o PPM, 10 minutos; e a Sra. Deputada independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O setor da Saúde é, para o PSD/Açores, um setor prioritário da sua ação política.

Ao longo da presente legislatura, os açorianos sempre puderam contar conosco na defesa intransigente dos seus direitos, com o propósito de termos um Serviço Regional de Saúde acessível a todos, de Santa Maria ao Corvo.

Estivemos sempre ao lado dos açorianos, ora denunciando e fiscalizando a ação governativa, ora com sentido de responsabilidade e propositura, contribuindo para que o Serviço Regional de Saúde se tornasse ainda mais robusto.

Falamos de tempo de espera, não só de cirurgias, mas também de atos médicos como consultas e realização de exames complementares de diagnóstico, salientando o incumprimento constante da legislação.

Falamos da deslocação de médicos especialistas a ilhas sem hospital, mesmo após a elaboração da Portaria n.º 95/2018, de 2 de agosto de 2018, que continua a não dar resposta necessária a este velho problema que assola as ilhas sem hospital.

Falamos de atrasos nos pagamentos de diárias aos utentes do Serviço Regional de Saúde para que o Governo Regional cumprisse aquilo que criou, eliminando assim uma situação incómoda para várias centenas de açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Propusemos, ainda, aliviar a política hospitalocêntrica a nível das pequenas cirurgias, pois percebemos que os nossos hospitais não podem, não devem e não têm a capacidade para dar resposta a todo o tipo de solicitações.

Enfim, abordamos e fizemos propostas para este setor porque sentimos que esta é uma preocupação diária e constante na vida dos açorianos.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Em março de 2020, perante uma ameaça global denominada SARS-CoV-2, o mundo viu-se obrigado a redefinir prioridades, e os Açores não foram nem são exceção. Mais do que nunca, a necessidade de planificar o presente e o futuro em simultâneo assumiu uma importância de especial relevância, sendo mesmo condição *sine qua non* para que se alcance a resposta adequada.

Neste sentido, em maio de 2020, esta Câmara aprovou, por unanimidade, uma Resolução do PSD/Açores para que, de forma urgente, fosse elaborado e apresentado aos açorianos um plano de retoma da atividade assistencial médica até então suspensa devido à COVID-19. Quatro meses após a apresentação e votação da nossa proposta, este plano não é conhecido.

Esta é terceira vez que trazemos este assunto a debate porque efetivamente é uma preocupação nossa, relatada até na primeira pessoa, neste caso por açorianos, com vários exemplos de sucessivos adiamentos de atos médicos. Não será tempo de reconhecer devidamente todas as outras doenças não relacionadas com a atual pandemia, sendo que algumas delas são tão ou mais letais?

Analisemos a mortalidade excessiva verificada entre janeiro e setembro de 2020 na Região Autónoma dos Açores e comparemos o seu valor com a média de períodos homólogos nos 6 anos anteriores. O que se observa é que

há um aumento de 5.3%, ou seja, a mortalidade aumentou 5.3% nos primeiros 8 meses deste ano quando comparada com média de igual período entre 2014 e 2019. Mesmo se tirarmos os doentes falecidos devido à COVID-19, o que se verifica mais uma vez é um aumento da mortalidade excessiva em 4% comparativamente à média em igual período dos últimos 6 anos.

Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde, perante os números que acabo de enunciar e que são públicos, pergunto-lhe se à terceira é que é de vez, isto é, se será hoje que finalmente irá partilhar com os açorianos e com esta Câmara, tal como fez o Governo Socialista na República, os números referentes à atividade assistencial que não foi executada devido à atual pandemia e que até agora teima em esconder.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PSD/Açores defendeu sempre que não bastava afirmar que a retoma da atividade estava a ser pensada, seria, antes, mais importante que este anúncio, concretizá-la efetivamente. Que não bastaria anunciar que a mesma seria faseada, seria mais prudente planificá-la de forma rigorosa tendo em conta os vários atos médicos e os diferentes níveis de prioridade. Não nos enganamos!

Continuamos a insistir nesta matéria, porque o que nos move são os interesses dos açorianos e porque é uma tremenda desconsideração continuar a ignorar aquilo que esta Assembleia recomendou e que foi aprovado por todos os partidos aqui presentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ou, então, à semelhança do que se verifica noutras áreas de governação, o Executivo Açoriano, de forma propositada, esconde essa informação aos açorianos e a este Parlamento.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Para o PSD/Açores, um dos pilares essenciais ao bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde são os seus profissionais, independentemente da sua categoria. Não o afirmamos apenas agora durante a pandemia. Para o PSD/Açores, já é assim há muito tempo e só assim faz sentido. E, por isso, é essencial reconhecer o seu valor, a sua dedicação e empenho nas mais diversas situações.

O que se está a passar com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e com os enfermeiros não é um bom pronúncio de uma relação que se quer sólida entre os profissionais de saúde e a tutela. E não se passe a ideia que a luta dessas classes é exclusiva à Região Autónoma dos Açores. Não, não é. A diferença é que noutras regiões do país as negociações chegaram a bom porto e foi possível satisfazer as reivindicações destes profissionais de saúde. O PSD/Açores reconhece a sua importância e, nesse sentido, deu o seu contributo para que se pudesse resolver este impasse.

No que concerne aos enfermeiros, propusemos, em sede de Plano e Orçamento, uma norma que visava a revalorização remuneratória da carreira especial de enfermagem nos Açores. Lamentavelmente, esta proposta foi rejeitada pelo partido que suporta o Governo. E praticamente 1 ano após a sua votação, continua tudo igual.

Também, em relação aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, sempre estivemos atentos às suas reivindicações. Respeitamos o tempo da pandemia para que nada pudesse perturbar a estratégia delineada para acudir aos açorianos, mas não nos esqueçamos que esta é uma luta de meses e que ficou em pausa desde fevereiro de 2020, sendo reatada a 31 de julho do

presente ano, após ter dado entrada nesta Casa uma Resolução do PSD/Açores para ser debatida com urgência e que visava a reabertura do processo negocial entre a tutela e os técnicos.

Pese embora a urgência desta discussão tenha sido chumbada pela maioria socialista, o PSD/Açores, com sempre, tentou ser parte da solução e não do problema, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... estando ao lado dos técnicos. Já o mesmo não se pode dizer do Executivo Açoriano.

E é também por isto, e os açorianos sabem, que um governo liderado pelo PSD/Açores continuará a valorizar todos os profissionais de saúde.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Continuará!

A Oradora: Os profissionais de saúde não podem ser tratados de forma desigual quando têm igual esforço e dedicação. E se noutras regiões do país, como por exemplo na Região Autónoma da Madeira, foi possível chegar a um entendimento, não se compreende, em pleno ano eleitoral, que tal não aconteça na Região Autónoma dos Açores.

Aproveito esta ocasião para que seja mais uma vez lembrado todo o desempenho brilhante dos profissionais de saúde, que tiveram uma atuação exímia no combate a esta pandemia. Com base neste pressuposto, propusemos, em julho passado, com enorme satisfação e gratidão, a atribuição de um prémio aos profissionais de saúde da Região Autónoma dos Açores, cuja Resolução foi publicada em Jornal Oficial, a 13 de agosto, aguardando agora a regulamentação pelo Executivo Açoriano. Orgulhamo-nos também desta nossa proposta, pois a mesma, de forma justa, reconhece o valor e a importância dos profissionais de saúde no funcionamento do Serviço Regional de Saúde e, sobretudo, porque é muito merecida.

Ainda no âmbito da valorização dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde, aproveito esta oportunidade para questionar V. Exa. sobre a Unidade de Saúde de Ilha do Corvo. Para quando a nomeação do conselho de administração desta unidade? Não tem V. Exa. o interesse, à semelhança do que fez no passado, de nomear o atual médico que lá trabalha para estas funções? Não será esta uma estratégia importante para a fixação do mesmo? Agradeço que me responda.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Seis meses após o início desta realidade, há algo incontornável e que esta pandemia mostrou: o Serviço Regional de Saúde tem que estar preparado para as próximas adversidades que certamente se seguirão, quer seja do ponto de vista da organização, quer seja do ponto de vista logístico, com a necessidade constante de se antecipar face a possíveis cenários, quer mantendo os planos de contingência permanentemente atualizados.

Os açorianos sabem que um futuro governo regional liderado pelo PSD/Açores dará prioridade ao setor da Saúde e valorizará os seus profissionais sempre e não apenas circunstancialmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Termina esta minha intervenção reafirmando a nossa preocupação com a ausência de um plano de retoma da atividade assistencial e alertando para as possíveis consequências da sua não existência, nomeadamente a mortalidade excessiva. Não nos esqueçamos que, para além da COVID-19, não fomos atacados por outros fenómenos que hipoteticamente poderiam ser responsáveis por este aumento de 5.3% na mortalidade.

Estamos, aqui, como sempre estivemos, com sentido de responsabilidade, com espírito de missão, pela defesa dos nossos açorianos.

Não nos esqueçamos que antes da COVID-19, com os mesmos protagonistas políticos a decidir, existiam exatamente os mesmos constrangimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Quem no passado não os conseguiu resolver, certamente não conseguirá no futuro perante as circunstâncias pandémicas que atualmente vivemos. Quem nos trouxe até aqui já não nos sabe tirar daqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É mais do que tempo de ultrapassar o jogo do medo e apostar claramente na confiança!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caro colega Membro do Governo:

O mundo mudou nos primeiros meses de 2020. Governos, agentes económicos, sistemas profissionais de saúde, proteção civil e toda a população se viu confrontada com uma emergência de saúde pública global que pôs à prova todas as formas de organização e de vida em comunidade.

O Governo dos Açores manteve-se atento e, quando o momento chegou, respondeu de forma assertiva em nome da proteção da saúde pública e da segurança de todos os açorianos. Ponderando custos e benefícios, foram implementadas medidas duras e rigorosas que isolaram parcialmente as

nossas ilhas e a sua população, transformando a nossa realidade arquipelágica numa oportunidade de conter a pandemia.

Adotando as melhores práticas, o Serviço Regional de Saúde implementou os seus planos de contingência, salvaguardando os procedimentos urgentes e inadiáveis e toda a atividade assistencial passível de ser realizada à distância. Fizemos o que dita a ciência num contexto em que o conhecimento se constrói dia a dia. E será a ciência que, a longo prazo, avaliará as medidas implementadas nas nossas nove ilhas, no país e no mundo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Para fortalecer a resposta do nosso Serviço Regional de Saúde, aprovou, esta Assembleia, um reforço superior a 80 milhões de euros, elevando o orçamento das nossas unidades de saúde e hospitais para um valor global de 357 milhões de euros, o máximo de sempre, conforme as circunstâncias o exigem.

O plano de investimentos para 2020 foi também reforçado em mais 15 milhões de euros para garantir os meios necessários ao desafio com que agora nos confrontamos: retomar e recuperar a atividade assistencial, mantendo todas as medidas de segurança e proteção de saúde pública. E a recuperação da atividade assistencial cumpre-se de forma paulatina, mas segura, como exige a proteção da saúde em todas as suas vertentes.

Nos cuidados de saúde primários, entre janeiro e agosto, realizaram-se mais de 489 mil consultas, mais 4% do que no mesmo período do ano anterior.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Obedecendo ao imperativo de garantir a segurança dos utentes e adaptando-se às circunstâncias, 41% destas consultas realizaram-se por via indireta, isto é, à distância, ou seja, por telefone, correio eletrónico ou com recurso a outras tecnologias.

Nos cuidados de saúde hospitalares mais afetados por esta crise de saúde pública de âmbito global registou-se, em julho, um crescimento de 22% nas consultas externas comparativamente ao mês de junho, evidenciando-se uma recuperação consistente.

Em julho, o Serviço Regional de Saúde realizou 517 cirurgias, ainda abaixo do nível do ano anterior devido aos constrangimentos decorrentes do plano de contingência, mas já com um acréscimo de 19% relativamente ao mês de junho.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: No rastreio de doenças oncológicas, apraz-me assinalar que o programa de rastreio do cancro da mama já regressou à sua normalidade, acolhendo cerca de 120 mulheres diariamente nas suas unidades móveis. O rastreio do cancro do colo do útero assumiu um novo paradigma, passando o teste base de referência a ser realizado de 5 em 5 anos. O programa de rastreio do cancro da cavidade oral, único no país, decorre a bom ritmo, tendo já sido rastreados 3500 utentes.

Aos nossos profissionais exigimos, portanto, agora mais do que nunca. Por isso, lançamos o mais extenso plano de contratações que o Serviço Regional de Saúde já viu. Entre janeiro e julho de 2020, contratamos 354 profissionais, dos quais 188 para satisfazer necessidades permanentes e 166 para dar resposta imediata à pandemia. Entre os profissionais contratados para satisfazer necessidades permanentes, contam-se 27 médicos, 54 enfermeiros, 19 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão muito satisfeitos!

A Oradora: ... 30 técnicos superiores, bem como 158 assistentes operacionais e 65 assistentes técnicos, entre outros, essenciais para as atividades de suporte à prestação de cuidados.

Para responder aos desafios de rastreio, diagnóstico e controlo epidemiológico, reforçamos as nossas unidades de saúde de ilha e hospitais com 19 enfermeiros e 25 técnicos superiores, bem como com 83 assistentes operacionais e 38 assistentes técnicos.

E se necessário for, não exitaremos em contratar mais profissionais em prol do reforço da proteção da saúde pública e da prestação de cuidados aos utentes das nossas nove ilhas.

Nesse âmbito, mantemos a aposta na formação dos jovens médicos, procurando atrair esses valiosos recursos para a Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

A Oradora: Para 2021, abrimos 59 vagas para formação geral e 35 vagas para formação específica em 17 especialidade. Estamos a falar de 10 vagas de medicina geral e familiar. E por hospital serão: 20 vagas no Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada; 3 para o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira; e 2 para o Hospital da Horta. Num total de 25 vagas. Queremos, pois, manter e atrair profissionais competentes e motivados, por isso estamos empenhados em melhorar as condições de trabalho na Região. Assim, importa destacar que se encontra em fase de regulamentação o prémio de desempenho e a majoração extraordinária do período de férias dos trabalhadores envolvidos no combate à doença COVID-19, conforme unanimemente aprovado nesta Assembleia.

Já estão concluídos os procedimentos referentes às valorizações remuneratórias dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. O pagamento com efeitos retroativos à data da progressão será realizado com os vencimentos de setembro.

Comprovamos, assim, que a melhoria das condições de trabalho é uma prioridade para este Governo, tal como o conforto e o bem-estar dos nossos

utentes. Por isso, temos vindo a canalizar avultados recursos para melhoria das instalações, renovação de equipamentos e inovação tecnológica. Estão em curso nas nove ilhas empreitas ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: ... de reabilitação e beneficiação dos centros de saúde, em Santa Cruz das Flores, Lajes do Pico e Velas na ilha de São Jorge...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Vamos mesmo falar sobre isso?

A Oradora: Num valor global de 4 milhões. O Hospital da Horta conta já com o serviço de urgência e um hospital de dia ampliados e remodelados. E a empreitada de construção do edifício da Unidade de Saúde de Ilha do Faial está em fase final, num valor global de aproximadamente 7 milhões de euros. O equipamento de ressonância magnética 3 Tesla do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, deverá iniciar atividade no final deste mês, depois de concluídas as obras de adaptação do espaço e formação dos profissionais, num investimento de 1.3 milhões.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está tudo muito bem!

A Oradora: O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, por seu turno, tem vindo a assegurar equipamento adequado para os bombeiros de 17 corpos da Região responsáveis pelo transporte terrestre de doentes e emergência hospitalar, bem como para as suas viaturas e imprescindível formação para a sua correta utilização.

Reconhecendo o aumento do número de serviços prestados e das tripulações dedicadas ao transporte de doentes, este Executivo procedeu ainda à terceira subida consecutiva de comparticipação deste serviço, desta feita em 17%, reforço que se junta aos aumentos de 10% em 2018 e 10% em 2019.

Pugnando ainda pela melhoria geral das condições de vida destes profissionais e por uma remuneração mais justa, os bombeiros assalariados

dos Açores viram a sua remuneração crescer 13.5% em 2020, tendo ainda sido garantido o aumento em 2021.

Numa altura de intensa procura nos mercados globais, a Saúde tem vindo a garantir de forma centralizada a aquisição e a manutenção de stocks de equipamentos de proteção individual necessários para salvaguardar profissionais e utentes num horizonte de 8 meses.

Com o investimento público e também com a solidariedade de empresas e cidadãos, foi possível reforçar a nossa capacidade de diagnóstico de infeção ao SARS-CoV-2, pedra basilar da estratégia regional e prevenção na contenção da pandemia COVID-19.

Hoje, contando os mais de 115 mil testes realizados na Região e os 31 mil testes efetuados ao abrigo da convenção estabelecida com laboratórios de Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, temos um rácio de 600 testes por cada 1000 residentes, quase o dobro da Região Autónoma da Madeira e quase o triplo do Portugal Continental.

Cabe também salientar que, através da convenção realizada com esses laboratórios fora da Região, foi possível detetar 53 casos positivos antes do embarque, contribuindo decisivamente para a proteção da saúde de residentes e visitantes dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: O Serviço Regional de Saúde e os seus profissionais enfrentam agora o desafio de recuperação da atividade assistencial num contexto que se adivinha particularmente complexo pela proximidade da época gripal e pelos pronúncios e riscos de uma segunda vaga a nível global de COVID-19.

Dentro em breve teremos vários vírus respiratórios em circulação, obrigando a maior controlo epidemiológico e ao reforço das medidas de segurança preconizadas nos planos de contingência das unidades de saúde, mas estamos

mais preparados, não só tecnicamente, bem como em equipamentos médicos, de proteção individual e em instalações. Neste momento, existem 80 ventiladores na Região Autónoma dos Açores e 26 quartos de pressão negativa nos três hospitais, tendo acrescido aos 13 no Hospital da Ilha Terceira, 10 no Hospital de Ponta Delgada e 3 no Hospital da Horta.

Relativamente aos profissionais de saúde, estão mais preparados porque tivemos todo este tempo para aprender, trabalhar e reforçar competências.

A Secretaria Regional da Saúde está, por isso, a trabalhar em conjunto com a Direção-Geral da Saúde para aumentar a cobertura e antecipar a vacinação contra a gripe, dentro dos limites da sua eficácia terapêutica, sabendo que este ano teremos de reforçar a comunicação e agilizar os procedimentos de administração das vacinas.

Como já ouvimos, e muito bem, nesta Assembleia, não há só doentes COVID. O Serviço Regional de Saúde garantiu, nos últimos meses, todas as cirurgias urgentes e inadiáveis. E, desde maio, temos assistido a um movimento seguro de retoma nos blocos operatórios dos nossos hospitais, mas reconhecemos que temos que fazer mais. E vamos fazer mais. Honramos os nossos compromissos porque este é o nosso dever para com todos os açorianos!

Esta semana será emitido o primeiro lote de 96 Vale Saúde, abrangendo utentes inscritos para cirurgia nos três hospitais da Região, que farão a sua cirurgia em entidade privada convencionada com a Região para este efeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia ter sido há anos!

A Oradora: Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caro colega Membro do Governo:

Os últimos meses foram árduos para as organizações públicas, para as empresas, para quem teve de tomar decisões em contexto de incerteza, para os profissionais de saúde e da proteção civil e para as forças de segurança na

linha da frente deste combate e, sobretudo, para cada um dos açorianos das nossas nove ilhas, mas o Serviço Regional de Saúde e os seus profissionais responderam à chamada com escrupuloso sentido de dever, plena dedicação ao serviço público e o conhecimento e a competências que lhes são reconhecidos.

Hoje, sabemos mais do que ontem. Hoje, estamos mais preparados do que há 1 mês. Hoje, estamos ainda mais determinados do que há 3 meses. É na tormenta que se reconhece a solidez da embarcação e a perícia do timoneiro. Do mesmo modo, é neste contexto complexo e desafiante que a força, a resistência e a resiliência do Serviço Regional de Saúde dos Açores se evidenciam e se comprovam enquanto conquista maior, mas também baluarte da nossa autonomia.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Vamos dar início ao debate. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Enfrentamos uma pandemia que veio criar um sentimento de unanimidade política sobre a necessidade de se reforçar o investimento no Serviço Nacional e Regional de Saúde.

Na Saúde, assim como nas restantes áreas, não podemos limitar a avaliação da ação governativa aos últimos 5 meses, há que considerar toda uma legislatura que veio na continuidade de uma ação governativa de duas décadas marcadas por uma opção política e, por isso, ideológica, que tem vindo a consolidar a aplicação de princípios neoliberais no domínio da Saúde.

A suborçamentação constante do Serviço Regional de Saúde, com o seu expoente máximo nos três hospitais da Região, foi um passo. A opção por regimes convencionados como soluções definitivas e de fundo, coroadas com as parcerias público-privadas, foi outro passo. E o apoio à construção de um hospital privado foi o corolário de um caminho para a entrega da Saúde à lógica do negócio fácil, porque rentista, à sombra dos orçamentos e endividamento da Região.

Todas estas opções culminaram, nesta legislatura, com a nomeação para presidente do conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada da gestora principal da clínica privada com quem o hospital mantinha convenções.

Podemos ser levados a pensar que estes últimos meses de pandemia serviriam de lição para o Partido Socialista arrepiar caminho para reforçar o investimento no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Francisco César (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: O investimento no serviço especializado de epidemiologia e biologia molecular do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira não só foi o reconhecimento da mais-valia de termos uma valência desta natureza na

nossa Região, como também do trabalho desenvolvido pelos seus técnicos, inclusive pela aposta que fizeram na sua formação ao longo da carreira.

O anúncio da criação de um laboratório de análises para despiste da COVID-19 no Faial, em colaboração com a Universidade dos Açores, era também um sinal de contínuo reconhecimento de que o investimento público estruturante é prioritário. Fomos, contudo, surpreendidos, não só pelo anúncio de que tal investimento teria de ser adiado para dezembro, como também se teria endereçado um convite a um grande grupo de laboratórios privados para despistagem à COVID-19. Enfim, lá voltaram os velhos hábitos...

Estas opções políticas de investimento levam inevitavelmente à centralização de recursos, que por sua vez e porque se trata de um serviço público contribuem para um desequilíbrio demográfico entre ilhas, tornando cada vez mais distante o cumprimento do desígnio autonómico do desenvolvimento harmonioso da Região.

Os açorianos e açorianas comuns reconhecem, infelizmente, cada vez mais a fragilidade do Serviço Regional de Saúde na própria pele. Não é por acaso que são cada vez menos os profissionais de saúde e utentes do Serviço Regional de Saúde a dar a cara pelas políticas que nos trouxeram até aqui. Ninguém fora do círculo de boys e girls do PS...

Deputada Mónica Rocha (PS): Menos! Menos!

O Orador: ... é capaz de dar a cara por estas políticas.

Em 2015, se bem se recordam, durante a campanha para as legislativas, o Partido Socialista recorreu a histórias de vida e a imagens ficcionadas para encher os seus outdoors. Agora, e no que toca a Saúde, o Partido Socialista/Açores arranjou um profissional de saúde, real, com um sorriso também real, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): E bem!

O Orador: ... mas não terá sido por mero acaso que essa pessoa, real, é precisamente o antigo membro do conselho de administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira. A pergunta que se coloca é: conseguiria, o Partido Socialista, ter um técnico superior de diagnóstico e terapêutica, um enfermeiro especialista não valorizado na sua carreira ou um enfermeiro com contrato individual de trabalho num outdoor a proclamar que para a frente é que é caminho? Penso que não!

Mas não se julgue que o Serviço Regional de Saúde se avalia exclusivamente pelas carreiras e salários dos seus profissionais de saúde, pois os seus utentes também conhecem os efeitos da suborçamentação.

Julgo que os mais atentos devem conhecer o Sr. Jacinto Silveira, não só porque já devem ter recebido diversos emails deste utente do Serviço Regional de Saúde, como também, porventura, terão tido oportunidade de com ele reunir. Trata-se, portanto, também de uma pessoa real, mas será que tem um sorriso para mostrar quando fala do Serviço Regional de Saúde? Identifico o Sr. Jacinto porque se trata de alguém que tem tido a coragem para denunciar publicamente, através da comunicação social, as suas más experiências com o Serviço Regional de Saúde. O Sr. Jacinto é, na realidade, um cuidador informal que procura teimosamente respostas no Serviço Regional de Saúde, mas sem que as encontre. O Sr. Jacinto daria a cara por estas políticas que têm norteado o Serviço Regional de Saúde? Cremos que não! E porquê? Porque sabe melhor do que ninguém o que é sentir-se como uma bola de ping-pong entre a Secretaria Regional da Saúde, a Direção Regional da Saúde e o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Contabilista do regime!

O Orador: A sua mãe, de quem é cuidador, precisa de cuidados continuados, os quais, para todos os efeitos, enquadram-se como cuidados diferenciados

de cariz multidisciplinar, em que são tão fundamentais cuidados de enfermagem como também médicos.

A mãe do Sr. Jacinto não teve médico de família durante vários anos, passou meses sem ver um médico. E, sabe-se lá porquê, só recentemente foi referenciada para a equipa de apoio integrado domiciliário dos cuidados continuados afeta à Unidade de Saúde da Ilha Terceira.

A mãe do Sr. Jacinto precisa de cuidados na área da dermatologia, pelo que foi integrada na lista de espera para a respetiva consulta de especialidade. Esperou 30, 60, 90, 120, 150 e 180 dias. Ou seja, já ultrapassou largamente o tempo máximo de espera previsto na Portaria n.º 166/2015, de 31 de dezembro.

Deputada Mónica Rocha (PS): E as respostas que recebeu?

O Orador: Teria, desse modo, e de acordo com a mesma Portaria, direito a ter uma resposta no regime convencionado. O HSEIT, à comunicação social, afirmou ter oferecido tal possibilidade ao Sr. Jacinto, que por sua vez nos disse que tal não ocorreu. Motivo para concluir que nem as convenções têm sido capazes de resolver as lacunas do Serviço Regional de Saúde.

Felizmente, ontem, o Sr. Jacinto recebeu uma boa notícia: finalmente marcaram a consulta, tão ansiada, para a sua mãe. Finalmente! Decerto que qualquer proximidade temporal entre esta boa notícia e o período eleitoral que atravessamos será pura coincidência!

Quando é que o Sr. Jacinto deixará de ser uma autêntica bola de ping-pong entre tutelas e hospital? Quando é que um cuidador informal ou utente acede naturalmente aos recursos a tem direito sem ter de caminhar por um calvário de queixas e denúncias na comunicação social, na Inspeção Regional de Saúde e Provedor do Utente?

Durante a fase inicial e mais aguda da gestão da pandemia, mobilizou-se o Serviço Regional de Saúde em peso para a prevenção e tratamento da

COVID-19. E ainda bem que assim foi. Na fase de desconfinamento há que manter a guarda contra a pandemia e simultaneamente retomar toda a atividade na prestação de cuidados de saúde a todos os seus níveis.

Em resposta ao Roteiro da Região Autónoma dos Açores “Critérios para uma saída segura da Pandemia COVID-19”, defendemos a implementação de um programa musculado de recuperação de consultas e cirurgias e de um programa especial de deslocação de médicos às ilhas sem hospital para evitar deslocações de utentes. Nós, Bloco de Esquerda, alertamos para essa necessidade, até porque, apesar da gravidade da pandemia, os doentes de outras patologias precisam de retomar os seus cuidados de saúde. E a prevenção da doença não se limita à COVID-19. Fomos acusados de irresponsabilidade, mas teimamos em desafiar o Governo Regional para implementar um programa que permitisse aos açorianos e açorianas terem acesso aos cuidados de saúde de que necessitassem, independentemente da sua ilha de residência.

São necessárias respostas a utentes como a mãe do Sr. Jacinto. E não só. São muitos os utentes em lista de espera para consultas de especialidade e cirurgia. Se só muito recentemente as listas de espera para cirurgia voltaram a estar disponíveis, o mesmo não se passa com as listas de espera para consultas de especialidade. Aliás, essa foi a razão para termos questionado o Governo Regional sobre essa matéria, em março, sem termos tido até agora qualquer resposta.

Aproveitamos para questionar a Sra. Secretária sobre quais os tempos de espera para a primeira consulta nas diversas especialidades, por hospital e por unidade de saúde de ilha. Quando é que essa informação será publicada e disponibilizada publicamente de forma regular?

Continuamos a ter um Serviço Regional de Saúde com falta de profissionais de saúde para fazer face às necessidades dos utentes, numa região cada vez

mais envelhecida e tendencialmente necessitada de uma rede cada vez mais descentralizada e com múltiplas respostas em cuidados continuados e paliativos, tanto a nível hospitalar, como comunitário e domiciliário.

As ilhas sem hospital não devem ser esquecidas quando à disponibilidade de cuidados de saúde diferenciados. E além da necessária deslocação mais frequente de especialidades médicas, consoante a natureza das patologias dos doentes, será igualmente necessário formar os profissionais de saúde residentes nessas ilhas na prestação de cuidados básicos diferenciados de saúde. Por exemplo, no que toca à prestação de cuidados de saúde mental, só ontem foi anunciado na comunicação social que serão finalmente criadas as equipas de saúde mental de apoio domiciliário associadas às respetivas unidades de saúde de ilha. Trata-se de valências previstas desde 2016 e que só agora saem do papel. Mais uma vez, qualquer proximidade temporal entre este anúncio e a campanha eleitora será pura coincidência?

Os regimes convencionados estão presentes em todos os domínios da Saúde incluindo na prestação de cuidados de saúde mental, que continuam em grande parte a depender de instituições particulares, cuja avaliação do seu desempenho só a muito custo é conhecida.

A Casa de Saúde de São Miguel, na Fajã de Baixo, é um caso gritante no que toca à falta de condições infraestruturais, ao que poderíamos acrescentar as condições oferecidas ao pessoal técnico e auxiliar que presta serviço, não só nesta casa de saúde, como também em todas as outras. São equipas de enfermagem mal retribuídas, com horários que por vezes excedem o estipulado, bem como terapeutas ocupacionais e psicólogos parcamente remunerados e com carreiras instáveis.

As convenções não podem ser o futuro do Serviço Regional de Saúde, numa espécie de outsourcing gradual de prestação de cuidados de saúde. Não estamos contra este instrumento de forma *tout court*. Consideramo-lo como

uma solução transitória para colmatar lacunas no Serviço Regional de Saúde enquanto estas não são colmatadas pelo necessário investimento público.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma contradição!

O Orador: Se daqui por algum tempo assistirmos à formalização de convenções com o novo hospital privado da Lagoa, enquanto os hospitais públicos continuam depauperados de recursos, esse será o sinal definitivo da continuação da senda de políticas de direita que mantêm o Serviço Regional de Saúde ligado às máquinas ou aos negócios com os privados.

A alternativa passará sempre por revitalizar o Serviço Regional de Saúde, dotá-lo de mais recursos, descentralizar a sua ação numa lógica de verdadeiro serviço público de proximidade e enquanto fator de um modelo de desenvolvimento harmonioso da autonomia, para deixarmos de ser uma região que funciona a duas ou até mesmo a três velocidades.

Nós, Bloco de Esquerda, estaremos disponíveis para trilhar esse caminho sozinhos ou com quem a nós se quiser juntar. Fica o desafio para quem à esquerda ousar querer fazer diferente.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (Independente): E quem fizer bem à direita, não pode? Ora esta!

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(* Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que a Sra. Secretária, da tribuna, falou da obra do Centro de Saúde das Velas, não podia deixar de dizer que o que se está a passar naquela

empreitada é uma autêntica vergonha. Vergonha, primeiro, porque a obra tem um prazo de execução de 18 meses. Tem andado a passo de caracol. Neste momento, temos dois a três trabalhadores na obra, temos plásticos nas janelas, o inverno a chegar... As pessoas a trabalhar de forma precária e sem quaisquer condições. E também queria-lhe perguntar, Sra. Secretária, primeiramente, se o prazo de execução da obra se mantém nos 18 meses.

A 9 de junho, o Sr. Presidente visitou a obra, anunciou que estava tudo uma desorganização, que havia procedimentos que deviam ser alterados. Entretanto, queria-lhe perguntar quais foram os procedimentos que foram alterados perante esta visita, porque a verdade é que a obra da maneira que está a decorrer nem daqui a 3 anos temos obra pronta.

E também dizer que pelo facto de existir a obra não significa que os utentes estejam expostos a condições deploráveis. E pedia-lhe, Sra. Secretária, que apurasse as condições por exemplo do internamento, porque estamos a falar de uma obra que teria um prazo de execução de 18 meses, mas isso não significa que os utentes que estão internados têm que estar num espaço sem condições, com paredes cheias de humidade. E, portanto, acho que há que manter a dignidade do espaço, independentemente da obra.

E só para finalizar, uma vez que falou também nas questões dos rastreios, que, sem dúvida, são uma ferramenta muito importante, a verdade é que o tempo de resposta dado pelo Serviço Regional de Saúde continua a não ser o mais adequado. Por exemplo, temos situações em São Jorge de pessoas que fizeram o rastreio do cólon, por exemplo, em novembro de 2019. Em abril, e bem, tem a sua consulta. A pessoa está com sintomas, perda de peso, o médico indica a colonoscopia como o exame a fazer. E, em julho deste ano, ainda a pessoa não tinha feito a colonoscopia e é contactada pelo privado para fazer esse exame no privado. Sabe-se lá como tinham informação clínica da paciente. E, portanto, há situações que têm que ser resolvidas,

porque não basta ir a São Jorge fazer anúncios, lançar primeiras pedras e está tudo resolvido. Se calhar, preferíamos menos palavras e mais ações.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o último debate realizado nesta Casa sobre esta temática, muito pouco mudou. Não dizemos que nada mudou porque piorou devido à situação de pandemia que expôs a descoberto a fragilidade do Serviço Regional de Saúde.

Na última interpelação sobre o Serviço Regional da Saúde, os problemas na área da Saúde nos Açores agravaram-se, avolumaram-se e pioraram. Senão vejamos:

Aumentaram os tempos de espera para consultas de especialidade; ...

Deputado José San-Bento (PS): Ó Sr. Deputado, deve estar a brincar connosco!

O Orador: Aumentaram os tempos de espera para cirurgias;

Há especialidades que praticamente não deram resposta aos pedidos dos cuidados primários;

Agravaram-se as carências em recursos médicos nos hospitais da Região;

Não existe funcionamento integrado, complementar e solidário entre os três Hospitais da Região, salvo honrosas exceções. Cada instituição hospitalar trata da sua vida, muitas vezes em linha de confrontação e “guerrilha” entre si;

Os meios complementares de diagnóstico não dão resposta, aumentando o recurso aos serviços privados;

Não existe articulação entre os cuidados primários, nas unidades de saúde de ilha e nos centros de saúde, e os cuidados hospitalares;

Estão piores as deslocações de médicos de especialidades hospitalares às unidades de saúde das ilhas sem hospital, ocorrendo hospitais a recusarem pedidos de consulta dos centros de saúde alegando que essas consultas serão realizadas aquando da ida às ilhas da respetiva especialidade, o que nunca ou quase nunca acontece e a consulta de especialidade não se faz nem no hospital nem na unidade de saúde das ilhas sem hospital;

Aumentaram os gastos e o tempo perdido pelos utentes com centenas de deslocações perfeitamente desnecessárias.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Melhor, bem melhor está a prática da medicina privada na nossa Região, não para de florescer e prosperar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: Face à não resposta do Serviço Regional de Saúde, resta aos açorianos o recurso à saúde privada. Temos uma saúde para ricos, outra para pobres e muitas vezes com as pessoas a gastarem os últimos tostões ou a pedirem emprestado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O estado do Serviço Regional de Saúde é lamentável, inadmissível, intolerável! Não pode continuar assim!

Assistimos a uma política de saúde não com o objetivo de melhorar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, mas para o substituir por um sistema de saúde centrado em duas componentes: um serviço público desvalorizado, apenas com um conjunto de garantias mínimas; e uma apatia governativa quando se trata do dossiê da Saúde.

O que se impõe são medidas efetivas que dotem o Serviço Regional de Saúde das condições e meios para corresponder ao seu objetivo e não manobras que

visam perturbar deliberadamente o seu funcionamento, desacreditá-lo e descredibilizá-lo aos olhos dos açorianos.

Sendo certo que a mais elementar justiça exige uma aprofundada reflexão e um justo reenquadramento do quadro remuneratório dos profissionais de saúde, não será menos verdade que não se ficam por aqui os problemas que afetam o setor da Saúde na nossa Região.

Deparamo-nos, hoje, com uma gritante falta de profissionais nos mais variados setores da Saúde, a começar pela falta de especialistas e enfermeiros e terminando na falta de assistentes operacionais, não esquecendo a falta de técnicos de diagnóstico e terapêutica das mais diferentes áreas.

A política de saúde a que vimos assistindo por parte do Governo aponta para a existência de um único polo de saúde no Hospital do Divino Espírito Santo, esvaziando completamente as valências de dois dos hospitais da Região, que, paulatinamente, mas de modo constante, veem reduzidas as suas áreas de intervenção.

Quem ainda tivesse dúvidas para onde nos conduz a política de saúde do Governo, certamente que ficaria sem elas perante aquilo que atualmente se projeta para o futuro hospital privado da Lagoa, na ilha de São Miguel. Trata-se obviamente de uma aposta clara no setor privado da saúde em detrimento daquilo que deve ser a aposta no setor público.

É da mais elementar justiça e até do mais elementar bom senso que nos oponhamos a estas tentativas de mercantilização da Saúde.

É da mais elementar justiça e bom senso que exijamos os investimentos que são necessários neste setor, que os profissionais da área pública de saúde sejam no número necessário e devidamente remunerados, ou, se quisermos por outras palavras, que lhes seja reconhecido salarialmente o mérito pelo seu trabalho.

Que se deixe de uma vez por todas de utilizar a saúde dos açorianos para fazer negociatas e jogadas políticas, que nada de bom podem trazer para a população.

Que se ponha em primeiro lugar e acima de tudo a saúde e o bem-estar dos açorianos e que se valorize devidamente os profissionais de saúde que tudo fazem para que tal aconteça.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde necessita urgentemente de um forte investimento em equipamentos e recursos humanos.

Necessitamos de uma rede hospitalar integrada, bem equipada e com serviços que deem resposta a tempo e horas às necessidades das populações. Para isso, é fundamental a dotação dos respetivos serviços com o número necessário de profissionais, a atração de médicos qualificados em determinadas especialidades, o investimento em serviços dotando-os de condições para uma rápida evolução nas suas competências.

É fundamental equipar as unidades hospitalares de meios técnicos e equipamentos necessários, nomeadamente na área da imagiologia: ressonância magnética no Hospital da Horta; TAC em algumas das ilhas sem hospital; ecografias em todas as ilhas de forma organizada e regular.

É necessário o estabelecimento de tempos máximos de espera e um programa de redução das listas de espera em cirurgias que não podem esperar, nomeadamente as próteses de joelho e anca.

É necessário, por exemplo na saúde mental, o aumento do número de camas disponibilizadas, nomeadamente através da criação de uma unidade de internamento no Hospital da Horta.

É necessário e fundamental uma articulação capaz, organizada, estruturada e funcional entre as unidades de saúde de ilha (os centros de saúde) e os hospitais para as consultas das especialidades médicas hospitalares, que têm

de ser mais do que a simples deslocação ocasional de médicos de especialidade às ilhas, devendo ser muito criteriosa, usando novas tecnologias, como já demos várias vezes o exemplo, como a telemedicina, e assentando no respeito mútuo e em boas relações profissionais de todos os intervenientes no processo.

É necessário repensar o funcionamento das unidades de saúde das ilhas sem hospital, deixando de copiar modelos de interesse e de qualidade duvidosa do Continente e que não correspondem à realidade das nossas ilhas.

É necessária e fundamental uma rede de cuidados continuados a sério, que não é esta que na prática não existe, uma vez que se confunde com as unidades de internamento dos centros de saúde, servindo apenas para que o Governo da Região diga que faz sem o fazer.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reiteramos mais uma vez que os profissionais de saúde estão fragilizados em diversas questões graves e não são devidamente valorizados pela tutela. Uma das questões gravosas refere-se aos vínculos precários, sendo que o objetivo tem de passar por eliminar por completo a precariedade laboral na Administração Pública e ainda, mais importante, nunca ocupar um posto efetivo de trabalho com um vínculo precário.

Relembremos que, em resposta a requerimento interposto por esta Representação Parlamentar do PCP, o Serviço Regional de Saúde dispõe atualmente de 127 pessoas ao abrigo de programas ocupacionais a cumprirem funções de assistentes operacionais.

Novamente dizemos, Srs. Deputados: não há Serviço Regional de Saúde sem profissionais de saúde devidamente valorizados e com condições laborais dignas e justas!

O direito constitucional à saúde é inseparável do reforço e melhoria do Serviço Regional de Saúde, objetivo que exige a rutura com a política até agora praticada pela direita e pelo atual Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pela direita?!

O Orador: O PCP irá continuar a batalhar por uma saúde melhor, por um futuro melhor e por uma Região melhor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a direita?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para um protesto pelo motivo de...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Eu peço um protesto tendo em conta os termos utilizados pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo quando se refere a negociatas na área da Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Secretário! Apoiado!

Presidente: Para um protesto, dispõe de 3 minutos, Sr. Secretário.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária da Saúde:

Não poderia deixar de utilizar esta figura regimental tendo em conta os termos utilizados pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando se refere a supostas e alegadas negociatas no Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: Eu não posso deixar de recusar totalmente e convictamente essas acusações por parte do PCP.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O calendário pré-eleitoral não justifica tudo nem pode permitir tudo!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não posso deixar de usar da palavra para recusar totalmente essas acusações.

Aliás, o trabalho do Governo Regional, o trabalho de todos os profissionais de saúde, o trabalho e aquilo que tem sido possível fazer através do Serviço Regional de Saúde na nossa Região, sobretudo nos últimos meses, é bem demonstrativo daquilo que felizmente temos conseguido.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, convido V. Exa. a comprovar aquilo que acaba de referir, porque da parte do Governo a nossa orientação é absolutamente clara: intransigência e tolerância zero para qualquer tipo de comportamento que não preserve a importância do Serviço Regional de Saúde e o serviço público que esse Serviço tem que promover à nossa população!

Obviamente que não escamoteamos problemas que possam existir. Obviamente que não escamoteamos questões que tenham que ser corrigidas. Agora, não podemos aceitar que exista qualquer tipo de suspeita ou de acusação ao Governo Regional por qualquer tipo de negociata.

Da nossa parte, tolerância zero, intransigência total para qualquer tipo de utilização abusiva daquilo que é um recurso fundamental para todos os açorianos! E, aliás, aquilo que os últimos meses provam precisamente e a resposta que o Serviço Regional de Saúde deu no âmbito da pandemia que infelizmente nos assola a todos é a prova clara de que temos um Serviço Regional de Saúde sólido, consolidado e preparado para responder devidamente a todas as açorianas e os açorianos, sobretudo nesse contexto de grande dificuldade.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para um contraprotesto, dispõe de 2 minutos.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (PS): Enfia a viola num saco agora!

O Orador: É verdade, Sr. Secretário, no calendário pré-eleitoral não se pode admitir tudo, mas esta afirmação foi feita já pelo PCP por duas vezes aqui neste Plenário, durante esta legislatura, portanto, e não houve qualquer resposta por parte do Governo Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Houve, houve! Houve sempre!

O Orador: Bom, todos nós sabemos que os profissionais de saúde fazem um grande trabalho no Serviço Regional de Saúde, mas também todos nós sabemos que não são valorizados remuneratoriamente. Ou seja, toda a gente sabe que o Governo Regional...

Deputada Mónica Rocha (PS): O senhor não disse isso!

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está-se a meter num buraco, tem consciência disso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Continue, Sr. Deputado! Não tenha medo!

Deputado Carlos Silva (PS): A Festa do Avante!

O Orador: Sra. Presidente, se puder continuar, agradeço. E também agradeço que o Srs. Deputados que fazem ruído de fundo se inscrevam, tenham a coragem política para se inscreverem nesta Câmara.

Deputado José San-Bento (PS): Já estou inscrito há 10 minutos ou mais!

O Orador: Peço que me seja retirado o tempo, porque os Srs. Deputados do Partido Socialista...

Presidente: A Mesa terá isso em atenção.

O Orador: ... estão a fazer ruído para que a minha intervenção não possa conseguir chegar ao fim.

Deputada Mónica Rocha (PS): Os apartes são regimentais!

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como estava a afirmar, todos nós sabemos que os problemas no Serviço Regional de Saúde são muito graves. Toda a gente sabe que em todas as ilhas existem pessoas à espera de consultas, em listas de espera à espera de cirurgias anos e anos e após anos.

Toda a gente sabe que Serviço Regional de Saúde, neste momento, está a ser motivo para que o Governo Regional o desvalorize cada vez mais, para valorizar o serviço privado de saúde. Nós não o aceitamos! Nós afirmamos nesta Casa, como sempre afirmamos, que o Serviço Regional de Saúde tem que ser um serviço que deve estar para toda a população e não deve haver uma saúde nos Açores como tem existido, uma saúde para ricos e uma saúde para pobres!

O PCP sempre tem defendido e continuará a defender que para um futuro da saúde na Região Autónoma dos Açores tem que existir o devido investimento. E esse investimento tem que ser feito a nível humano, a nível de tecnologia, coisa que o Governo Regional, na Saúde, não o tem feito.

E a pandemia veio provar e pôr a nu as dificuldades e a ineficiência e a incapacidade que o Governo Regional tem em relação ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é precisamente ao contrário!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E sobre a acusação, Sr. Deputado?

O Orador: Sra. Presidente, termino dizendo que o PCP continuará a lutar por um Serviço Regional de Saúde como tem lutado até aqui e continuará a lutar cada vez mais e mais forte para um futuro do Serviço Regional de Saúde, para o futuro dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, percebo claramente que, atendendo ao mês do ano em que estamos e face às circunstâncias, vem a esta tribuna fazer aquilo que nós chamamos de propaganda socialista. Percebo que traga até um discurso que já vem feito de casa, é normal, mas não consigo perceber que não me responda a nenhuma das questões que coloquei, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

A Oradora: ... nem tão pouco refute as afirmações que fiz daquela tribuna. Portanto, V. Exa. não respondeu, nem tão pouco refutou ou contestou as afirmações que o PSD fez daquela tribuna.

Primeiro, onde é que está o plano de recuperação da atividade assistencial médica? Onde é que está? V. Exa. fala numa retoma da atividade que é feita e tem que ser feita de forma paulatina, mas depois não o apresenta a esta Assembleia, quando já votamos há 4 meses atrás e quando era função do

Governo remetê-lo para conhecimento desta Assembleia e de todos os açorianos. Até agora não o fez.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem, ou não, coragem política para de uma vez por todas vir a esta Assembleia e anunciar não aquilo que fez, mas aquilo que ficou por fazer? Porque por detrás disso estão açorianos que continuam à espera de resposta. Quantas ecografias ficaram por fazer, Sra. Secretária? Continuamos sem saber!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quantas consultas foram adiadas? É porque, diariamente, nos chegam relatos de açorianos que viram mais do que uma vez as sucessivas consultas adiadas. Quantas colonoscopias, Sra. Secretária? Não me venha aqui dizer que as colonoscopias e os exames se fazem por via eletrónica! Ninguém faz ecografias nem colonoscopias por email! Isso não é, isso não pode ser nem deve ser a solução para tudo o que ficou por fazer!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Falou-se também aqui do exemplo do caso da ilha de São Jorge, mas que não é exclusivo, Sra. Secretária. E eu ainda não a ouvi falar sobre isso. O que é que acontece no Pico em relação à mesma especialidade? O que é que acontece na Graciosa? O que é que acontece nas Flores? Não nos venha dizer que os exames estão por realizar devido a indisponibilidade do médico, porque isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, Sra. Secretária, é altura, de uma vez por todas, até mesmo porque estamos em campanha pré-eleitoral, V. Exa. tem a obrigação

de resolver esta questão, sobretudo quando falamos em exames feitos em âmbito de rastreios, que têm resultados positivos e que aguardam há meses sem fim a realização de uma colonoscopia.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Isso é importante e isso temos todos nós aqui o direito e o dever de lutar para que se inverta esta situação.

Falou também na contratação de mais recursos humanos para o Serviço Regional de Saúde, mas temos que desmistificar também estes dados. E pergunto-lhe (falou em mais enfermeiros): Sra. Secretária, vai contratar mesmo enfermeiros, ou vai recrutar enfermeiros através do Estagiar L? É que, se bem sei, até recentemente foi aberta uma época extraordinária para o Estagiar L. Vejam só!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E isso é mau, Sra. Deputada?

A Oradora: Vai ser aberta uma época extraordinária no mês anterior às eleições para serem contratados também mais enfermeiros. Ora, eu presumo que as necessidades do Serviço Regional de Saúde sejam aqui escamoteadas por este recurso ao Estagiar L, quando é sua obrigação contratar profissionais de saúde.

Falou também em mais médicos. Mais médicos onde, Sra. Secretária? Está-se a referir aos internos que já estão nas unidades de saúde de ilha, aos internos de formação e que vão ficar nessas unidades de saúde de ilha? Que assim o saldo é o mesmo, portanto, não há aqui uma grande variação, não há decerto um grande número de contratação de mais médicos para o Serviço Regional de Saúde.

E em relação aos técnicos, Sra. Secretária, ainda esta semana tive a oportunidade de lhe dizer que aquilo que o Governo está a fazer, à revelia dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, não é condigno de um Sistema Regional de Saúde como o nosso. Os técnicos superiores de

diagnóstico e terapêutica, tal como os enfermeiros, são o pilar essencial ao bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e merecem outro tipo de tratamento! São essenciais ao nosso dia a dia, ao dia a dia de todos os utentes!

Apresentei, também, aqui, os números que demonstraram existir uma mortalidade excessiva, nos Açores, nos primeiros 8 meses deste ano. E, curiosamente, V. Exa. não tem nada para dizer sobre este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Não tem nada, mesmo nada, para dizer relativamente a estes números? São-lhe indiferentes? A mortalidade excessiva que se regista nos Açores não preocupa o Governo Regional dos Açores? Sra. Secretária, estes números são a prova viva de que, infelizmente, houve doentes que morreram não relacionados com a COVID e que precisavam de assistência médica e não tiveram.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, estes números têm que merecer deste Governo uma especial atenção! Infelizmente, até ao momento, zero, não ouvimos nenhuma palavra relativamente a esta matéria!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Falou ainda de infraestruturas. E eu pergunto-lhe muito diretamente, embora V. Exa. esteja na conversa, mas pergunto-lhe se sabe onde é que fica esta infraestrutura.

(Neste momento, a oradora mostra uma foto à Câmara)

Se acha isto digo, de um centro de saúde, de uma unidade de saúde de ilha nos Açores. É no Centro de Saúde das Velas, onde há humidade nas paredes, com água a correr, numa casa de banho onde se tratam utentes, Sra. Secretária! Veja se isto é digno nos tempos que correm!

Portanto, Sra. Secretária, a realidade que anuncia é diferente, não é a realidade cor-de-rosa que V. Exa. pinta daquela tribuna.

E o convite que lhe faço, Sra. Secretária, com toda a franqueza, é que vá ouvir os açorianos, ouça as queixas dos açorianos, porque vai perceber...

Deputado Francisco César (PS): Esse centro de saúde está em obras! Vocês sabem disso, não sabem?

A Oradora: ... que este tema mais uma vez aqui em debate não é apenas uma carolice do PSD, são as queixas que nos chegam diariamente. E é para esses açorianos que nós estamos aqui a dar resposta! É esse o nosso dever! Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária Regional da Saúde:

O PS participa neste debate com a humildade democrática própria daqueles que sabem que nem tudo o que fazemos resulta e é bem feito, mas também com plena consciência dos problemas, dos constrangimentos e das insuficiências do nosso Serviço Regional de Saúde. Mas também

participamos neste debate com confiança e com grande orgulho no Sistema Regional de Saúde que nós temos, em todos os seus profissionais e em toda a sua organização e em toda a sua estrutura dirigente.

Confiança e orgulho que saíram reforçados pelo enorme sucesso que o Serviço Regional de Saúde teve em enfrentar e em todos os dias continuar a vencer todas as dificuldades decorrentes da pandemia da COVID-19. Um gigantesco desafio ao nível organizacional e ao nível operacional que o Serviço Regional de Saúde, ao contrário daquilo que foi dito aqui, e que eu lamento profundamente dizer... Nós ouvimos aqui intervenções, quer do Bloco de Esquerda, quer do PCP, completamente desfocadas da realidade!

Deputado João Corvelo (PCP): Não, não! Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: Perderam o contacto com a realidade, talvez contagiados pelo período eleitoral!

E, portanto, este gigantesco desafio foi um teste ao Serviço Regional de Saúde, que foi vencido com mérito...

Deputado João Corvelo (PCP): Olhe que não!

O Orador: ... e de uma forma absolutamente clara. E esse trabalho, que é um sucesso do Serviço Regional de Saúde, dos profissionais da saúde nos Açores, mas também do Governo Regional, permite retirar três ilações absolutamente claras para o Partido Socialista:

Em primeiro lugar, nós temos um bom Serviço Regional de Saúde nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Um Serviço Regional de Saúde geral, universal, tendencialmente gratuito, de excelência, que os açorianos podem confiar, podem continuar a confiar. E podem ter a certeza que, se o PS merecer a confiança dos açorianos, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Olha o comício agora!

O Orador: ... nós continuaremos a trabalhar todos os dias para que aquele serviço que é bom continue a ser ainda cada vez melhor no futuro;

Em segundo lugar, é possível concluir que o PS tinha razão quando, ao longo de muitos e muitos anos aqui nesta Assembleia, nós sempre defendemos um serviço de saúde público, um serviço de saúde que assegure a igualdade de acesso a todos, a igualdade de acesso aos ricos e aos pobres, àqueles que vivem perto de um hospital numa grande cidade ou àqueles que vivem na mais afastada e periférica freguesia dos Açores, aos Srs. Jacintos, às Sras. Marias, aos filhos e aos sobrinhos de todos esses senhores, de todos os açorianos. O PS sempre foi um grande defensor de um serviço regional de saúde público que tivesse uma capacidade e um tratamento geral e que tivesse um acesso universal. E esta pandemia provou a grande vantagem de nós termos este serviço e aquilo que foi o trabalho que o PS desenvolveu ao longo dos anos e que contribuiu para que esse serviço fosse aquilo que é hoje na realidade e que estivesse muito longe daquilo que o Bloco de Esquerda, injustamente, tentou aqui caracterizar;

Em terceiro lugar, também ficou provado que a oposição não tinha razão quando, ao longo dos anos, ...

Deputado João Corvelo (PCP): Qual?

O Orador: ... (quase toda a oposição) afirmava que o Serviço Regional de Saúde estava falido, estava em risco de colapso, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não vê as contas dos hospitais?

O Orador: ... que era o caos. Nós não nos esquecemos...

Deputado Luís Maurício (PSD): No primeiro trimestre foram 10 milhões!

O Orador: Ó Sr. Deputado, deixe-me só concluir.

E, portanto, nós não nos esquecemos dessas acusações. Nós não nos esquecemos que era esta a caracterização que a oposição fazia do Serviço Regional de Saúde. Pois, agora, ficou provado que não tinham razão. Ficou

provado que o Serviço Regional de Saúde é um bom serviço, teve resiliência, teve capacidade de resposta a uma pandemia completamente inesperada e que impôs um desafio enorme.

E este é que é o problema da oposição. Este é que é o problema particularmente do PSD.

Deputado Marco Costa (PSD): Nós também não nos esquecemos quando os senhores usam para fazer política!

O Orador: Nós não estamos aqui perante um simples debate de urgência. Nós estamos aqui perante um acerto de contas que o PSD tenta fazer consigo próprio e com o passado, porque, depois de 3 anos e meio a criticar e a diminuir o Serviço Regional de Saúde quase em permanência, este é o oitavo debate de urgência que se faz nesta Assembleia sobre a Saúde, o PSD não se podia permitir, a 1 mês e meio de eleições, que ficasse a ideia e que prevalecesse a verdade de que afinal o Serviço Regional de Saúde é, como os socialistas dizem, é um bom Serviço Regional de Saúde, tem bons profissionais e respondeu a uma pandemia que colocou um desafio tremendo aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E é por isso que o PSD apresenta, hoje, um conjunto de indicadores e de preocupações, Sra. Deputada Mónica Seidi, que o PS partilha. E a senhora sabe que o PS partilha.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não ouvi nada ainda!

O Orador: O problema é outro, Sra. Deputada. O problema é que essas preocupações e esses indicadores que a senhora aqui apresentou eram

perfeitamente previsíveis. Todos nós sabíamos que isto iria acontecer. Nós não podemos, Sra. Deputada, não podemos apoiar como os senhores apoiaram, e bem, na altura, em maio, em junho, as medidas que o Governo tomou, não podemos ter nessa altura apoiado os planos de contingência das unidades hospitalares dos Açores, de todas as unidades de saúde de ilha dos Açores, e depois vir, aqui, 3 meses depois, indicar que afinal há mais listas de espera, há mais atrasos nas consultas, há mais atrasos nos exames, há uma degradação nos cuidados de assistência na Saúde. Sra. Deputada, isto não é leal da parte do PSD. É evidente que as medidas que nós tomamos iam ter implicações, que estão agora a ser refletidas nos números, como, aliás, nós muito bem alertamos na altura. Nós chegamos a ter uma queda de 90% da atividade cirúrgica, Sra. Deputada. Eu estou convencido que nós nos reduzimos praticamente apenas aos casos urgentes. E, portanto, tudo isso nós sabíamos, tudo isso estava mais do que sabido. E isso leva-nos, Sra. Deputada, a uma pergunta. Deixe-me que lhe pergunte, mas eu fico aqui na dúvida: então, o PSD, quando apoiava o PS e o Governo, aí há alguns meses atrás, estava a apoiar por convicção ou por conveniência?

Deputado Luís Maurício (PSD): Por convicção!

O Orador: Estava a apoiar por solidariedade ou por oportunismo?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Estava a apoiar por sinceridade ou por hipocrisia?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sinceridade!

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Esta é que é a dúvida que fica agora, Sra. Deputada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é que é a dúvida que nos assola perante a sua falta de lealdade!

E fala-nos o PSD que é necessário um plano de recuperação da atividade assistencial médica.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde é que está?

O Orador: É verdade, Sra. Deputada. É verdade, mas na minha leitura, na nossa leitura, Sra. Deputada, isto está a decorrer. Isto está a decorrer. Ó Sra. Deputada, deixe-me só, se permitir... Eu também a ouvi, fiz um esforço para não interromper. Se me deixasse dizer, Sra. Deputada, apenas socorrendo-me daquilo que disse, e muito bem, e aproveito e saúdo a Sra. Secretária, aquilo que disse há pouco a Sra. Secretária Regional da Saúde, nós já estamos a ter o agregado entre janeiro e agosto de 2020, do corrente ano, já houve um aumento de 4% da atividade de cuidados de saúde primários face ao igual período do ano passado. Portanto, nestes 8 primeiros meses de 2020, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... nós já conseguimos aumentar 4% a assistência ao nível de cuidados primários de saúde face ao ano passado, ou seja, já conseguimos digerir o principal constrangimento, a principal paragem ao nível dos cuidados primários de saúde mesmo com a questão da pandemia. Portanto, isto é uma boa notícia, Sra. Deputada. Isto é, ou não é, uma recuperação da atividade assistencial médica, Sra. Deputada? Claro que é!

Sra. Deputada, falou nos cuidados hospitalares, nas questões das consultas, tem razão, é um aspeto muito importante, é um aspeto que nos preocupa, mas a Sra. Secretária referiu aqui que, só do mês de julho de 2020 para o mês de junho de 2020, portanto, na transição de um mês para o outro, nós

aumentamos 22% esses cuidados hospitalares, Sra. Deputada! Isto é, ou não é, uma recuperação...

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga lá os números! Quanto é que os senhores cancelaram? Diga lá os números! É isso que se tem de dizer!

O Orador: Ó Sr. Deputado, eu não tenho esses números, mas não é isso que nós estamos a falar!

Deputado Luís Maurício (PSD): É isso que o senhor tem de dizer! Tinham sido cancelados 75% dos atos médicos!

O Orador: Sr. Deputado, eu já percebi... O que eu estou a dizer está a incomodar. E o senhor está-me a tentar evitar e destabilizar. Deixe-me concluir. Deixe-me só concluir. Portanto, 4% nos cuidados primários de saúde. 22% nos cuidados hospitalares. Isso não é uma retoma?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Isso não é uma melhoria?! Os senhores não acreditam nessa estatística?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não!

O Orador: Então, isso são dados objetivos! Isso reflete uma recuperação! Isto é muito trabalho que está a ser feito da parte do Governo, da parte das administrações hospitalares, precisamente para recuperar aquele período em que teve que haver uma paragem desses serviços.

E ao nível das cirurgias, também, de junho para julho de 2020, houve um aumento de 19% da atividade cirúrgica. 19%, Sra. Deputada! Portanto, está a haver uma recuperação! A senhora tem que reconhecer estes dados!

E, portanto, eu terminaria a minha intervenção, que já vai longa, eu terminaria frisando aqui dois aspetos muito importantes, duas conclusões que é possível retirar deste debate: ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Ah, já está concluindo o debate? Ele mal começou e já está concluindo!

O Orador: Em primeiro lugar, a satisfação do Partido Socialista por nós termos ouvido da parte da Sra. Secretária que o Governo está preparado para uma segunda vaga de COVID-19 se ela vier. Isto é um aspeto que diz muito às pessoas, preocupa as pessoas. E para o Partido Socialista, saudamos o Governo por esse cuidado, por esse trabalho de antecipação, de preparação para aquilo que será muito provavelmente, infelizmente, mais um surto da pandemia;

Em segundo lugar, também uma palavra de apreço ao Governo e de reconhecimento a todos os profissionais de saúde pelo esforço que está a ser feito e que foi aqui comprovado, quer pelos dados apresentados pela Sra. Secretária, quer por aqueles que eu também referi. Está a ser implementado um plano de recuperação da atividade assistencial da saúde, particularmente médica, e não só, no nosso Serviço Regional de Saúde. Isso é muito importante. Isso são dados que tranquilizam as pessoas.

Estamos a preparar para mais uma pandemia e estamos a recuperar a atividade assistencial. É isso que os açorinos querem ouvir. Podem contar com este Governo e com o PS para continuarmos esse trabalho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos!

É preciso ter muita saúde nos Açores para dizer para a frente é que é caminho, mas, infelizmente, não é isso que acontece na saúde dos Açores.

Sra. Secretária Regional da Saúde, os enfermeiros desta Região, de Santa Maria ao Corvo, alguma vez deixaram mal a saúde dos Açores? Conhece os enfermeiros desta Região, de Santa Maria ao Corvo, o seu trabalho nas escolas, nas prisões, nos lares, nas casas e centros de apoio aos vulneráveis da nossa sociedade, na casa das pessoas, nas consultas, no internamento, nas cirurgias, no nascimento e na morte? A Sra. Secretária já se colocou no papel de um enfermeiro desta Região, de Santa Maria ao Corvo? A Sra. Secretária já testemunhou os cuidados de saúde prestados pelos enfermeiros dos Açores? Sra. Secretária, faça estas perguntas, porque se a sua resposta for sim, a Sra. Secretária e o seu Governo...

Deputado Francisco César (PS): Nosso Governo! O Governo é dos Açores!

O Orador: ... não seriam tão injustos com estes profissionais de saúde.

Que coerência a senhora tem, e o seu Governo, para desfazer o que os seus antecessores fizeram e disseram? Porque não respeita a revalorização remuneratória dos enfermeiros dos Açores, respeitando o acordo firmado em 2013 com o seu antecessor na pasta da Saúde, nos termos do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, sobre a relevância do tempo de serviço do pessoal de enfermagem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou, ainda melhor, porque é que a Sra. Secretária e o seu Governo não respeitam as palavras do seu antecessor na pasta da Saúde, quando, em abril de 2019, nas negociações com os sindicatos, afirmou que é obrigação legal contar a partir do ano 2011? Isto é grave, Sra. Secretária! Isto é o diz que não disse! Como podem os enfermeiros dos Açores acreditar nas palavras e nas coisas escritas deste Governo? Qual a resposta perante os enfermeiros em contratos individuais de trabalho que trabalham há mais de

15 anos nesta Região sem ter a revalorização? Qual a sua resposta perante as atualizações em atraso desde 2018? Qual a sua resposta perante os inúmeros enfermeiros especialistas? Uma mão cheia de nada! Negociações atrás de negociações! É verdade, Sra. Secretária. A senhora diz... um dizer para a frente que é empurrar com a barriga para a frente!

Sra. Secretária, as reivindicações dos enfermeiros são muito, muito antes da COVID-19 e a senhora sabe muito bem disso. É esse o respeito que tem por estes profissionais? Sra. Secretária, dê graças a Deus pelos enfermeiros que tem, porque eles nunca falharam com a saúde dos açorianos, mas a senhora e o seu Governo falharam!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 21 minutos.

Vamos dar então continuidade ao debate. Está inscrito o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Já foi muita coisa dita aqui na introdução deste debate sobre a Saúde, desde algumas derivações por parte do Partido Comunista Português, a generalidades e, infelizmente, fulanizações por parte do Bloco de Esquerda. No que concerne, assim, sinteticamente, à intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, eu digo-lhe que é uma responsabilidade, é um imperativo de todos nós fazer a denúncia de todas as situações que, de facto, não se enquadram numa prestação correta de serviços. Estou do seu lado.

Em jeito de encerramento do que, para este PSD, nesta legislatura, dissertou sobre o nosso Serviço Regional de Saúde, temos mais um debate numa altura em que o nosso Serviço Regional de Saúde, de modo exemplar, esteve à altura de todos os desafios que uma pandemia poderia representar para a saúde dos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Os velhos problemas em Saúde são os problemas que todos os sistemas têm, e que este PSD não quer descodificar porque não tem soluções para ele.

Listas de espera em cirurgia, problema complexo e preocupante. Quem o não disse e não assumiu não foi o Partido Socialista, mas quem o descodificou fomos nós, assumindo naquilo que são as particularidades assistenciais de recursos humanos limitados para os atos cirúrgicos propostos face a uma produção excepcional de diagnósticos e indicações para tal.

Houve quem defendesse que era preciso mais dinheiro. Houve quem dissesse que o problema não se resolveria somente pondo dinheiro em cima. Mas quem descodificou as capacidades de produção acrescida e orçamentou o necessário para otimização desta produção foi o Governo do Partido Socialista.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Justiça se faça aqui ao CDS-PP por ter entendido e proposto também estes reforços necessários, quer em iniciativa, quer em dotação orçamental.

Para memória dos distraídos, só nesta fase de retoma foram alocados mais 59 milhões para o Serviço Regional de Saúde e 2 milhões de euros para produção acrescida. E não será por falta de dinheiro que não se farão todas as cirurgias possíveis de se fazer.

Houve quem achasse que a pandemia não justificaria um atraso considerável na produção hospitalar, nomeadamente na produção cirúrgica. Se foi este PSD, ainda é mais grave, porque deveria perceber muito mais sobre os impactos das medidas de contenção da propagação do SARS-CoV-2.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Todas as unidades de saúde e todos os hospitais têm os seus planos de contingência e planos ativados para a retoma assistencial. Se ao PSD lhe preocupa saber quais são os planos, a nós preocupa-nos saber quais são os números desta retoma.

Falamos ainda numa retoma assistencial em ambiente complexo, de uma nova vaga de infeções em toda a Europa e Portugal. Nos Açores, a abertura ao exterior com o imperativo da retoma económica põe o Serviço Regional de Saúde em contingência, obrigatoriamente em contingência. Temos um aumento quase diário de casos importados. Será que este PSD não sabe descodificar esta ameaça?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Volto a frisar o comportamento exemplar dos nossos técnicos de saúde no cumprimento de todas as medidas preconizadas para conter a ameaça pandémica. E partilho com estes a preocupação de uma retoma o mais rápida possível para que o acesso aos cuidados de saúde sejam os adequados em todas as situações.

Sem descodificação e um novo discurso, este PSD não consegue entrar no mundo real das dinâmicas assistenciais do nosso e, porque não, de outros sistemas de saúde por esta Europa fora.

Precisamos crescer ainda mais em recursos humanos. Precisamos de mais técnicos de várias áreas específicas para aumentarmos a produção e acesso a cuidados de saúde. Quem, há muito, decodificou esta necessidade foi o Governo do Partido Socialista, efetuando, no ano passado, a maior contratualização de sempre em enfermeiros. Cresceu com disponibilidade de destes técnicos no mercado de trabalho, mas não podem encontrá-los onde sejam escassos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mais médicos de família. Já se esqueceram do esforço efetuado para o seu recrutamento e cobertura alcançada em 2019?

Deputado José San-Bento (PS): Ah, pois! Estão esquecidos!

O Orador: Pergunto, Sra. Secretária Regional: quantos temos?

Mais especialistas hospitalares. Já se esqueceram do grande crescimento em oferta de vagas para formação específica nos Açores e as perspetivas para contratualização e fixação destes médicos na nossa Região? Pergunto, Sra. Secretária: quanto temos?

Mais técnicos de diagnóstico e terapêutica. Pergunto-lhe, Sra. Secretária Regional da Saúde: quantos temos? É que o PSD precisa de saber!

Quanto à mortalidade excessiva, Sra. Deputada Mónica Seidi, ela ocorreu em todos os países atingidos pela pandemia. Agora, estuda-se a casuística e as eventuais causas e, certamente, recolhendo as ilações face às medidas tomadas. Para isso, um novo paradigma se impõe em todas as áreas assistenciais para um período que ainda não é o pós-pandémico.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não culpe o Serviço Regional de Saúde, porque corre o risco de, irresponsavelmente, culpar os seus técnicos!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD insiste em ir sempre atrás de problemas. Nós insistimos em ir à frente nas soluções.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(* Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante este debate sobre o funcionamento do Sistema Regional de Saúde, a Sra. Secretária foi àquela tribuna fazer um rasgado elogio à governação socialista, socorrendo-se de estatísticas que, infelizmente, só os senhores é que validam.

Deputado Carlos Silva (PS): É mentira, Sra. Deputada!

A Oradora: O problema, Sra. Secretária, é que os açorianos que desesperam à espera de cuidados de saúde não são um número. Por detrás das suas estatísticas e do autoelogio, continuamos a ter os açorianos sem médico de família e, portanto, quando se sentem doentes, não têm a quem recorrer.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais açorianos?

A Oradora: A única alternativa é entupirem as urgências dos hospitais. Ninguém doente consegue ficar meses e meses à espera da consulta externa. E mesmo que conseguissem uma consulta externa, precisavam no mínimo de saber qual a especialidade que deveriam consultar, mas para isso precisavam de ter um diagnóstico, coisa que não têm. Arrastam-se no tempo sem saber do que é que sofrem. Este é o funcionamento do Sistema Regional de Saúde!

E por falar em especialidade, continuamos exatamente na mesma, ou seja, em vez de termos os médicos especialistas a deslocarem-se às ilhas sem hospital, continuamos a ter os doentes açorianos a terem que se deslocar das suas ilhas de residência, tendo que ficar fora das suas casas às vezes mais do que uma semana, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... porque a incompetência é de tal ordem que não se consegue articular a data da consulta com os horários da SATA.

Sra. Secretária, isto é quando os doentes deslocados têm sorte, quando não têm que voltar às suas ilhas sem consulta, porque ou esta foi cancelada, ou afinal à última hora faltava um exame complementar de diagnóstico, ou uma outra trapalhada qualquer que as pessoas acabam por nem sequer perceber porque é que saíram das suas casas, estiveram uma semana fora, com o Sistema Regional de Saúde a pagar e voltaram à sua ilha exatamente na mesma. Este é o funcionamento do Sistema Regional de Saúde!

E quanto às listas de espera cirúrgicas, independentemente do Vale Saúde trazido pelo CDS, e bem, o Vale Saúde continua a não funcionar. Os senhores nem sequer usam do expediente que têm, nem sequer usam das situações que poderiam usar para aliviar as listas cirúrgicas. Os açorianos ficam meses e anos a sofrer com dores à espera de uma cirurgia, de uma intervenção, muitas vezes de baixa, completamente incapacitados para

desempenhar as suas funções no seu trabalho, a ficarem deprimidos sem saber o que é que têm e quando é que vão ser intervencionados. Este é o funcionamento do Sistema Regional de Saúde!

Finalmente, com a pandemia, para não se morrer de COVID, deixou-se os açorianos morrer de tudo o resto, aflitos, sozinhos e sem sequer se poder despedir dos seus. Sras. e Srs. Deputados, este é o funcionamento do Sistema Regional de Saúde!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi. Prescinda. Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um debate importante. Na sociedade açoriana, este é um debate fundamental para o futuro dos Açores.

Eu devo dizer que, em relação a esta matéria, o PPM tem grandes preocupações, não só pelos desequilíbrios que o sistema já apresenta, mas também tendo em conta as circunstâncias especiais que estamos a enfrentar. E, nesse sentido, é preciso qualificar as nossas respostas políticas. Nesse sentido, é necessário qualificar os protagonistas aqui no Parlamento e também no âmbito da Administração Regional que terão essa responsabilidade e que têm esse conhecimento específico. É, por isso, com grande orgulho que posso aqui afirmar, divulgar o facto de o PPM ter em vários lugares elegíveis das suas listas eleitorais, em várias ilhas, médicos que me permitirão uma análise especializada nesta matéria. Eu considero que isso é da maior relevância.

Deputado José San-Bento (PS): E o Deputado Luís Maurício?

O Orador: E é incrível, absolutamente incrível que, por exemplo, o Partido Socialista, numa conjuntura destas, não tenha nas suas listas eleitorais, nas diversas ilhas e na compensação, nenhum médico que integre as suas listas eleitorais. E isto significa uma enorme fragilidade para o debate parlamentar por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque, com todo o respeito, o Sr. Deputado José San-Bento não é um especialista nesta matéria e não é o interlocutor qualificado nesta matéria. É evidente que não tem a formação necessária. E já vimos que só tem uma intenção e a intenção é bajular o Governo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Então o senhor não devia participar neste debate! O senhor é médico?

Deputado André Rodrigues (PS): O senhor está a falar mal de si próprio!

O Orador: E, portanto, nesse sentido, o que eu quero aqui dizer é que parece que os senhores querem desvalorizar. É objetivo que os senhores estão a desvalorizar o Parlamento dos Açores nesta matéria quando excluem os médicos das vossas listas! Pergunto-vos do que é que os senhores têm medo. O que é que os médicos sabem, que os senhores não querem que seja discutido no interior das vossas próprias fileiras? E esse é um apontamento que devo, desde já, realizar.

Mas também devo dizer que, incrivelmente, inexplicavelmente, o Partido Social Democrata também não apresenta em lugares elegíveis nenhum médico que possa aqui estar na próxima legislatura para dar o seu contributo nesta matéria.

Portanto, por parte do Partido Socialista e por parte do PSD existe uma desvalorização tremenda, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sr. Deputado, estamos a falar de Saúde!

O Orador: ... numa conjuntura especial que vamos ter que enfrentar. Não podia deixar de fazer aqui esta referência.

Dizia o Sr. Deputado José San-Bento: a mim, a dívida não me preocupa. A V. Exas. preocupava muito a dívida da Região. A mim não me preocupa nada. Pois, é evidente que não lhe preocupa! Não lhe preocupa os 120 milhões de euros que os senhores têm só de dívida aos fornecedores?!

Deputado José San-Bento (PS): Não disse isso!

O Orador: É que eles estão à espera! Os seus empregados e essas empresas estão à espera! Essas famílias estão à espera! Ao senhor não lhe preocupa, é evidente. O senhor não tem nenhuma preocupação nessa matéria. Mas eu tenho! E muita gente tem preocupações em relação a essa matéria, porque o número é absolutamente incrível, mais de 120 milhões de euros só a fornecedores! Isto para não falar da dívida global do sistema, que é absolutamente insuportável e que, evidentemente, condiciona a forma e as respostas que os nossos hospitais, que o nosso Sistema Regional de Saúde pode dar nas condições de falência em que se encontram muitas das nossas instituições ligadas à Saúde. Ao senhor não preocupa! Não o preocupa! Não o preocupa uma dívida colossal que nós temos na área da Saúde e que, evidentemente, coloca os hospitais dos Açores constantemente sob pressão! E já se viu como é que entramos nesta crise da COVID-19, em que entramos sem equipamentos, em que entramos mal preparados, exatamente porque os senhores tinham os hospitais completamente desfalcados!

E os senhores disseram: mas mesmo assim respondemos. Pois, respondemos, graças à coragem, ao trabalho dos profissionais na área da Saúde. E quero dar aqui uma homenagem, que em condições difíceis, muitas vezes sem máscaras sequer, sem equipamentos que são os equipamentos que eram absolutamente essenciais, deram uma resposta corajosa sem condições absolutamente nenhuma! Essa homenagem quero fazer. Mas quero-vos garantir uma coisa: num Governo em que venha a ter influência, em que eu venha a ter capacidade de decisão política, eles não serão submetidos às

condições terríveis que tiveram que enfrentar nas presentes circunstâncias, porque a área da Saúde é uma área fundamental para o PPM. E nós consideramos que na presente conjuntura é evidente que se trata também de uma área em que temos de projetar os recursos necessários.

Nesta intervenção quero ainda referenciar mais um falhanço colossal por parte do Governo Regional: o Governo Regional ficou de apresentar nesta legislatura uma estratégia para captar, para conseguir trazer para a Região médicos, profissionais, gente especializada. E os senhores falharam redondamente nessa matéria! Continuamos a ter um défice brutal em muitas das áreas que são essenciais para uma resposta eficaz do Sistema de Saúde. Os senhores não conseguem atrair os médicos. Os senhores não conseguem fixar os médicos. Os senhores continuam a acumular problemas, porque os senhores não têm capacidade para criar respostas eficazes.

Há um conjunto de abordagens de outros temas que é importante referenciar, mas guardo esta referência para uma segunda intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu devo-lhe dizer que entro neste debate com a tranquilidade necessária para pôr aqui algumas questões na ordem do dia. E ouvi-a atentamente, o que a Sra. Secretária disse ali da tribuna, e atentamente o que foi dito aqui pelos colegas.

A primeira questão que eu gostaria de dizer é que o CDS tem sido muito crítico relativamente à Saúde, mas o CDS também teve muita propositura relativamente à Saúde. Começamos pelo Vale Saúde. Não satisfeitos, avançamos para o CIRURGE. E não satisfeitos ainda com as listas de espera, avançamos, no último Plano e Orçamento, com um projeto que seria uma

auditoria ou uma sindicância ao porquê de, havendo mais dinheiro, mais investimento no combate às listas de espera, elas não reduzirem na exata medida que era desejada por todos nós. Isso, infelizmente, ainda não foi posto em prática. E aí nós íamos perceber onde é que estava o defeito, se era no Vale Saúde, se era no CIRURGE, se é nos recursos humanos, se é na falta de tecnologia, se é na marcação, se é na agenda. E, portanto, era preciso perceber onde é que falhava o sistema. Infelizmente, não foi avante. Mas, Sra. Secretária, portanto, é isso que nos dá a esteira para, tendo propositura, podermos criticar quando entendemos que o devemos fazer.

Eu quando a ouvi ali de cima, fiquei com a ideia que isto era o seu discurso de tomada de posse como Membro do Governo, porque era daqui para a frente que se ia fazer tudo, fiquei com essa ideia, e que para trás pouco se fez. Mas, naturalmente, todos deram o seu esforço da maneira que entenderam.

Agora, os 4% de aumento das consultas de cuidados primários de saúde, é preciso perceber quais são. Foi 4% das consultas, não foi da atividade assistencial, que são duas coisas diferentes. Uma coisa é a atividade assistencial, outra coisa é o aumento das consultas. E porque é que aumentou 4%? Porque 41% foi por teleconsulta, não é? Foi por telefone. E, portanto, eu não sei se a Sra. Secretária quer, ou o Partido Socialista, montar na Saúde um call center da Saúde. Ou seja: está, sim? Daqui fala a Joaquina do Serviço Regional de Saúde, em que posso ajudá-la? Ou então: tem dores, marque 1; quer medicação, marque 2; quer falar connosco, marque 3.

Deputada Graça Silveira (Independente): E o reembolso?

O Orador: E vai para a lista de espera. E fica na lista de espera este tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas a música é boa!

O Orador: E, Sra. Secretária, é essa música que os açorianos já não querem. Eles querem medidas práticas.

E sabe qual é o “calcanhar de Aquiles” do Serviço Regional de Saúde, Sra. Secretária? São os recursos humanos, em primeiro lugar. E em segundo... Quer dizer, em primeiro lugar, os recursos humanos, mas não são aqueles que a senhora está a pensar. Não são os assistentes operacionais, que esses estão em conflito com a tutela. Não são os enfermeiros, que estão em conflito com a tutela. Não são os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que estão em conflito com a tutela. Não são os farmacêuticos, que estão em conflito com a tutela. Ou seja, todos os profissionais de saúde estão descontentes com a tutela, mas, mesmo assim, sendo desconsiderados, dando o seu melhor. Isto é que é absolutamente... E dispensam aquelas homenagens e aqueles discursos bonitos. Eles precisam de outra coisa, como vamos discutir mais à frente. Mas o problema são os gestores que nós colocamos à frente das instituições.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso é que é o problema, Sra. Secretária! Como são escolhidos? Veja-se o caso do Hospital de Ponta Delgada, quantas demissões já houve? Quantos conflitos há com os diretores de serviço, com a administração, com esta e com a outra? Quantas demissões já tivemos? Porquê? Qual foi o critério para os escolher? Veja-se o Hospital da Horta, porquê? Qual foi o critério para os escolher? E, portanto, a escolha de gente competente para gerir as unidades de saúde é fundamental. E é isso a grande falha que não se conseguiu ultrapassar. E essa é fundamental ultrapassar-se para termos êxito, porque nenhum bom gestor deixa ir embora os seus melhores profissionais. Foram embora do Hospital de Ponta Delgada. Foram embora do Hospital do Santo Espírito. Foram embora do Hospital da Horta. E porquê, Sra. Secretária?

Aliás, devo dizer que nunca se formou tanto açoriano, tanto jovem licenciado e especializado em medicina nas mais diversas áreas. Na última década

foram dezenas, dezenas, Sra. Secretária, de especialistas que estão fora da Região, que o Governo não deu hipótese de virem para a sua terra! E isso é que é grave! Isso é que é preocupante! Gente que queria vir para a sua terra, e a gente manda-os embora, porque as administrações dos hospitais, políticas, sem competência... vou repetir, políticas, sem competência, nomeadas por filiação ou escolha partidária, não têm a competência de os saber segurar. E quem é responsável em última instância obviamente que é o Governo da Região Autónoma dos Açores. Dezenas e dezenas de jovens açorianos que se esforçaram para entrar na faculdade, que tiraram um curso, que tiveram sucesso no seu curso, que entraram, ainda mais difícil, para uma especialidade, que tiveram sucesso na sua especialidade, e a sua terra não lhes dá condições para eles voltarem a exercer medicina na sua terra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, se 80% deles voltassem, já não digo 100%, nós teríamos um Serviço Regional de Saúde de excelência. 80%! Mas os senhores põem-se a discutir tostões e assim não vão lá. É preciso criar condições para fixação. Pagar-lhes! Não é dar-lhes 1500 escudos para a gasolina, 300 para a renda de casa e mais não sei quanto.

Médicos de família?! É uma miragem! É agora?! Já foi em 12, em 14, em 16, em 18, em 20...

E, portanto, o grande problema, a minha grande tristeza é ver excelentes quadros que estão fora da Região porque a Região não lhes deu condições para eles voltarem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Dermatologia em Angra, como é que estamos? Dermatologia em Ponta Delgada... O maior hospital dos Açores não tem um dermatologista! Isto é... Urologia em Ponta Delgada, como é que estamos?

E se olharmos ainda para o quadro assustador, em que os mais jovens são jovens da minha idade, alguns, na maioria deles, como por exemplo na otorrino, ...

Deputado José San-Bento (PS): Já não são assim tão jovens!

O Orador: ... isso é que é preocupante, Sr. Deputado José San-Bento. É que já os senhores não estão a renovar especialistas, perderam idoneidade formativa e não estão a fixar gente na nossa Região. Isso é que me preocupa!

Deputado José San-Bento (PS): E a mim também!

O Orador: E, portanto, era preciso retomar a idoneidade formativa em algumas áreas e em algumas especialidades que já tivemos.

Como me preocupa outra coisa: alguma idoneidade formativa em algumas unidades de saúde de ilha, que eu não sei como foi dada e quem a deu. Também me preocupa! Mas preocupa-me, sobretudo, que, num espaço de tempo muito curto, nós não vamos ter recursos humanos.

Mas, Sra. Secretária, eu tenho uma pergunta para lhe fazer, porque à tarde temos outro assunto para discutir, que é relativamente à carreira farmacêutica: a Sra. Secretária... mais uma vez, é recrutar dirigentes de serviço. Está um concurso aberto para diretor de serviço de farmácia do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira. E eu quero saber como é que este concurso está feito, em que moldes está feito e se cumpre a legalidade, porque é um concurso que é ilegal, na minha perspetiva, para a direção de farmácia do Hospital do Santo Espírito. Eu queria perguntar à Sra. Secretária o que tem a dizer sobre este concurso, porque é que o abriu, como o abriu. Se, efetivamente... Eu vou repetir, para a carreira farmacêutica, vinculados a qualquer instituição do Serviço Regional de Saúde... Portanto, o que é que se passa com este concurso? Como é que a senhora abre um concurso para uma carreira que não existe? É a pergunta que eu tenho que lhe fazer. Qual é o objetivo deste concurso? É para ficar deserto? Tem outro segundo

objetivo? Isto é gravíssimo! É de uma gravidade abrir um concurso à partida ferido de legalidade! E mesmo assim avança-se?! Isso é a prova do que eu tenho estado a dizer até aqui. É a gestão de dirigentes de serviços. Qual é a intenção, Sra. Secretária? Deixo-lhe esta pergunta, porque esta é muito importante que me responda, sobretudo a esta. O que é que está por trás deste concurso? Qual é o objetivo deste concurso? E porque é que ele é feito nestes moldes, de uma carreira que não existe?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tinha pedido a palavra para uma interpelação. Microfone, por favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Só para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos interromper para o almoço. Regressamos à 15h. Mas o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes para a vossa organização.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo ainda dispõe de 19 minutos e 18 segundos. O PS dispõe de 14 minutos e 1 segundo. O PSD dispõe de 12 minutos e 49 segundos. O CDS-PP dispõe de 2 minutos e 11 segundos. O Bloco de Esquerda dispõe de 20 segundos. O PCP dispõe de 12 segundos. O PPM dispõe de 3 minutos e 27 segundos. E a Sra. Deputada Graça Silveira dispõe de 1 minuto e 26 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Regressamos então às 15h.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos dar continuidade ao debate de urgência no âmbito do funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Eram 15 horas e 09 minutos.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

A Mesa ainda tinha várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes. Alerto de que dispõe de muito pouco tempo.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Ouvi atentamente aquela que foi a intervenção do Sr. Deputado San-Bento e particularmente na parte que destinou ao nosso Grupo Parlamentar, de que nós faríamos aqui ou que nós fizemos aqui afirmações que não teriam propriamente aderência à realidade. Bem, o que eu quero, aqui, mais uma vez, reafirmar é o desafio que nós, Bloco de Esquerda, lançamos ao Partido Socialista. E esse desafio traduz-se em quê, de forma muito concreta? Será que o Partido Socialista, de hoje em diante, fará escolhas políticas completamente diferentes daquelas que fez até agora? E quando me refiro a escolhas políticas completamente diferentes, refiro-me à escolha entre apoiar financeiramente e economicamente o setor privado da saúde, ou investir a sério e acabar com a suborçamentação constante ao Serviço Regional de Saúde. Essa é a escolha que o Partido Socialista terá de fazer para o futuro. E esse é um desafio que nós, Bloco de Esquerda, lançamos. Se a intenção do Partido Socialista for, de facto, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... acabar com o subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, então estaremos ao lado do Partido Socialista se assim for, senão continuaremos separados naquelas que são as nossas opções ideológicas.

De forma muito concreta, e termino, Sra. Presidente, aqui, a escolha está entre adubar um futuro hospital privado da Lagoa através de convenções com o Serviço Regional de Saúde e, quem sabe, também, atravessando o perigo de ver muitos dos recursos humanos... e quando me refiro aqui a recursos humanos, a pessoal médico e pessoal de enfermagem que será necessariamente desviado do Serviço Regional de Saúde para trabalhar neste hospital privado, ou se vai escolher investir a sério nos hospitais públicos da Região. Esta é a escolha que compete ao Partido Socialista. E se a escolha for conforme aquilo que o Bloco de Esquerda defende, então, sim, teremos condições para começar a conversar sobre o futuro do Serviço Regional de Saúde.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Bom, estamos neste fim de legislatura a discutir uma vez mais o setor da Saúde e a saúde da Região. E logicamente que não gostaria de ficar de fora deste debate, se bem que os meus camaradas que me antecederam e o Governo, através da Sra. Secretária, já tenham dito muito daquilo que é o Serviço Regional de Saúde e a sua evolução.

Gostaria aqui de dizer que o Serviço Regional de Saúde é, de facto, um dos principais pilares da coesão regional e é, sobretudo, um dos fundamentais pilares da nossa autonomia.

Em 40 anos de autonomia, o nosso Serviço Regional de Saúde evoluiu de forma gigantesca, quer em recursos sejam eles físicos, sejam eles humanos, sejam eles técnicos e tecnológicos, teve uma evolução que é de todos conhecida e que é de todos pública. E que, também, sobretudo, é reconhecido pelos açorianos e por todos aqueles que utilizam o Serviço Regional de Saúde, mesmo não sendo açorianos, mas que, ocasionalmente, recorrem a ele.

Falamos sobre Saúde obriga-nos a que tenhamos serenidade e que sejamos muito objetivos e muito claros. É um setor que obriga a assumirmos responsabilidades e também a assumirmos que nem sempre as situações correm bem, que nem sempre temos as melhores soluções nem temos as melhores respostas, mas também assumimos que damos sempre o melhor para estarmos em permanente e contínua melhoria do Serviço Regional de Saúde.

É um Serviço que tem que estar sempre escrutinado? É verdade, tem que estar sempre escrutinado. É um Serviço que deve ser apreciado desapassionadamente? Deve ser apreciado desapassionadamente. Devemos ser críticos? Devemos ser críticos, mas, sobretudo, devemos ser muito objetivos e muito concretos na propositura de soluções alternativas que visem a sua melhoria e que visem a sua consolidação no futuro.

Devemos assumir as suas imperfeições e constrangimentos? Assumimos sempre aqui essa realidade, mas também assumimos sempre que temos um bom e um muito bom Serviço Regional de Saúde.

Não devemos transmitir mensagens que transmitam o medo aos açorianos, à desconfiança dos açorianos perante os excelentes profissionais de saúde que temos na nossa Região, no nosso Serviço Regional de Saúde, e na qualidade dos cuidados que são prestados a cada um dos açorianos de Santa Maria ao Corvo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Temos que abandonar este tipo de discurso e temos que ser altamente críticos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é um recado para dentro, não é?

O Orador: ... mas sempre positivos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E, de facto, lamentamos profundamente o discurso que aqui foi feito pela Sra. Deputada Graça Silveira, quando se diz que era extremamente perigoso, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu nunca usei essa palavra!

O Orador: ... que é um Sistema Regional de Saúde em que os açorianos estão desesperados, que vivem no desespero, no medo. Nós refutamos esta apreciação!

Deputada Graça Silveira (Independente): Perigoso?! Perigoso é o seu discurso!

O Orador: O nosso Serviço Regional de Saúde é um bom Serviço Regional de Saúde. O nosso Serviço Regional de Saúde é, indiscutivelmente, um serviço em que cada açoriano pode confiar.

Há cerca de 2 meses atrás, todos nós, todas as bancadas aqui, discutíamos e enaltecíamos os profissionais de saúde, enaltecíamos o Serviço Regional de Saúde por aquilo que foi feito nesta fase de pandemia, nesta fase em que nós não estávamos preparados nem esperávamos que acontecesse, mas que soubemos dar respostas eficazes e eficientes e em tempo útil. De facto, isso foi feito porque temos profissionais de saúde de excelência, temos profissionais de saúde em todas as categorias e em todas as áreas que se empenham, que são briosos e que a sua preocupação é de continuar a servir o bem público. E a isso nós temos que prestar um grande elogio.

Nós não estamos, de facto, perante nenhuma situação de exceção neste momento. Estamos, de facto, numa situação de alerta. Mas, atenção, Sras. e Srs. Deputados, podemos falar e discutir tudo o que quisermos, mas há uma coisa que temos que saber: é que os serviços de saúde têm que estar como se estivessem em situação contingência e têm que estar preparados para uma segunda vaga que vai acontecer. E para nós é muito gratificante assistir que o Serviço Regional de Saúde está mais e melhor preparado para fazer face a uma possível nova vaga, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... está preparado para isso, do que eventualmente aquilo que pudesse não acontecer ou não estar a acontecer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: É muito importante passarmos estas mensagens para todos os açorianos e açorianas.

É evidente que as nossas unidades de saúde e os hospitais têm as suas condicionantes, limitações. Sempre tiveram. Mas será que o nosso Serviço Regional de Saúde é assim tão diferente do que é o Serviço Nacional de Saúde? É assim tão diferente do que são os serviços de saúde da Europa, perante esta pandemia que a todos nós...

(Aparte inaudível)

Inscreva-se, Sr. Deputado, e venha ao debate.

Será que o nosso Serviço Regional de Saúde é tão diferente daquilo que é o Serviço Nacional de Saúde, os serviços da Europa, a capacidade de resposta que temos e que temos dado e eles têm dado? É assim tão diferente? Não, não é. Aliás, há dezenas de publicações europeias, há dezenas de publicações portuguesas que dizem quais são os constrangimentos que nós temos, quais

são os constrangimentos dos serviços de saúde perante uma pandemia como esta, para a qual nós não estávamos de todo à espera e também não estávamos preparados.

Reconhecemos que este impacto produziu, de facto, atrasos na acessibilidade aos utentes não COVID-19, atrasos em consultas, em exames complementares, em cirurgias, tudo isso, mas, pergunto eu, que serviço de saúde não sofreu as mesmas consequências?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nenhum. Todos eles sofreram as consequências e todos eles têm tido capacidade de se começarem a reformular, tal como o Serviço Regional de Saúde, através das suas unidades de saúde e dos seus hospitais, que têm os seus planos de retoma perfeitamente preparados.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de terminar com duas citações, fazer um alerta, um alerta a todas as Sras. e Srs. Deputados, sobretudo àquelas que vão continuar: é que todos devemos estar muito preocupados com a formação dos nossos profissionais de saúde, formação dos novos profissionais de saúde em todas as áreas, mas especialmente nas áreas médicas, porque quem está atento a este fenómeno, quem acompanha as publicações sociais do Serviço Nacional de Saúde o que vê é que em todas as especialidades, nos dados publicados entre 2010 e 2017, diminui o número de novos especialistas que saem. E há só três especialidades em que saem mais especialistas: cirurgia, obstetrícia/ginecologia, essencialmente, e ortopedia. E as outras especialidades? Posso-vos dizer, a título de curiosidade, que o número de médicos que saiu entre 2010 e 2017, os novos especialistas, 59.6% só, em cada especialidade, atingiam dois dígitos, isto é, saíram mais de 10 médicos, e 40,4% saíram com menos de dois dígitos, quer dizer que saíram apenas com menos de 10 médicos. E isto é manifestamente

insuficiente para todo e qualquer serviço de saúde pública que possamos ter, seja nacional, seja regional.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Por isso, o apelo que deixo é que, de facto, a Direção do Conselho Médico da Região mais os diretores e os coordenadores do Internato se debrucem sobre esta questão, juntamente com o Governo, juntamente com o Srs. Deputados, para que possamos e que se possam encontrar alternativas. Da mesma maneira que esta Assembleia aprovou aqui um Projeto de Lei que foi para que conseguíssemos atingir a reciprocidade do Serviço Nacional de Saúde com o Serviço Regional de Saúde, também nós possamos ou vós possais mandar para a Assembleia da República alguma iniciativa que dê alguma proteção ou crie condições para que seja possível aumentar a formação, aumentar as idoneidades e tentar recrutar e fixar mais médicos na Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Por último, dizer que me congratulo porque – a nossa formação e as idoneidades – temos, neste momento, cerca de 141 médicos internos, em que 45 estão no ano comum, 44 em medicina geral e familiar e 52 no internato hospitalar.

Mas, mais do que isso, termino, Sra. Presidente, dizendo que defendo aquilo que é o histórico do PSD, que é o promotor deste debate. É que eu defendo esta situação. E vou ler-vos aqui aquilo que aconteceu no Fórum do Serviço Regional de Saúde da Ordem dos Enfermeiros, em julho de 2019. O que é que disse alguém muito importante e referência do PSD/Açores nesta matéria? Vou citar o Dr. João Bosco Mota Amaral, disse: “Atualmente, o antigo Presidente do Governo Regional dos Açores só tem palavras para elogiar o trabalho que tem sido feito nesta matéria em toda a Região desde o

topo ao mais humilde colaborador dos nossos hospitais e centros de saúde. É um serviço de alta qualidade.”

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mas mais, Srs. Deputados, vou dizer o que disse o então líder do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, Dr. Luís Maurício, aqui presente: “O Serviço Regional de Saúde evoluiu de forma extraordinária nos últimos 40 anos. Temos orgulho no Serviço Regional de Saúde e, sobretudo, temos orgulho nos seus profissionais. Sem o empenhamento dos seus profissionais não era possível ter hoje o nível de cuidados de saúde que temos nas nossas instituições.”

Perante isto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que dirá o PSD?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi. Prescinda. Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

O Governo afirma, afirmou e afirmará que a saúde dos açorianos é sempre uma prioridade, senão vejamos:

Em termos de recursos humanos, de 2016 até ao mês de julho, temos, em 2016, 4989. E até ao mês de julho, 5580;

Se falarmos em médicos, e aqui não estamos a falar dos médicos em formação, tínhamos 599. Temos 660;

Enfermeiros, tínhamos 1545. Temos 1675;

Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, tínhamos 323. Temos 382;

Outros técnicos, tínhamos 2498. Temos 2838.

Há aqui, sem dúvida nenhuma, um acréscimo muito significativo de recursos humanos na área da Saúde e em todas as áreas.

Se falarmos nos médicos de medicina geral e familiar, tínhamos 115 médicos. Neste momento, temos 150. E temos um concurso aberto, que serão amanhã as entrevistas, para 5 médicos de medicina geral e familiar para a unidade de Saúde da Ilha Terceira. E fica assim com 100% de médicos cumpridos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que também foi feita esta pergunta, de 323 para 382.

Se passarmos à deslocação de especialistas e à deslocação de utentes, é importante realçar que os doentes deslocados desceram de 9.36% face a 2016 e aumentou 85% a deslocação de especialistas. E este ano, mesmo com a pandemia que todos assistimos, temos: a Santa Maria já foram 8 especialidades; às Flores já foram 6 especialidades, como exemplo cirurgia vascular, pneumologia, cardiologia, imagiologia, dermatologia e nefrologia; a São Jorge foram já 7 especialidades; à Graciosa foram ginecologia, medicina interna, oftalmologia, psiquiatria, entre outras.

Falando nas unidades de saúde em ilhas sem hospital, é importante também perceber que os cuidados primários com a promoção e a prevenção da saúde também cresceram a sua qualidade em muito durante estes anos.

Se pensarmos em dois indicadores, por exemplo na proporção de grávidas com uma primeira consulta médica de vigilância de gravidez realizada no

primeiro trimestre e falando só nas unidades sem hospital: a USI de Santa Maria passou, em 2013, de 16% das grávidas vigiadas para 89%; a Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa passou de 29% para 88%; a Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge, de 14% para 96% das grávidas vigiadas no primeiro trimestre de gravidez; ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Passaram de 12 para 4!

A Oradora: ... a Unidade de Saúde de Ilha do Pico, de 55% para 87%. A USI das Flores, de 0% para 92%, etc., etc., etc.

Deputada Graça Silveira (Independente): Continuamos na senda das percentagens! Olhe, de um para dois são 100%!

A Oradora: Portanto, a promoção e a prevenção, o cuidado, quer na gravidez, quer nas crianças, tem vindo a ser um fator de sucesso e que estamos a fazer.

Se pensarmos na proporção de crianças com pelo menos 6 consultas no primeiro ano de vida, e falo na mesma nas 6 ilhas sem hospital, passamos de números: Santa Maria, de 20% para 72%; USI Graciosa, de 4% para 94%; USI São Jorge, de 10% para 95%; USI Flores, para 84%; Corvo, para 100%. Portanto, há uma melhoria significativa na promoção, prevenção, nos cuidados, no planeamento, quer infantil, quer das grávidas. Isto só a título de exemplo.

Relativamente às listas de espera e aos relatórios SIGICA, eles estão em dia, são publicados e são de consulta pública e estão todos publicados em dia. Não é verdade que não temos publicado toda essa situação.

Colonoscopias, que nos perguntavam, que a Deputada Mónica Seidi perguntava das colonoscopias. Colonoscopias realizadas este ano: ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não realizadas! Canceladas!

A Oradora: ... Hospital da Horta, 125; Hospital da Terceira, 360; Hospital de Ponta Delgada, 576.

Deputada Mónica Seidi (PSD): As desmarcadas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As não realizadas! A senhora não diz as que ficaram por fazer! Siga o exemplo do Deputado Domingos Cunha!

A Oradora: Se falarmos em ecografias, temos: 9338 ecografias realizadas; na Horta, 2840; no Hospital da Terceira, 3966 realizadas.

Se falarmos de colonoscopias em rastreio, que também foi aqui abordado, é importante reforçar que no início do ano existiam 250 colonoscopias de rastreio por realizar.

Deputada Mónica Seidi (PSD): 15 meses à espera!

A Oradora: Neste momento, 150 estão realizadas, 50 já estão marcadas e faltam marcar 50.

Portanto, isto para vos dizer que, apesar da situação que vivemos, apesar do alerta e da contingência, nós estamos em retoma, estamos a trabalhar e estamos a funcionar.

Relativamente aos dados que a Deputada Mónica Seidi perguntou, e que trago aqui também para vos dizer, total de consultas realizadas nos três hospitais, vou falar de consulta externa: ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Por realizar!

A Oradora: ... de janeiro a julho de 2019, 190 mil; de janeiro a julho de 2020, 166 mil. Que eram os dados que perguntava do que é que...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não! Por realizar!

A Oradora: Portanto, se comparar um ano com o outro, consegue ter esse tipo de número.

Por outro lado, é importante perceber que de junho para julho...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é inacreditável!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É preciso fazer um desenho para perceber?

A Oradora: ... este valor já foi aumentado e que tem sido aqui realizado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com um desenho chega lá! Chega lá com um desenho!

A Oradora: O concurso do diretor de farmácia do Hospital da Terceira. A carreira farmacêutica foi publicada em Diário da República, em 2017. Podia não haver um concurso. Existe um concurso mais transparente. Está-se a fazer a contagem para a valorização remuneratória. E mesmo esses são aceites na candidatura ao concurso. Portanto, o concurso é um concurso transparente, para quem quiser concorrer para diretor da farmácia do Hospital da Ilha Terceira. E a carreira existe e está publicada desde 2017.

A mortalidade nos Açores... Falar de mortes é sempre uma questão a lamentar. A mortalidade nos Açores, tal como referiu, foi 5.7%, mas a mortalidade exatamente no mesmo período de tempo foi menos de metade do que aconteceu no Continente, que foi 12.2% no Continente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora disse que a mortalidade nos Açores era excessiva!

A Oradora: Por último, relativamente aos enfermeiros, é importante dizer que, relativamente aos enfermeiros, já avançamos com as valorizações remuneratórias, que serão pagas em setembro, com efeitos à data da efetiva progressão na carreira de cada um.

Relativamente aos enfermeiros CIT, a 1 de janeiro de 2019, entrou em vigor a Convenção Coletiva de Trabalho n.º 30/2018, de 7 de setembro de 2018. E, sim, a partir desta data, de acordo com os sindicatos, passam a ter uma carreira com tabela salarial e com uma avaliação, tal como todas as outras carreiras.

Enfermeiros especialistas. O Governo Regional já deu uma quota de 288 especialistas. E este ano de 2020, já em 2020, aumentou essa quota,

aumentando mais 59 vagas de especialistas a juntar às 288 que já tinham sido realizadas.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, quanto tempo é que eu tenho? Peço desculpa.

Presidente: Tem 2 minutos e 7 segundos.

O Orador: Sra. Presidente, então, muito rapidamente, eu fui interpelado em várias intervenções de colegas e por uma questão de respeito eu não posso deixar de responder. Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, para mim, para falar sobre Saúde basta-me a confiança do meu Grupo Parlamentar. E tem muita confiança nisso.

Deputado Francisco César (PS): E tem muita!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ficamos a saber que o Sr. Deputado Paulo Estêvão só vai falar de educação e mais nada!

O Orador: Em segundo lugar, queria dizer, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Paulo Mendes, quando diz que nós temos que investir a sério no Serviço Regional de Saúde... É precisamente isso que fizemos. Foi precisamente isso que eu tentei demonstrar. Nós, recentemente, aprovamos um Orçamento Retificativo, em que reforçamos o orçamento da Saúde em mais 15 milhões para investimento e mais 80 milhões para funcionamento. Nós vamos ter 357 milhões de euros no orçamento da Saúde, em 2020. É quase 1 milhão de euros por dia! 1 milhão de euros por dia investidos na Saúde! E, portanto, se isto não é investir a sério...

O problema que existe, Sr. Deputado, e quanto a isso eu já não tenho ilusões, nunca nos vamos conseguir entender, é que os senhores têm uma visão totalmente estatizante sobre a Saúde. Para os senhores só é bom, só merece

ser apoiado aquilo que é público. E nós não temos esta visão. O Partido Socialista aposta claramente num Serviço Regional de Saúde público, como eu já referi várias vezes, mas nós reconhecemos que o setor privado e que o setor social têm um papel complementar e que confere liberdade às pessoas para terem outros tratamentos, para terem outra acessibilidade, para terem outro tipo de cuidados. Isso tem a ver com a opinião de cada um e é uma liberdade que nós reconhecemos aos cidadãos. E temos que lidar com isso sem preconceito e nunca deixando de investir a sério no serviço público, no Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado Artur Lima, telegraficamente, queria-lhe só lembrar de um aspeto, até fiquei muito surpreendido com a sua intervenção: quando o senhor acusa o Governo, as questões relacionadas com a fixação de médicos, com a formação de técnicos, Sr. Deputado, o senhor falou nisso e acusou o Governo, o que eu queria relembrar é que nós aqui nesta Assembleia já aprovamos bolsas de fixação e apoios à formação específica, que foram aprovadas no Parlamento e que até tiveram o contributo do CDS-PP!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Foi sim, senhor, Sr. Deputado. O senhor tem iniciativa legislativa e se está assim tão preocupado, avance com essas medidas, que nós estaremos aqui para analisar. E se elas forem boas, certamente, aliás, como aconteceu no passado, apoiaremos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser rápido porque tenho sensivelmente 12 segundos para a minha intervenção.

Ao contrário do que os grandes partidos dizem: bom, os Deputados que estão sozinhos conseguem falar mais vezes e mais tempo, por isso é que têm mais tempo de antena... Não é verdade, porque têm muito mais tempo do que nós e nós temos muito pouco tempo para falar aqui.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Em relação aqui ao Sr. Deputado José San-Bento, que se devia inscrever, que está aqui a falar, eu sei, eu consegui perceber a atuação aqui do Sr. Deputado José San-Bento, que diz: bom, nós temos a liberdade de pensar assim, ajudar o privado para não... e só para o público... Bom, ó Sr. Deputado José San-Bento, mas há um problema grave: é que existe muita gente...

Deputado José San-Bento (PS): Não é assim!

O Orador: ... que não tem a liberdade de pagar porque o parco salário que recebem não dá para pagar a privados se não houver um Serviço Regional de Saúde público nas devidas condições. Esta gente não tem capacidade para ir para o privado.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente, dizendo que ouvi atentamente a Sra. Secretária no que disse aqui. Sra. Secretária, eu acredito que a senhora foi induzida em erro. Acredito que errou naquilo que disse aqui, porque quando diz que nas Flores aumentou, por exemplo, 80% em relação às crianças, planeamento familiar, saúde com as crianças...

Deputado José San-Bento (PS): Planeamento familiar...

O Orador: Sra. Secretária, existem crianças com 7 anos que nunca tiveram um pediatra, nunca foram a um pediatra!

Deputado Domingos Cunha (PS): O que é que isso tem a ver com o debate?

O Orador: E que nunca foram chamadas para isso na ilha das Flores! Não é um caso, não são dois, não são três, são muitos, muitos, porque não chegam lá, porque as crianças não são acompanhadas! Sra. Secretária, acredito que tenha sido induzida em erro.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não sabe o que diz!

O Orador: E eu acredito sinceramente que a senhora foi induzida em erro e veio dizer aqui coisas erradas nesta Câmara.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não sabe o que é que diz!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP também esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É matéria delicada...

Sra. Secretária Regional, o concurso não é transparente. A primeira pergunta que tenho para lhe fazer é esta: a senhora já aplicou à Região a carreira especial de farmacêutico, à Região Autónoma dos Açores? É a primeira pergunta que tenho para lhe fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estão os Srs. Deputados do Partido Socialista agitados, porque, não sendo eu médico, vou falar sobre a Saúde.

Deputado André Rodrigues (PS): Contrariando a sua palavra!

O Orador: Mas a questão é que não há, ainda, daqui a 2 meses a situação será diferente... E, portanto, eu tenho aqui é que expressar as opiniões do partido nesta matéria.

Agora, o que acontece é que num grande partido como o Partido Socialista, que tem 30 Deputados e que terá, espero eu, muitos menos na próxima legislatura, porque não merece ter tantos e até não merece ter a maioria absoluta, nem merece governar ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... tendo em conta a situação em que colocaram a Região nas diferentes áreas. O que eu devo dizer é o seguinte: estranho que o Partido Socialista tenha feito uma espécie de caça às bruxas, neste caso uma caça aos médicos, e tenha afastado os médicos todos das vossas listas e que não tenham médicos, numa situação como aquela que estamos e enfrentar, nas vossas bancadas. Isso é a primeira vez que acontece no Parlamento dos Açores, da parte do Partido Socialista. Isso mostra muito bem o respeito que têm por essa classe profissional, que é uma classe importantíssima, tendo em conta as circunstâncias.

Deputado José Contente (PS): Antes só que mal acompanhado!

Deputado João Vasco Costa (PS): Veja desse lado onde é que estão os médicos!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde estão os médicos na lista do PPM?

O Orador: E devo dizer também o seguinte: Sr. Deputado José San-Bento, o seu problema... Diz o Sr. Deputado José San-Bento: bom, para mim, basta-me a confiança dos meus colegas e do Governo. É evidente, porque V. Exa. não tem nenhum discurso crítico para realizar em relação à bancada do Governo. V. Exa. a única coisa que vai dizer é que o Governo está a fazer tudo bem. Pronto, é só isto. E por isso é que V. Exa. não é o mais qualificado

para fazer as intervenções que faz. O que é que V. Exa. disse sobre os 120 milhões de dívida aos fornecedores? Nada! Isso a V. Exa. não preocupa nada! O que é que V. Exa. disse em relação à situação de falência dos hospitais? E a situação de falência, a expressão não é minha, é do Tribunal de Contas. O que é que V. Exa. tem a dizer sobre isso? Nada! V. Exa. não tem a dizer nada sobre isso! O que é que V. Exa. tem a dizer sobre a falta de condições, de o Governo não ter conseguido criar condições para atrair os médicos para desempenharem a sua profissão no âmbito da Região Autónoma dos Açores? O que é que V. Exa. tem a dizer sobre isso? V. Exa. não tem a dizer nada sobre essa matéria! O que é que V. Exa. tem a dizer sobre o escândalo que foi a situação da Clínica do Bom Jesus? O que é que V. Exa. tem a dizer sobre isso? Sobre o escândalo da Clínica do Bom Jesus, que ficou provado, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor é perito no debate!

O Orador: ... V. Exa. não tem nada, absolutamente nada a dizer sobre essa matéria! E por isso é que eu lhe digo que o seu contributo é um contributo absolutamente acrítico e é um contributo que não traz nada para o debate.

Devo dizer também, e para terminar, o seguinte: há coisas que podem ser resolvidas. Eu vou-lhe colocar uma questão que coloquei há cerca de 3 semanas, no âmbito de uma conferência de imprensa que organizei, Sra. Secretária: eu não percebo o que é que a Sra. Secretária está à espera para nomear o presidente do conselho de administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo. Qual é o problema? Não é criando este género de instabilidade, não é criando estas dificuldades para o funcionamento efetivo das unidades de saúde que elas funcionam com a eficácia. Eu não percebo do que é que o Governo está à espera para resolver esse problema.

E também não percebo... Já agora, gostava que o Sr. Deputado José San-Bento me tivesse explicado também e tivesse dado um contributo positivo

em relação à desgraça que é, neste momento, a resposta da Região Autónoma dos Açores em relação aos comportamentos aditivos e de dependência. Nós estamos numa situação absolutamente dramática, em que os números estão a piorar, em que a realidade social está a degradar-se progressivamente, mas de forma muito acentuada. E V. Exa., sobre isso, também não tem nada a dizer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo, também, para o debate.

E tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo. Vou aguardar a inscrição da Sra. Secretária.

Presidente: Prescinde. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caras e caros colegas:

Respondendo aqui à questão... A carreira está em curso. Primeiro têm que ser feitas valorizações remuneratórias, que estão a terminar. Será pago em outubro. E depois, sim, será feito o reposicionamento na carreira. Mas primeiro têm que ser feitas valorizações remuneratórias, que estão a terminar.

Relativamente às Flores e à questão das crianças, é importante perceber que um médico de medicina geral e familiar é um médico especialista e que acompanha os utentes desde o nascimento à morte. E é um especialista. E é este que vê as crianças. As crianças irão para o pediatra se assim for necessário e se assim for preciso.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Também não percebe nada disso, Sra. Secretária!

A Oradora: Porque o médico de medicina geral e familiar, numa criança saudável, acompanha a sua criança. E são esses valores que eu estava a falar, de no primeiro ano de vida seis consultas por ano feitas por especialistas, tal como é o pediatra, de medicina geral e familiar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A questão é a seguinte, é tão simples quanto esta: a senhora abre um concurso para diretor da farmácia do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira. E é condição ser titular, preferencialmente, da categoria de farmacêutico assessor sénior, ou, excecionalmente, farmacêutico assessor, ou farmacêutico assistente. Ou seja, graus da nova carreira, nova carreira que a senhora ainda não implementou nos Açores. Ou seja, está a abrir um concurso para uma carreira que não existe! E, portanto, como é que vai resolver o assunto? Porque, efetivamente, Sra. Secretária, a carreira foi criada a nível nacional, implementada em 2017, Decreto-Lei n.º 108 e n.º 109, não aplicou na Região Autónoma dos Açores, que ainda estão na carreira técnica superior de saúde. Ou seja, a senhora não fez para a outra carreira, não transitaram para a carreira nova, e vem abrir um concurso em que os requisitos são os graus da carreira nova! Ó Sra. Secretária, ou isto é engano, ou é gozo, ou é maldade! E, portanto, qual dos adjetivos é que prefere? Ou vai anular este concurso? Porque não transitou ninguém da carreira antiga técnica superior de saúde para a carreira especial de farmacêutica, ninguém, na Região Autónoma dos Açores, por manifesta negligência do Governo Regional. Eu gostaria que me explicasse porque é que não transitaram até hoje. Na Madeira já foi feito em 2018. No

Continente, um mês depois. Em 2017. Porque é que ainda não foi feito nos Açores, Sra. Secretária? E porque é que abre um concurso para uma carreira que não existe?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais... Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque só tenho 1 minuto, para dizer ao Sr. Deputado Domingos Cunha que a Deputada Graça Silveira nunca falou nem em perigo nem em perigosidade nem em coisíssima nenhuma. Aquilo que a Deputada Graça Silveira fez aqui foi um exercício de simplicidade daquilo que todos nós conhecemos. Fora deste hemiciclo, na vida real, todos nós conhecemos n pessoas que estão doentes há anos, à espera de uma intervenção cirúrgica, à espera de uma consulta, a sofrer, ...

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Chore! Chore!

A Oradora: ... de baixa prolongada. Não conseguem resolver a situação dessas pessoas. Essas pessoas estão efetivamente em sofrimento e a situação delas, que foi o que eu disse, arrasta-se há anos.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Sim!

A Oradora: Isto é a realidade dos açorianos na saúde! Isto demonstra o funcionamento do Sistema Regional de Saúde! Podem os senhores dizerem o que quiserem, fazerem o autoelogio que quiserem. A Sra. Deputada Graça Silveira só disse isto, única e exclusivamente. Foi a voz de milhares de situações de açorianos, na Saúde, nos Açores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Artur Lima, tem então a palavra. Dispõe de cerca de 20 segundos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Secretária Regional, o assunto é muito importante! E a senhora deve responder com clareza aos farmacêuticos da Região Autónoma dos Açores porque é que estão há 3 anos à espera de serem colocados na nova carreira e a senhora ainda não os colocou!

Mais, vem abrir um concurso absolutamente ilegal para uma carreira que não existe na Região Autónoma dos Açores.

Eu gostaria que a Sra. Secretária explicasse aos farmacêuticos da Região Autónoma dos Açores porque é que ainda não foram colocados, à semelhança dos colegas do Continente e dos colegas da Madeira.

Não venha com a posição remuneratória! Há um regime transitório já aprovado e publicado. Há o contrato coletivo de trabalho em funções públicas. Há para privados, para os hospitais. Tudo aprovado pelos sindicatos.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Tudo aprovado a nível nacional. Tudo aprovado. Porque é que a senhora mandou uma circular da Direção Regional de Saúde, ou da sua Secretaria, para as unidades de saúde de ilha e para os hospitais, Sra. Secretária, a dar instruções aos hospitais e unidades de saúde para não posicionar quem quer que seja na nova carreira? Isto é que é a realidade. Isto é uma circular que foi mandada às unidades de saúde e aos hospitais.

Porque é que ainda não fez a transição, em 3 anos? E agora vem a senhora... Eu exijo, este Parlamento tem o direito, os profissionais de saúde têm o direito de saber porque é que a senhora ainda não fez a transição para a carreira nova dos farmacêuticos e porque é que abre um concurso para uma carreira que não existe na Região Autónoma dos Açores!

É verdadeiramente lamentável, para não utilizar outro adjetivo que não quero agora utilizar, Sra. Secretária! Mas, se calhar, ainda durante a tarde, ainda o utilizo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou também o seu tempo.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Respondendo ao Deputado Artur Lima, dizer que, relativamente à carreira farmacêutica, primeiro tem que se fazer a valorização remuneratória, que está em curso, e depois será feita a transição para a nova carreira. De qualquer maneira, neste concurso são aceites todos os farmacêuticos que cumpram os requisitos.

Por outro lado, eu vou aferir junto do hospital. Este concurso foi aberto pelo conselho de administração do hospital.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É sempre o conselho de administração o responsável! Não tem responsabilidades?

A Oradora: E, portanto, vou aferir com eles para ver o que é que se passa, está bem?

Obrigada.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Os conselhos de administração não têm autonomia!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa, de momento, não tem inscrições. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estive aqui calmamente e serenamente a ouvir este debate, mas esperava, das muitas perguntas que foram feitas à Sra. Secretária, que desse alguma explicação que me satisfizesse, nomeadamente em relação à Graciosa, mas não me satisfez. E queria reforçar duas questões:

A primeira questão, queria que a Sra. Secretária explicasse aos graciosenses porque é que as duas vagas de enfermeiro que foram colocadas no mapa para abertura no ano passado, porque é que a Sra. Secretária se recusou a autorizar a abertura de duas vagas de enfermeiro, que estão a fazer falta aos graciosenses, nomeadamente para acompanhamento dos médicos especialistas para poderem-se deslocar à Graciosa, como é o caso da gastro, que não vai à Graciosa desde maio de 2019.

E em segundo lugar, o ano passado, o Governo anunciou a contratação de três médios para a Graciosa. Agora anunciou a contratação de dois médicos para a Graciosa. O Governo do Partido Socialista e o Partido Socialista têm que deixar de enganar os graciosenses, porque, sempre que faltam médicos, os senhores anunciam a contratação de médicos, que não são contratados porque os senhores não criam os incentivos necessários para a fixação de médicos na ilha Graciosa. E depois contratam empresas de médicos que vão apenas temporariamente à Graciosa. Há muitos graciosenses a aguardar por consultas e há muitos graciosenses sem médicos de família que estão a sofrer. E eu gostava que a Sra. Secretária pudesse responder e pudesse explicar aos graciosenses porque é que continuam a sofrer problemas de saúde pela inércia do vosso Governo.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sendo certo que o Governo não engana ninguém!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Engana! Explique a situação dos três médicos anunciados o ano passado! E os dois enfermeiros anunciados o ano passado!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Uma mentira dita muitas vezes não passa a verdade.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, caros colegas:

Respondendo relativamente à Graciosa, dizer que os concursos são abertos como são abertos em todo o lado. E concorrem ou não concorrem para os concursos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O dos enfermeiros não abriu. Porque é que a senhora não abriu o dos enfermeiros?

A Oradora: E, portanto, é importante referir essa situação.

Por outro lado, dizer que, independentemente dos concursos que são abertos, os graciosenses têm consultas. Por isso mesmo, se os concursos ficam desertos, temos as empresas para que na Graciosa haja médico 24 horas por dia.

Depois, dizer que, em termos de consulta de especialistas e apesar da COVID, em 2020, já foi deslocado à Graciosa a ginecologia, a medicina interna, a oftalmologia, a psiquiatria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó senhora, eu perguntei gastro!

A Oradora: E qualquer especialidade que precisa de enfermeiro para ajudar em técnicas, tem sido deslocado o enfermeiro também com o próprio especialista do próprio hospital para resolver essa situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então porque é que a gastro não vai?

A Oradora: Depois, em termos do número de rácio de enfermeiros que existe na Graciosa, o número que existe é satisfatório.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantos são?

A Oradora: Claro que queremos sempre para podermos fazer cuidados domiciliários e abrir outras áreas. É importante referir que a Graciosa, infelizmente, tem algum número de enfermeiros que estão de baixa. E, portanto, só temos a lamentar e queremos que as pessoas fiquem bem depressa para podermos ter então os Srs. enfermeiros a trabalhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é que não autorizou as duas vagas? Não me respondeu.

A Oradora: Portanto, é importante referir que qualquer especialidade que vai à Graciosa e precise de enfermeiro, o hospital de onde esse médico se desloca leva o seu enfermeiro. E não é por falta de enfermeiro que as consultas não são dadas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, gostaria que me informasse, que não percebi bem, quanto tempo eu disponho.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, esgotou o seu tempo na última intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições ainda no âmbito do debate. Julgo que não. Não sei se o Governo, com o tempo que dispõe, ainda quer prestar mais alguma declaração. Não. Sendo assim, Sr. Deputado Luís Maurício, para encerrar este debate de urgência, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e restantes Membros do Governo:

O PSD trouxe a este hemiciclo, mais uma vez, um debate sobre Saúde, porque, naturalmente, reconhece a importância que a Saúde tem para todos os açorianos.

E o PSD entende, se for Governo, que a Saúde tem que ser uma prioridade para a próxima década. Uma Saúde, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, centrada no doente. Uma Saúde que respeite e dignifique os doentes, que dê resposta às pessoas. E uma Saúde que dignifique os doentes é uma Saúde que dignifica aqueles que estão à espera da prestação de cuidados de saúde.

E, portanto, se o PSD for Governo, os tempos máximos de resposta garantidos têm que ser respeitados, Sra. Secretária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não foi o PSD nem a oposição que fez publicar uma Portaria com os tempos máximos de resposta garantidos. Foi o Governo, que de forma reiterada os desrespeita, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... violando a carta de direitos à saúde dos doentes. Foram V. Exas. que fizeram isso! E é absolutamente inadmissível que um açoriano, ao contrário da Portaria que V. Exas. publicaram, considerando que uma cirurgia não prioritária só pode, esse doente, esperar 270 dias, ou sejam, 9

meses, esses doentes estejam à espera 4 e 5 anos à espera de uma cirurgia.

Não foi a oposição de definiu essas regras! Foi o Governo!

E eu, aqui, quero afirmar em nome do PSD que, se o PSD for Governo, a dignidade dos açorianos passa pelo respeito pelos tempos máximos de resposta garantidos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, Sras. e Srs. Deputados, queria dizer que nós respeitamos o papel do gestor do utente, do provedor do utente, independentemente dos seus comentários, diria pouco equidistantes, nas redes sociais. Nós respeitamos o papel do provedor do utente, mas achamos que isso não chega, porque as respostas que o provedor do utente dá às queixas que os doentes açorianos apresentam são respostas absolutamente formatadas. Eu diria que é copy/paste. É clicar no enter e lá vai o email. É sempre a mesma coisa! Daí que, se o PSD for Governo, haverá um gestor do doente em espera nos Açores que defenda, na realidade, perante a administração e com independência, os direitos dos doentes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é admissível que haja açorianos desrespeitados na sua dignidade, ao contrário daquilo que, como a Sra. Secretária bem sabe, acontece em território nacional.

A sua congénere com responsabilidades na área da Saúde no Governo da República, a Dra. Marta Temido, já se penalizou publicamente porque os tempos máximos de resposta garantidos estão a ser ultrapassados. E sabe quanto, Sra. Secretária? 1 ano! Veja lá como na República, num Governo do Partido Socialista, a atitude é bem diferente perante os doentes! Constitui

preocupação a ultrapassagem do tempo máximo de espera em 1 ano. Perante V. Exas., 4 e 5 anos é como se nada se passasse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Contestamos veementemente essa vossa atitude! E isso não é respeitar a dignidade dos açorianos e a dignidade dos doentes açorianos que se encontram à espera de cuidados de saúde imprescindíveis!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Queria dizer também que o Serviço Regional de Saúde é afetado, naturalmente, por deficiência em termos de recursos humanos. Fez um progresso significativo na área da enfermagem, aproveitando a capacidade formativa das suas escolas, mas ainda há carências muito significativas na área médica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Região precisa de saber, a médio prazo, que recursos humanos é que necessita. Não é admissível, como aqui já se disse, que haja um número cada vez maior de especialistas únicos nos nossos hospitais! O Hospital de Ponta Delgada não tem dermatologista! O Hospital de Ponta Delgada tem um único urologista! E, portanto, perdeu idoneidade formativa, o que significa que perdeu um pressuposto à fixação de futuros profissionais, porque nem tem capacidade para os receber e para os formar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Hospital de Angra do Heroísmo tem um neurocirurgião que se desloca 10 dias no mês! Tem um reumatologista que se desloca 10 dias em cada mês! Se o PSD for Governo, o planeamento de recursos humanos,

nomeadamente médicos, nesta Região, é uma prioridade! Temos que governar a médio prazo, não é em cima do joelho como os senhores fazem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quando os senhores dizem que contrataram mais médicos... Claro! Os que acabaram o internato complementar, e bem. Mas sabe o que é, Sra. Secretária? Tenho pena de lhe dizer isso. É que o atraso na realização dos concursos para esses médicos que acabam a especialidade tem motivado a saída, da Região, de profissionais. A senhora não fala disso, não lhe convém falar disso, porque são, nomeadamente, assediados por outras unidades hospitalares e por áreas hospitalares do setor privado, onde lhes pagam o que eles merecem e vão-se embora. Como é que a senhora justifica que um anestesista do Hospital de Ponta Delgada, acabadinho de formar a sua especialidade, tenha ido para a Madeira?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Foi um caso.

O Orador: Foi para a Madeira, porque o Governo Regional, exercendo os mesmos direitos que os Açores deveriam ter exercido no âmbito da autonomia da Saúde de que dispõem, pagou aquilo que o profissional merecia! E é isso que a senhora não faz, nem o seu Governo! E, portanto, dizer que há mais profissionais contratados... E os outros que a senhora deixou andar?

Portanto, Sra. Secretária Regional, não é correto apenas e só dizer-se que se contrataram mais profissionais. A senhora tem que dizer, ao invés, que houve muito profissionais formados nesta Região, e que a senhora e o Governo da qual a senhora faz parte não teve a capacidade para os fixar na Região, prejudicando assim os doentes dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queria dizer-lhe também o seguinte, encerrando este debate: arvora-se, o Partido Socialista, de ter descodificado as causas das listas de espera, como se todos nós não soubéssemos que a falta de recursos humanos, nomeadamente a anestesiologia, era uma das causas primeiras, a tal que o Governo da qual a senhora faz parte não teve capacidade de contratar, aqueles que, acabando de formar-se na Região, fugiram para a Madeira.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Foi um caso, Sr. Deputado! Esse foi um caso!

O Orador: Esse é um. E os outros? Para não falar no que lá esteve há 6 anos a exercer como anestesista e não era anestesista em Portugal. Esse é que a senhora devia ter falado aqui!

Mas dizer-lhe que, então, o PS encontrou um novo termo no léxico ou na semiologia da saúde: a descodificação das causas. E que foi o primeiro a descodificar.

Ó Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Membros do Governo:

Em fevereiro de 2014, o PSD reconheceu a incapacidade das nossas unidades hospitalares, em tempo normal de trabalho, em operar mais. E fomos nós que propusemos a cirurgia adicional nesta Região. E que um dos seus antecessores fez publicar uma Portaria, em agosto, quando toda a gente estava a apanhar sol e para que passasse despercebida, que a cirurgia adicional deveria ser feita até um teto de 25% em relação à produção normal. Portanto, fomos nós que descodificamos a produção cirúrgica adicional, como, naturalmente, uma das soluções para combater as nossas listas de espera.

E, portanto, diria, ainda complementando relativamente aos recursos humanos (a Sra. Secretária Regional, na altura, não sei se estava na Saudaçor,

ou se não estava, a minha memória não é assim tão má, mas confesso que não o posso afirmar com toda a certeza neste momento): sabe quem é que acabou com as vagas protocoladas nos Açores? Um Governo do Partido Socialista! Era a Dra. Fernanda Mendes, Secretária Regional da Saúde!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Eu e outros profissionais somos o produto das vagas protocoladas, em que assinávamos um compromisso com a Região para a ela regressar, exercendo o dobro do tempo de serviço na Região correspondente ao nosso tempo de formação. A minha especialidade são 5 anos, vim para cá, e com gosto, durante 10 anos. E ainda aqui estou, continuarei e lá voltarei, ao Serviço Regional de Saúde. Quem acabou com as vagas protocoladas foi um Governo do Partido Socialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Não foi a oposição, nem tão pouco o PSD! Mas os senhores não têm imaginação?! Mas então os senhores dão-se mal com Passos Coelho e com Paulo Portas, mas não se dão bem com António Costa e com Marta Temido para renovarem essa medida?! Está aqui uma proposta, Sra. Secretária!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Finalmente, queria tocar na questão da retoma da atividade clínica. O Governo, apesar de um Projeto de Resolução aqui aprovado por unanimidade, por todos os partidos, não apresentou a esta Assembleia um plano de retoma da atividade clínica. E desculpe que lhe diga, Sra. Secretária Regional, não basta dizer que estamos a fazer, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que vamos lá chegar. Ó Sra. Secretária, um plano corresponde a um diagnóstico, a uma identificação do problema, à sua quantificação, à definição de objetivos, à definição de metas e à definição cronológica do seu alcance. Nada disso a senhora fez! Vem dizer que o plano de retoma está a ser concretizado. A senhora recusou-se, aqui, por diferentes vezes, a responder quantos exames tinham sido cancelados! E eis aí uma grande diferença em relação ao Governo da República do Partido Socialista! É que nós sabemos que 1 milhão de atos médicos foram cancelados durante a pandemia e que a sua congénere, Ministra da Saúde, se comprometeu, até 31 de dezembro de 2020, a concretizar 75% dos atos médicos cancelados. E o Governo Regional a que é que se compromete? Nada! Para que não seja vigiado, para que não seja fiscalizado, para que tenha todos os instrumentos na sua mão e assim poder geri-los sem que a oposição possa pôr o olho neles!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Agradeço que termino, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Daí que os exames cancelados tenham, naturalmente, determinado um excesso de mortalidade, ou seja, uma mortalidade não justificada pela COVID. E talvez estejam nesses exames cancelados a causa de alguma da mortalidade não esperada nos Açores, quando comparado este ano de 2020 com os períodos homólogos de anos anteriores.

E é verdade, Sr. Deputado Domingos Cunha, em todos os serviços de saúde isso aconteceu, mas sabe qual é a diferença? É que nos outros serviços de saúde temos acesso à informação e no Serviço Regional de Saúde nós não

temos acesso à informação. Os senhores escondem a informação para não serem escrutinados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a diferença entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde e serviços de saúde de outros países.

E, portanto, finalmente, Sra. Presidente, eu termino, quem não conseguiu resolver o problema dos açorianos até agora não merece confiança para resolver o problema dos doentes açorianos a partir daqui! Não merece a vossa confiança! É isso que nós esperamos que no dia 25 de outubro seja traduzido nas urnas!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feito o encerramento deste debate de urgência.

O ponto 2 da agenda, o debate de urgência requerido pelo CDS, será debatido na quarta-feira de manhã, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes.

Também, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, os pontos 3 e 4 da nossa agenda serão adiados, pelo que entraremos nos pontos 5.º e 6.º, porque, uma vez que versam sobre a mesma matéria... matéria semelhante, serão debatidos em conjunto.

Sr. Deputado Francisco César, penso que é para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(Interpelação inaudível do Deputado Francisco César)

É regimental. Regressamos um quarto para as 17h.

Eram 16 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 52 minutos.

Entramos agora, como anunciei há pouco, nos pontos 5 e 6 da nossa agenda. O ponto 5 é o **Projeto de Resolução n.º 246/XI – “Contabilização do tempo de serviço dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS. E o ponto 6 é o **Projeto de Resolução n.º 247/XI – “Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para este debate em conjunto são os seguintes: o PSD, o CDS, o PS e o Governo dispõem de 35 minutos; o Bloco de Esquerda dispõe de 22 minutos; o PCP e o PPM têm 20 minutos; e a Deputada independente dispõe de 8 minutos.

Para apresentação da iniciativa do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Falou-se, hoje, toda a manhã e ainda parte da tarde, de Saúde. Ouvi, aqui da bancada do Partido Socialista, grandes elogios aos profissionais de saúde da

Região Autónoma dos Açores. Elogios que, naturalmente, todos nós ouvimos, mas de elogios estão talvez os profissionais de saúde um bocadinho fartos. E estão fartos porque eles precisavam de ser...

(Aparte inaudível)

Sr. Deputado José San-Bento, se me quiser ouvir, calado, e me deixar continuar... Fico a aguardar ansiosamente a sua inscrição para vir justificar os elogios aos profissionais de saúde. Agradeço-lhe a sua paciência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que os profissionais de saúde desta Região precisam é de reconhecimento pela sua atividade profissional. O que eles precisam é de reconhecimento pela sua dedicação aos cuidados de saúde que prestam aos açorianos. O que eles precisam é de reconhecimento e valorização das suas carreiras profissionais. É isso que é o maior elogio que podem dar aos profissionais de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Já falamos, hoje de manhã, sobre a carreira de farmacêutico e chegamos à conclusão que também foi feita em 2017. Foi aplicada de imediato na Madeira e na Região Autónoma dos Açores não foi aplicada. E vemos essa anedota que é refugiarem-se em outras justificações.

E agora temos a carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, também aprovada já em 2017, que passou da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica para técnico superior de diagnóstico e terapêutica. E o que é que acontece? Foi aplicada no Continente. Foi aplicada na Madeira. E nos Açores? Nada! É esse o elogio que o Governo faz aos profissionais de saúde! Grande elogio a esta gente que, todos os dias, a todas as horas, durante este período difícil da pandemia, não teve um único minuto, uma única hora,

que não dissessem presente! Quem não diz presente no seu reconhecimento é o Governo e o Partido Socialista.

Sra. Secretária, como sabe, tenho por profissão, conheço muita desta gente, sei o que eles lutaram para passarem da carreira técnica à carreira técnica superior. Sei o que foi preciso durante anos e anos. E conseguiram na academia o reconhecimento da sua formação, o reconhecimento da sua mais-valia e o reconhecimento da sua formação académica, passando a técnicos superiores. Venceram na academia. O que é curioso é que não conseguem vencer no Serviço Regional de Saúde. Porque já venceram na Madeira. Na Madeira já venceram. Aqui não vencem por teimosia do Governo. E não é de hoje, é já de 2017 ou 2018 ou, se quiser, já do seu reinado, desde novembro do ano passado. E, portanto, que a senhora recebe, não recebe, empaleia, não empaleia, vamos andando, dá um pontinho, dá dois pontinhos, não dá nada. E depois chega à conclusão que não levam nada.

Sra. Secretária, é da mais elementar justiça. Ninguém lhe está a pedir coisas impossíveis. A senhora até poderia dar dois pontos. A senhora vem com a justificação que não pode por causa do artigo 18.º do Orçamento de Estado de 2018. Ó Sra. Secretária, e o Orçamento de Estado não se aplica à Madeira? Só se aplica aos Açores? Então, na Madeira está resolvido. Porque é que não aplica aqui na Região Autónoma dos Açores? É porque o Governo da Madeira é diferente? É de outra cor e então valoriza os profissionais de saúde? E o Governo Socialista de cá e o Governo Socialista de lá desprezam os profissionais de saúde, nomeadamente os TSDT. É esta a grande diferença, Sra. Secretária. Um ponto e meio, Sra. Secretária...

Depois, a senhora vai introduzir graves injustiças nesta gente, que trabalha há anos, sendo, obviamente, mal pagos. Um jovem que entre agora, e justamente, que lhe foi feito o reconhecimento da sua formação, venceram na academia, repito, entram a ganhar os tais 1200 euros. A senhora acha

justo... É justo o pagamento a esse jovem, e ainda bem. Eu pergunto-lhe é o seguinte: acha justo e equitativo que vá ganhar a mesma coisa que um colega que trabalha há 15 anos? Acha? Acha que aquela esmola que a senhora vai dar de um ponto, que lhe deu parangonas nos jornais (mas também é a comunicação social que temos), de 700 mil euros, de um ponto, sabe o que é que vai fazer? Sabe? É que quem tem 15 anos de serviço, por exemplo, ganha mais 6 euros do que quem entrou ontem ao serviço. Acha que isto motiva alguém? Não acha que isto vai criar entropias nos serviços, desânimo, desmotivação? Não acha isso? Os senhores do Partido Socialista não acham isso? Acham que isto é equitativo e é justo? O que é que vos custa fazer isso? O que é que vos custa? E depois vêm dizer que temos um Serviço Regional de Saúde de excelência. Temos, à custa do esforço e do suor dos profissionais de saúde, apenas e só!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é verdade!

O Orador: Não pela vossa motivação, não pelo vosso estímulo.

E mais, deram o exemplo, podiam ter feito greve durante a pandemia. Especificamente estes. Não o fizeram. Mantiveram-se ali a dar de si antes de pensar em si, Sra. Secretária. Todos eles. E o reconhecimento que o Governo lhes dá é um pratinho de lentilhas. Não pode ser, Sra. Secretária!

Deputada Graça Silveira (Independente): É um voto de louvor!

O Orador: Não pode ser! Precisam de reconhecimento. Precisam de motivação. Precisam de ânimo. Precisam de ter um estímulo na sua carreira. Precisam de progressão na carreira, e rapidamente, porque senão nunca mais lá chegam. Já reparou que na carreira nova, com a avaliação, progridem de 10 em 10 anos? Já reparou nisso? E, portanto, se não faz a correção com um ponto e meio, nunca mais lá vão. É reparar uma injustiça gritante, que os senhores têm à vossa disposição.

Eu pergunto: então, em quantos milhões foi reforçado o Serviço Regional de Saúde? Foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, com altas parangonas, que o Serviço Regional de Saúde ia ser, enfim, reforçado em milhões de euros. Mas, para quem são os milhões de euros, Sra. Secretária? Não são para os profissionais de saúde? São para quem e para quê? É reforçar com quê? É preciso ter em atenção que, quando começou a pandemia, se não fosse a dedicação de todos os profissionais de saúde, incluindo estes, tinha sido um desastre na Região Autónoma dos Açores. Um desastre, porque nós, pura e simplesmente, não estávamos preparados para isso.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém estava!

O Orador: Mas não é que vem a tal desculpa de Monsieur de La Palice: que ninguém estava. Mas que o mal dos outros para o seu bem. Nós não estávamos, particularmente, porque nem isto, Sra. Secretária, tínhamos. Isto. Esta gente correu riscos, mas disse sempre presente.

Sra. Secretária, qual é a justificação que tem para me dar e a esta Câmara para não dar aquilo que o CDS propõe, um ponto e meio por cada ano de serviço a partir de 2009 e a harmonização de uma carreira com a outra? Porque ou faz agora, ou vai criar uma injustiça impossível de corrigir no futuro. E é isso que a senhora tem o dever moral, esse Governo, não é a senhora, é o Governo e o Partido Socialista, tem o dever ético e moral de atribuir este justo reconhecimento aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Repito, venceram na academia, uma luta de anos. E veem o seu esforço inglório não chegar a fim.

E a última pergunta que tenho para fazer é: se o Partido Socialista, que tantas vezes aqui fala na autonomia e no adquirido autonómico... Então, onde é que está a autonomia? Para que é que serve, num serviço de saúde regionalizado, que depende apenas de nós e só de nós? Se a carreira não tivesse sido criada,

aí sim, nós não temos competência. Mas a carreira já está criada, a carreira já está feita, era só fazer a transição de uma carreira para a outra, um regime transitório. E isso nós podemos fazer. Era só atribuir um ponto e meio ou dois ou três, o que quiséssemos! Até podíamos dar excelente a todos eles! Depende apenas de nós, da boa vontade que nós queremos, da nossa autonomia, de exercer a nossa autonomia.

Agora, vir justificar-se com o Orçamento de Estado?! É absolutamente kafkiano a desculpa! Eu julgava que na Região Autónoma dos Açores havia o Orçamento Regional. Julgava eu, que foi aprovado nesta Casa, em novembro.

Deputado José San-Bento (PS): E tem razão!

O Orador: Eu julgava que tinha sido aprovado. Eu julgava que as verbas para a Saúde eram aprovadas nesse Orçamento, mas pelos vistos não. Eu julgava que o reforço para Saúde era para a Região Autónoma dos Açores, mas pelos vistos não. Quer dizer, eu já não percebo... Então, e a autonomia? O que é a autonomia? É isso que temos que perceber o que é! Temos, ou não temos, autonomia? Temos, ou não temos, Saúde regionalizada? Temos, ou não temos, bons profissionais de saúde? Temos, ou não temos, um serviço de excelência?

O que é que eles dizem? É que os senhores estão em conflito com toda a gente: enfermeiros, auxiliares, técnicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, toda a gente...

E, portanto, vão enfrentar uma segunda... porque nós nunca tivemos uma primeira vaga verdadeiramente. Vão enfrentar uma hipotética segunda vaga com gente desmotivada?! Eles são humanos, são pessoas. Não são 374, todos eles são pessoas. Esforçaram-se para tirar um curso. Esforçaram-se para ingressar numa carreira. Esforçaram-se para terem uma carreira reconhecida na academia, a nível académico. E, portanto, todos eles merecem o nosso

reconhecimento. É isso que o Governo tem que fazer! E é isso que eu espero que tem que ser feito. O que tem que ser feito, Sra. Secretária, tem que ser bem feito. E é esse o vosso dever para com estes profissionais!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 247/XI, do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

A 7 de julho deste ano, e face ao descontentamento tornado público pelos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, o PSD/Açores deu entrada, nesta Assembleia, com uma Resolução que visava a reabertura do processo negocial entre a tutela e esta categoria de profissionais de saúde. Esta proposta foi o culminar de várias reuniões que ocorreram ao longo do ano 2020, no sentido de nos inteirarmos do problema desta classe e percebermos, na íntegra, o seu descontentamento.

Considerávamos nós que, à semelhança do que se verificou noutras regiões do país, não podem nem devem existir técnicos de primeira e técnicos de segunda, pelo que pretendemos ser parte da solução e não do problema, sendo, para isso, justo a reabertura do processo negocial que fora suspenso no início desta pandemia.

Entendemos que este processo era urgente e, por isso mesmo, apresentamos a nossa proposta com urgência e dispensa de exame em Comissão, mas o Partido Socialista assim não quis e chumbou a mesma, fazendo com que o Projeto de Resolução baixasse à Comissão, tentando assim ganhar tempo.

Curiosamente, e como já vem sendo hábito, após a entrada da nossa proposta e ainda antes mesmo de ser debatida, o Governo Regional anunciou uma nova reunião entre ambas as partes, de forma a retomar, então, as negociações.

Aqui, tal como sempre, o PSD/Açores contribuiu decisivamente para a luta desta classe. E, independentemente do sentido de voto que a maioria socialista terá hoje, não será prematuro dizer que a nossa Resolução já teve o seu mérito e alcançou parte do seu desígnio. O mesmo não se poderá dizer do Governo Regional dos Açores, que continua por cumprir a sua parte e, assim, a não atender às reivindicações destes profissionais de saúde, pilar essencial ao normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Existem, atualmente, na Região Autónoma dos Açores, cerca de 380 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, englobando 18 profissões diferentes e distribuídos pelas várias unidades de saúde de ilha e os três hospitais EPE da Região. Estes profissionais de saúde, que têm muitas vezes um trabalho invisível no Serviço Regional de Saúde, merecem que lhes seja reconhecido devidamente a sua carreira. Ao invés, o que se tem verificado é uma tremenda injustiça entre estes profissionais, nomeadamente o facto de trabalhadores com maior antiguidade passarem a auferir de remuneração inferior à de trabalhadores com menor antiguidade, por efeito da entrada em vigor de um regime de revisão da carreiras e da criação de uma nova tabela remuneratória para estas carreiras, sem qualquer fundamento.

Esta luta não é exclusiva dos técnicos do Serviço Regional de Saúde dos Açores, mas também de outras regiões. A nível nacional e na Região Autónoma da Madeira foi possível chegar a um entendimento. Não

compreendemos porque este mesmo não é possível alcançar aqui na nossa Região.

A exemplo do que fez a Região Autónoma da Madeira, exercendo as suas competências autonómicas, os Açores têm o dever de adotar uma atitude semelhante, devolvendo a estes profissionais de saúde a possibilidade de um entendimento.

O que temos vindo a assistir desde novembro de 2020 é o inverso de tudo isto. Temos um Governo fechado em si próprio, que destina sozinho e que toma decisões unilateralmente, inviabilizando acordos e forçando paralisações para que estes profissionais de saúde tenham que ser ouvidos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Perante as reivindicações dos técnicos de saúde de diagnóstico e terapêutica, que todos temos vindo a conhecer, que explicação tem V. Exa. para dar a esta Câmara relativamente àquilo que o Governo Regional tem para negociar com esta classe? Ou seja, por que razão optam por descongelar a contagem de pontos na antiga tabela salarial, entretanto extinta e adaptada a um sistema de progressão de 3 em 3 anos?

Por que razão introduzem a contagem por triénios avaliativos, quando em mais nenhuma parte do país foi utilizado este método?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por que razão, de forma unilateral, decidem atribuir um ponto aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, mesmo sendo uma carreira avaliada, e não se atribui o mesmo aos médicos e aos enfermeiros? É certo que o objeto da nossa Resolução é mais simples do que analisar estas três questões, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bastante mais!

A Oradora: ... mas foi com base nas mesmas que decidimos, desde logo, estar ao lado dos técnicos, pela tremenda injustiça que aqui denunciámos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esperamos, sim, uma mudança de atitude e de postura para que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica sejam devidamente valorizados e que a sua carreira seja assim dignificada, repondo uma tremenda injustiça que atualmente se verifica exclusivamente na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos iniciar o debate. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Bem, estamos agora a debater duas iniciativas, é verdade que versam sobre o mesmo tema apesar de terem um objeto resolutivo ligeiramente diferente, sendo uma mais reivindicativa, no caso do Grupo Parlamentar do CDS-PP, e outra que até é mais próxima daquela que foi a proposta que nós, Bloco de Esquerda, apresentamos ainda em sede do último Orçamento Suplementar, no passado mês de julho. O que recomendava ao Governo Regional, em sede de Orçamento, e que aqui o Grupo Parlamentar do PSD também recomenda, era que se reiniciassem as negociações para que finalmente houvesse um entendimento entre a tutela e os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Estamos a falar, sensivelmente, de 400 pessoas, de 400 profissionais, à volta de 400, sendo que estes se dividem em 17 profissões, que vão desde o técnico

de análises clínicas e de saúde pública, técnico de anatomia patológica, citológica e até tanatológica, técnico de audiologia, fisioterapeuta, técnico de prótese dentária, técnico de radiologia, radioterapia, terapeuta da fala... Portanto, uma imensidão de profissões que em muito têm contribuído para o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde e para dar uma resposta que, há coisa de duas décadas, não era dada na sua plenitude a todos os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, nunca é demais reconhecer o valor e o trabalho de todos estes profissionais de saúde. Mas não basta reconhecer somente pela palavra, é necessário, é, digamos, obrigatório concretizar esse elogio numa carreira condigna, com uma respeitável valorização salarial. E isso tem sido um caminho muito penoso para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que só muito recentemente é que viram reconhecida uma carreira ao nível de técnico superior.

Reportando-me agora à forma como o Governo Regional tem encetado negociações, nós já tivemos a oportunidade de termos denunciado, aqui nesta Casa, que ninguém entende muito bem como é que o Governo Regional inicia negociações com as várias classes profissionais dentro da Administração Pública. Às vezes até negocia, e ainda bem que assim o faz, como no caso por exemplo dos professores ou até mesmo dos trabalhadores dos matadouros da Região, como, aliás, vamos ter oportunidade, dentro em breve, também, de negociar uma proposta que foi devidamente negociada com os representantes sindicais do setor. Outras vezes nem faz nem quer saber de negociar. E outras vezes, como é este caso, faz de conta que até negocia. Foi o que aconteceu, foi um fazer de conta que se estava de facto a negociar.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: E isso acaba por ser insultuoso para a classe, porque abriu perspectivas para que pudessem ponderar juntamente com a tutela uma forma de se chegar a um consenso e de ver reconhecido o devido valor e o trabalho que estes profissionais desempenham no Serviço Regional de Saúde.

Aliás, a negociação é uma negociação faz de conta, porque o Governo Regional até age conforme aquele que tem sido o slogan de campanha do Partido Socialista, que é: “p’rá frente é que é caminho!” De facto, antes sequer de negociar alguma coisa, já toma decisões. Faz e só depois negocia. Decide e só depois negocia. E, aliás, essa postura não é de agora. Essa postura, aliás, reporta-se quase ao início das negociações com esta classe profissional, quando ainda estavam no início das negociações e ainda estavam a discutir acerca de qual seria a pontuação a atribuir por cada ano de carreira. E, imediatamente ou quase imediatamente, a tutela enviou uma circular aos serviços da saúde da Região dando ordens... E aqui apresento e, se quiserem, até se pretenderem, posso fazer distribuir e peço à Mesa da Assembleia que faça distribuir pelos vários Srs. Deputados e Deputadas aqui nesta Casa essa circular que foi enviada a 20 de novembro de 2019. E que diz no seu ponto 11 que a partir de 2009 é atribuído um pouco por cada ano não avaliado, no pressuposto que foi aplicado o SIADAPRA. Ou seja, já em 2019, no início das negociações, numa fase pré-negocial até, a tutela decidia, impunha aquela que era uma decisão. E, portanto, dessa forma, de facto, para a frente é que é caminho. Não querer saber daqueles que são os anseios e as expectativas e as reivindicações da classe e tomam-se as decisões. Assim, de facto, está-se a fazer de conta que se está a negociar.

Reportando-me ao debate sobre a urgência aqui apresentada por uma destas urgências que estão agora a debate, no passado mês de julho, penso que altura o Sr. Deputado Domingos Cunha, do Partido Socialista, disse aqui em Plenário... se não foi em Plenário, foi pelo menos em Comissão, mas acabou

por defender que resolver a vida, ou melhor, dar resposta às reivindicações dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica é sempre um processo muito complexo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Seja rigoroso!

O Orador: É engraçado, sempre que é para atender àquelas que são as reivindicações dos trabalhadores, não só nesta classe, como em outras classes, como temos vindo a assistir, é sempre algo muito complexo, é sempre uma coisa muito difícil. Aliás, razão se calhar para concluir que, se os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica fossem uma startup, se calhar seria tudo mais fácil. Se se tratasse, quem sabe, de formalizar uma convenção com uma clínica privada, se calhar era mais fácil. Mas quando se trata de atender àquelas que são as reivindicações dos profissionais de saúde, aí já fica muito mais difícil. É sempre muito difícil.

O que é que pretendem, afinal, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica? Em primeiro lugar, aliás, como o Sr. Deputado do CDS acabou por explicar, não desejam (e compreensivelmente não desejam) reiniciar uma nova carreira, passando uma borracha sobre todos os anos anteriores, só porque transitaram de uma carreira para outra.

Ora, nós fomos acusados, ainda no debate da manhã, de estarmos a tentar fulanizar o debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: E que trouxemos aqui um caso e até poderíamos ter caído num erro de lógica que é mais ou menos comum, que é: de a partir de um caso generalizar para uma série de casos. Mas não foi o que aconteceu da parte da manhã e não é o que acontece agora neste debate, porque, tal como da parte da manhã eu referi o exemplo do Sr. Jacinto, não se limita, infelizmente, ao Sr. Jacinto, são muitos os utentes do Serviço Regional de Saúde que também apresentam várias denúncias, não só ao Bloco de Esquerda, mas como

também a todos os Srs. e Sras. Deputadas, quer por email, quer mesmo presencialmente. Portanto, o caso não se limita unicamente ao Sr. Jacinto.

O mesmo se passa neste caso. Eu recebi, ou nós recebemos, Bloco de Esquerda, e penso que também os Srs. Deputados devem ter recebido nas vossas caixas de correio eletrónico vários emails. E vou-me referir aqui a um conjunto de 20 pessoas. Portanto, não é uma pessoa, não é um técnico superior de diagnóstico e terapêutica, são 20 que deram vários exemplos do que é que se estava a passar. E passo a citar aquilo que nos foi transmitido: “Registo aqui a minha situação em particular. Iniciei as minhas funções a 2 março de 1998 como terapeuta da fala. A última vez que progredi na carreira foi em janeiro de 2009, para quarta categoria de técnico especialista da então carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, primeiro escalão, 175. Hoje, com a nova carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica fico na base, primeira categoria, juntamente com colegas que ingressaram há 1 ano ou mesmo meses nesta carreira da função pública.” Portanto, está aqui plasmada uma enorme injustiça e que pode ser muito bem corrigida pela tutela, se assim o entender. Mas parece que não há vontade política. E, pior do que isso, nunca houve vontade política para que isso aconteça.

Outra reivindicação: estes profissionais também pretendem que se contabilize um ponto e meio por cada ano de serviço. A tutela e o Governo Regional acabam por dizer que essa é uma impossibilidade porque estão amarrados pelas leis do Orçamento de Estado.

Deputado João Vasco Costa (PS): E é verdade!

O Orador: E como é que é possível? Se estão assim tão amarrados, e como foi aqui até defendido, e bem, pelo Deputado do CDS, nós não temos um Orçamento Regional?! Nós não temos autonomia para decidir de outra forma?! Afinal de contas, para que é que serve a autonomia? Nós

pensávamos que a autonomia servia para fazer diferente. E fazer diferente seria fazer o melhor pelos açorianos e açorianas!

Se na Região Autónoma da Madeira houve a coragem de ousar fazer diferente e de reconhecer, não só a carreira destes profissionais, como também atribuir um ponto e meio por cada ano de serviço, porque é que nós aqui nos Açores não optamos por fazer o mesmo e dar a devida valorização a estes profissionais de saúde?

E, já agora, vou-me referir a um... que não é um pormenor, mas que muitas vezes é esquecido neste debate, porque entre estes quase 400 profissionais de saúde estão também muitos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que detêm contrato individual e trabalho. E a minha pergunta, Sra. Secretária, é: mesmo considerando aquele que proclamou como sendo uma espécie de bónus a atribuir neste mês de setembro, coincidência ou não em período de campanha eleitoral, um bónus que tem a ver, digamos, com o pagamento de retroativos devidos desde 2018, estes profissionais que detêm um contrato individual de trabalho têm direito sequer a estes retroativos? É porque nem a isso terão direito! E não são assim tão poucos e que nem a isto terão direito!

Para não falar do facto... quando estes profissionais receberem estes retroativos, estarão implicitamente (não têm outro remédio) a aceitar uma imposição da tutela de contagem somente de um ponto por cada ano de serviço, quando não é isso que reivindicaram.

E depois vem a Sra. Secretária dizer que estará sempre aberta a futuras negociações. O que me parece é que as negociações, se calhar, nunca começaram e provavelmente não vão recomeçar tão cedo, porque não há, de facto, vontade política para que se atenda àquelas que são as reivindicações destes profissionais de saúde.

A minha dúvida aqui é que, estando em período de campanha eleitoral, e estamos a falar de quase 400 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, e se o Partido Socialista quer pelo menos fazer crer para a opinião pública que todos os profissionais estão contentes e estão sorridentes e que são detentores daquele sorriso real que eu tive oportunidade de apresentar, ali daquela tribuna, esta manhã, um sorriso real plasmado nos vários outdoors, com um profissional de saúde que por coincidência, ou não, afinal de contas, era um antigo membro do conselho de administração do HSEIT, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E qual é o problema?

O Orador: ... não faria sentido e não seria um bom elemento e fator de propaganda para o Partido Socialista ter outros profissionais de saúde que têm estado descontentes ao longo destes anos, porque não têm sido reconhecidos na sua carreira e não têm tido a devida valorização salarial, terem este devido reconhecimento e, quem sabe, apareceriam de bom grado em outdoors do Partido Socialista? Mas parece que nem para isso o Partido Socialista está virado. Acho que nem para isso, nem para poder, durante este período de campanha eleitoral, ter, digamos, que cair nas boas graças dos profissionais de saúde. Nem isso! A arrogância já é tal que nem isso sensibiliza o Partido Socialista!

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem está a ouvir este debate o que pode pensar é que, a menos de 2 meses das eleições, a oposição está aqui a tentar captar as boas graças e a simpatia dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Basicamente é isso!

O Orador: ... e que o Governo está a atuar com sentido de justiça. Mas eu vou provar que não é assim. Eu vou provar que estou aqui por um sentido de justiça em relação a esta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que vai falar de Saúde!

O Orador: Eu vou provar que a minha posição é a mesma que há 2 ou 3 anos em relação à questão da recuperação do tempo de serviço dos professores. Qual é a diferença? Porque é que aquele problema ficou resolvido e este ainda não está resolvido? É porque os professores são mais do que 4000 e os senhores estão a subvalorizar estes cerca de 400 técnicos. Os senhores acham que eles não são tão decisivos. Porque o problema é o mesmo! Então, os senhores consideram que é justo, que é um sentido de justiça recuperar o tempo de serviço dos professores (e eu próprio sou professor). Aqui, o problema é da mesma natureza! É exatamente igual! E a sociedade só consegue perceber as tomadas de decisão dos políticos se verificar que há um sentido de justiça. E aqui não há nenhum sentido de justiça! Eles estão prejudicados porque são muito menos, são 10 vezes menos. Mas podem ser mais combativos. Podem e estão a conseguir, eu tenho verificado que estão a conseguir concentrar-se e estão a conseguir desenvolver um conjunto de esforços que mostram que podem também ser decisivos nestas circunstâncias em que estamos.

E eu acho muito bem que neste momento e nestas circunstâncias as pessoas se mobilizem, porque estão a ser claramente prejudicados e estão a ser claramente injustiçados, tendo em conta outros funcionários que estavam em idêntica situação e que tiveram um tratamento diferenciado exatamente porque são mais, são mais influentes e são mais decisivos, pensam os senhores. Esse é o vosso pensamento.

E, portanto, eu, nesta matéria, penso exatamente a mesma coisa que pensava em relação aos professores, que este era um tempo de serviço que tinha sido prestado e tinha que ser valorizado. E é isto exatamente que penso. E que a carreira tem que ser harmonizada no sentido da progressão na respetiva carreira. Não ter este conjunto de anomalias que aqui foram descritas, e muito bem, pelo Sr. Deputado Artur Lima. A quem devo dizer que nesta matéria V. Exa. não surge agora. A sua posição em relação a esta matéria é a mesma há muito tempo e tem vindo a lutar para que esta situação venha a ser corrigida. Não é apenas a 2 meses... Eu conheço a sua posição sobre esta matéria. V. Exa. há muito tempo que está nesta causa, nesta cruzada.

Eu devo dizer que gostava... não sei quem é que vai ser o interlocutor nesta matéria, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É o João Paulo!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sou eu!

O Orador: ... não sei se vai ser outra vez o Sr. Deputado José San-Bento, que é um especialista de generalidades e, portanto, também aqui estará neste debate. Sr. Deputado, faço-lhe uma pergunta... Eu só estou a achar que é o Sr. Deputado, posso enganar-me. Mas eu quero perguntar-lhe, Sr. Deputado: diga-me qual é diferença, qual é o sentido de justiça para que tenha sido tomada uma posição em relação aos professores e uma posição diferente em relação a este conjunto de técnicos. Quero que me explique! Quero que me explique qual é a diferença! Porque é que os senhores estão a tomar e estão a ter uma posição completamente diferente? Quer-me explicar isso?

Pois, dir-me-á V. Exa.: bem, mas há uma estrutura nacional, há uma decisão que tem que ser de âmbito nacional e a nível nacional isto está impedido. Eu lembro qual foi o desenlace da questão dos professores. Então, não diziam que a situação em relação aos professores tinha que se resolver da mesma forma lá e cá?!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não, não!

O Orador: E o Sr. Primeiro-Ministro quase que provoca a queda do Governo para não recuperar o tempo de serviço dos professores. Não resolveram o problema lá, mas foi resolvido cá. E o que eu pergunto é: então, os vossos argumentos em relação ao contexto nacional estavam errados. Foi possível recuperar o tempo de serviço dos professores a nível regional. Tivemos a oportunidade de legislar. E houve algum problema em relação à constitucionalidade? Não vejo notícias disso! Houve algum problema de legalidade e do ponto de vista de enquadramento orçamental? Não vejo nenhum problema! Portanto, as desculpas são exatamente as mesmas.

E, portanto, o que eu convido V. Exas. é que nesta matéria tenham um sentido de justiça e um sentido de equidade, porque as coisas ou são iguais para todos... As decisões têm que ser absolutamente racionais e explicadas às pessoas, senão as pessoas não compreendem.

E depois vêm aqui fazer o discurso que fizeram da parte da manhã a enaltecer todas as pessoas que trabalham no Serviço Regional de Saúde. As pessoas não esperam que façam estes discursos que encerram uma hipocrisia tremenda. O que as pessoas esperam é que os senhores reconheçam, de facto, a sua carreira e que não os continuem a prejudicar! Não é de palavras vãs que estão à espera! É que siga a vida para a frente! E que para a frente é que é o caminho! É reconhecer os direitos das pessoas! E não as deixar atrás com uma carreira completamente desvalorizada e com argumentos que V. Exas. sabem que não são argumentos sérios, que não são argumentos legais e, fundamentalmente, não são argumentos justos!

É preciso resolver esta questão! E eu convido V. Exas. a terem coragem para resolver esta questão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há mais de duas décadas que os técnicos de diagnóstico e terapêutica reivindicavam a revisão da carreira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

O Orador: ... de forma a que seja reconhecida a importância do seu trabalho, as suas habilitações académicas, o conhecimento e as competências adquiridas e os anos dedicados ao Serviço Regional de Saúde.

Em 2017, foram aprovados o Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto, que define o regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores na área de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privado, integradas no Serviço Nacional de Saúde, e o Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, que estabelece o regime legal da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, e os requisitos de habilitações profissionais.

No entanto, a aprovação da carreira não foi acompanhada do respetivo diploma que define os critérios de transição e a tabela remuneratória, o que só veio a acontecer 2 anos depois a nível nacional, sendo que no que toca à Região Autónoma dos Açores ainda estes profissionais estão a aguardar o reconhecimento devido.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português entende que a discussão, a reposição, a alteração e a criação de novas carreiras na Administração Pública é matéria de âmbito de negociação coletiva entre as organizações representativas dos trabalhadores e o Governo, seja o Governo da República ou o Governo Regional, sendo que os trabalhadores devem ser ouvidos e respeitados. Esta

matéria deve envolver profundamente os trabalhadores e as suas organizações representativas, num processo sério e eficaz.

Sempre denunciámos e exigimos o cumprimento deste direito constitucional. Esta é uma situação em que o Governo tem de aceitar prosseguir a negociação coletiva e considerar as propostas e reivindicações dos trabalhadores.

O PCP, seja a nível regional, como a nível nacional, tem vindo a intervir sobre esta matéria, com a maioria das suas propostas que valorizam os trabalhadores chumbadas por aqueles que devem defender os trabalhadores da saúde e o fazem desvalorizando-os!

O Grupo Parlamentar do PCP já propôs soluções concretas para valorizar a carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, em que se prevê: que o descongelamento seja feito na atual carreira e não na antiga, tal como aconteceu com outras carreiras publicadas na mesma altura, de forma a que todos os anos de trabalho sejam devidamente e efetivamente considerados para efeitos de progressão na carreira; a eliminação de quotas no acesso às categorias superiores na carreira; que na transição para a nova carreira todas as categorias sejam preenchidas; e salvaguardamos, ainda, que este regime se aplique a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só a garantia do respeito pelos direitos dos profissionais de saúde, a valorização e progressão das carreiras e níveis de remuneração adequados – fatores que influenciam a motivação e o empenhamento dos profissionais de saúde – é que permitem defender e reforçar o Serviço Regional de Saúde, pelo que se impõe que seja feita essa valorização.

E é nesse sentido que acompanhamos esta iniciativa com um que não é mais do que o compromisso que assumimos de continuar a trabalhar para defender

os TSDT, os seus direitos e, sobretudo, o direito a ter uma carreira que os valorize e dignifique!

Pôr em evidência os sucessos do combate à pandemia da COVID-19 é um exercício que, por muito que agrade a quem governa e que pode deleitar quem escuta, é e será sempre apenas um exercício de pura demagogia se não tivermos em conta aqueles que na realidade são os responsáveis máximos por tais sucessos. Refiro-me, logicamente, aos profissionais da saúde, que, independentemente do seu grau de especialização, independentemente das suas funções dentro do Serviço Regional de Saúde, tudo têm feito para que o combate a esta pandemia se faça do modo eficiente e que nos podemos justamente orgulhar.

Se é certo que reconhecer o mérito de todos estes profissionais de saúde é no mínimo um tributo da mais inteira justiça, não é menos verdade que não nos podemos ficar por aqui. Estes profissionais, como quaisquer outros, não serão, obviamente, alheios aos elogios e ao reconhecimento do seu trabalho, mas só isso não compensa nem o trabalho nem o esforço suplementar a que esta pandemia os tem vindo a sujeitar.

Hoje, sabemos que estes profissionais de saúde sofrem de esgotamento e de cansaço acrescido e que até aqui não têm visto reconhecido devidamente os seus méritos, nomeadamente no tocante ao reconhecimento da importância das suas carreiras profissionais e também na compensação remuneratória que deveriam, desde há muito, ver reconhecida.

É da mais elementar justiça que, hoje, mais que nunca, se reconheçam os méritos que têm os profissionais de saúde das várias carreiras profissionais de que é composto o Serviço Regional de Saúde, desde os profissionais da limpeza aos terapeutas, desde os médicos aos enfermeiros, desde os técnicos de diagnóstico e terapêutica aos auxiliares de ação médica. Todos estes profissionais não só merecem o reconhecimento público do seu trabalho,

como, acima de tudo, têm o direito inalienável de ver o seu trabalho reconhecido no plano remuneratório.

Não se pode exigir que estes profissionais continuem a dar o seu melhor continuando a pagar-lhes salários que nalguns casos poderemos mesmo considerar como salários de miséria!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, há precisamente 3 anos, em agosto de 2017, extinguiu-se a carreira dos técnicos de diagnóstico e terapêutica. E foi substituída pela nova carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Hoje de manhã, já tivemos, aqui, uma situação caricata em que aconteceu exatamente a mesma coisa: em 2017, extinguiu-se a antiga carreira dos farmacêuticos, e a Sra. Secretária, ainda por cima, dá-se ao luxo de abrir um concurso onde aplica os critérios da nova carreira dos farmacêuticos sem sequer a ter implementado. Gostaria de saber se também já o fez para os técnicos superiores de diagnóstico, se também está a pensar abrir agora os concursos com os novos critérios sem sequer ter feito a respetiva transição.

A verdade é que a forma como esta transição se está a processar, para além de violar o direito destes trabalhadores, uma vez que o Decreto-Lei foi publicado em 2019 não tendo o acordo dos parceiros sociais, claramente prejudica esta carreira, ou seja, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. E prejudica desde logo quando reduz de 5 categorias para 3, isto numa profissão que, apesar de serem apenas 400 (nem chegam a 400), tem 18 profissões diferentes. Como é que se consegue harmonizar 18 profissões diferentes apenas em 3 categorias? Desde logo, esmagando a carreira a 3

categorias já está a haver uma situação de penalização. E depois, porque fazendo alusão à graça... à graça não, eu prefiro até dizer piada, que se faz agora com o slogan do Partido Socialista, que é “p’rá frente é que é caminho”, a verdade é que nesta transição para a nova carreira, 97% dos técnicos vão passar para o início da carreira. Isto não é para a frente. Isto é bem para trás! Isto é fazer tábua rasa do trabalho dos anos todos destes técnicos superiores, porque 97% dos profissionais vão regressar à base da carreira.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas vão ganhar menos?

A Oradora: Mas digo-lhe uma coisa, Sra. Secretária, a avaliação agora nesta nova carreira vai passar a ser feita pelo SIADAPRA. Todos nós sabemos que é uma péssima forma de fazer a avaliação, desde logo porque reduz a uma percentagem mínima a possibilidade dos avaliados terem a classificação máxima. Então, o Partido Socialista e o Governo Regional passam o tempo a dizer que temos um sistema regional de excelência, que temos técnicos de saúde de excelência. Então, se são excelentes, como é que só uma percentagem ínfima é que pode ter classificação máxima? Se são excelentes, têm direito a ter classificação máxima. Se tivermos um Sistema Regional de Saúde em que 100% dos técnicos superiores têm um excelente desempenho, têm direito a ter classificação máxima! Desde logo, este sistema de avaliação é enviesado e penalizador para o mérito do desempenho das carreiras técnicas superiores na Região.

Mais, devido à contagem dos pontos por triénio, que só se aplica na Região Autónoma dos Açores (nós somos muito bons a utilizar a nossa autonomia para criar sistemas de avaliação que são no mínimo estranhos), o que acontece é que no momento de estes técnicos superiores transitarem para a nova carreira, ou atingiram os 10 pontos e conseguem progredir, ou, se não conseguiram com os pontos dos triénios atingir os 10 pontos... Imaginemos

que há um técnico superior que tem 9 pontos. O que é que acontece? O Governo Regional faz tábua rasa dos anos todos que este técnico superior trabalhou, se dedicou, com mérito, para conseguir estes pontos. Ou seja, volta à estaca zero, estes pontos são completamente perdidos.

Mais, em termos remuneratórios, perguntava o Sr. Deputado João Paulo, vão, vão receber.

Deputado Carlos Silva (PS): Ele não falou para si!

A Oradora: Podem ficar em termos equivalentes no mesmo nível remuneratório, mas a verdade é que neste momento nós temos técnicos superiores que estão há 30 anos no desempenho das suas funções e que vão ficar a receber exatamente a mesma coisa que um técnico que foi admitido ontem ou hoje. Acha que isto é justo? Se para progredirem na carreira precisam de 10 anos, ou seja, se precisam de 10 pontos, vão receber um ponto por ano, em contas simples precisam de 10 anos para progredir... O tempo médio das carreiras nos Açores é de 40 anos, não é? Começamos a trabalhar aos 25, reformamo-nos aos 65. Em 40 anos de desempenho de funções no Sistema Regional de Saúde quer dizer que no máximo vão poder progredir quatro vezes. Quatro vezes ao longo de 40 anos de carreira?! Acha isto justo? Acha isto estimulante? Acha que assim vai conseguir que tenhamos pessoal a trabalhar no Sistema Regional de Saúde com mérito?

Mas mais, Sra. Secretária, vou-lhe fazer uma pergunta que eu acho que neste momento devia esclarecer a Câmara: em sede de Comissão, quando foi questionada sobre a decisão de avançar para os pagamentos em setembro, atendendo que nem as avaliações nem as promoções estão neste momento publicadas na BEPA e uma vez que os técnicos nem sequer receberam notificações, a Sra. Secretária respondeu que estes procedimentos são da responsabilidade dos conselhos de administração, informando que se iria inteirar da situação. Sra. Secretária, então, se esta decisão depende dos

conselhos de administração, eu pergunto-lhe porque é que todas as negociações têm sido feitas entre os sindicatos e o Governo Regional e não têm sido feitas as negociações entre os sindicatos e os conselhos de administração.

E também lhe pergunto: os conselhos de administração têm autonomia para tomar esta decisão de fazer os pagamentos agora em setembro? E os conselhos de administração têm autonomia financeira para fazer estes pagamentos? Obviamente que os conselhos de administração é que pagam os ordenados e, portanto, se se decidir que vai ser feito o pagamento de uma determinada maneira, obviamente que são os conselhos de administração que vão pagar, mas os conselhos de administração não é que tomaram essa decisão.

E a Sra. Secretária, para fugir à responsabilidade, disse em sede de Comissão que a responsabilidade destes procedimentos, ou seja, de decidir fazer os pagamentos agora já em setembro era dos conselhos de administração e, mais, que se ia inteirar da situação. Sra. Secretária, inteirou-se? Tem algum esclarecimento a dar-nos sobre a decisão de fazer os pagamentos em setembro?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Srs. Secretários: Eu pedi a palavra neste debate apenas para recolocar aquilo que foi uma afirmação incorreta do Sr. Deputado Paulo Mendes. O senhor está esquecido daquilo que eu disse aqui em julho relativamente às duas situações que aqui foram apresentadas, mas eu vou-lhe lembrar: o que eu disse aqui, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi que reconhecíamos e

reconhecemos que é uma carreira que foi objeto de revisão do seu estatuto e, naturalmente, aos correspondentes reposicionamentos de acordo com as tabelas remuneratórias aplicáveis. E, mais, há processos negociais em curso na abrangência do disposto no Decreto-Lei n.º 33/2018, que tem a ver com a execução do Orçamento de Estado para 2018, como na Convenção Coletiva de trabalho n.º 3/2019, de 11 de janeiro. Foi o que eu aqui afirmei.

Mas também afirmei mais, já para terminar: é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece, como sempre reconheceu e vai continuar a reconhecer, como também a valorizar, o trabalho, a dedicação, o empenho e a competência dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... para manter a qualidade dos serviços prestados e os cuidados de saúde prestados a todos os açorianos. Por isso, esta foi a minha afirmação nesta Casa perante a apresentação dos dois projetos que, agora, aqui, estão em debate.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. Deputadas e Deputados, caros e cara colega de Governo:

É importante aqui esclarecer uma série de dúvidas que estão aqui levantadas de como é que todo este processo decorre. É importante perceber que os técnicos de diagnóstico e terapêutica que passaram agora com a nova carreira a técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, esta nova carreira foi um Decreto-Lei de 2017, em que a sua carreira passou para três níveis: técnico

superior, técnico superior especialista e técnico superior especialista principal. Mas só em 2019 é que o regime remuneratório desta carreira foi especificado, o que quer dizer que nunca poderiam ter passado para a nova carreira antes de 2009, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): 2019, janeiro de 2019. Há 1 ano e meio.

A Oradora: 2019. Quando saiu o novo Decreto-Lei com toda essa especificação.

Importante também perceber como é que é feita a avaliação dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, agora técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Até 2019, até sair esse Decreto-Lei, a sua avaliação era feita pelo Decreto-Lei n.º 564/99, que regia as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que estavam integrados numa carreira subsistente e não revista. E, portanto, a sua avaliação era de triénio e era satisfaz, não satisfaz. Não havia os excelentes do SIADAPRA, que a Sra. Deputada Graça Silveira nos estava aqui a explicar, porque era uma carreira não revista.

Relembro também que todas as carreiras estiveram congeladas de 2011 a 2018 e que só em 2018 as carreiras foram descongeladas. E é por isso que nós, agora, em 2020, estamos a fazer as valorizações remuneratórias desde 2018, após o descongelamento das carreiras, para depois passar para a nova carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica.

Nesta transição que nós estamos a fazer vamos contabilizar os pontos de uma carreira para a outra e não perdem os pontos, ao contrário do que acontece a nível nacional.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Em diálogo com os sindicatos, a 31 de julho, nós fizemos uma proposta. Os sindicatos responderam só a 31 de agosto com a sua proposta.

E, portanto, neste momento, nós ainda não respondemos e/ou reunimos com o sindicato com a nova proposta.

Importante perceber é que os nossos colaboradores, os nossos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica não vão ficar prejudicados por não receberem as suas valorizações remuneratórias. E, portanto, a setembro, será pago agora este mês estas valorizações remuneratórias com um ponto, independentemente das negociações e/ou de a nível nacional ser resolvido atribuir um ponto de meio por cada ano de trabalho.

Por outro lado, é importante também esclarecer que em sede de Comissão eu não disse que a responsabilidade era do CA. É importante esclarecer que o que eu disse é que era responsabilidade do CA notificar cada um dos colaboradores relativamente aos pontos que tinha.

Deputada Graça Silveira (Independente): Está escrito no relatório!

Deputado Carlos Silva (PS): Não está nada!

A Oradora: E, portanto, é só para esclarecer esta questão.

Resumidamente e então aqui em termos de resumo, valorizações remuneratórias, 18 e 19, sim, serão pagas em setembro. E depois reposicionados na nova carreira. Continuamos em diálogo, ainda não respondemos por escrito e/ou em reunião presencial e/ou por Teams, que também já temos feito.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Quando é que vai fazer essa reunião?

A Oradora: Importante é que não vamos esperar mais e serão repostos no valor que já conversamos, agora, em setembro, esta carreira.

Sabendo, no entanto, a questão dos 9 pontos e dos 10 pontos, se a pessoa tiver 12 pontos, com 10 ponto passa e acumula 2 pontos para o próximo, situação que não acontece nem Madeira nem no Continente.

Sabemos também que podemos legislar, mas para legislar temos que fazer um Decreto Legislativo Regional. Não é Governo que legisla, somos todos, é aqui a Assembleia que legisla.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Eu acho que ouvi mal. Só posso ter ouvido mal. Eu bem sei que aqui um ouvido, enfim, agora da água salgada anda um bocadinho...

Deputado Carlos Silva (PS): Vá a um otorrino, é melhor!

O Orador: Vá a um otorrino... Sr. Deputado, olhe que engraçado! Ah, não sabia! É por matrimónio que o senhor sabe estas coisas!

Bom, Sra. Secretária, então o Governo não legisla?!

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Então o Governo não tem poder legislativo?! O Governo não pode propor a esta Casa uma proposta de Decreto Legislativo Regional?

Deputado Francisco César (PS): Isso não é poder legislativo!

O Orador: Não pode? O Governo não pode? Nunca trouxe a esta Casa? Então ainda vamos ter... Aliás, antes disto, era um Projeto de Decreto Legislativo Regional! O Governo não pode ter Propostas de Decreto Legislativo Regional?! O Governo não pode metê-lo com urgência?! Ó Sra. Secretária, vamos todos embora, acabou a autonomia! Quer dizer, a senhora acabou de enterrar a autonomia! O Governo não tem capacidade de fazer uma Proposta de Decreto Legislativo Regional. A Sra. Secretária disse que quem legisla é a Assembleia, que o Governo não pode fazer nada. Ora, o Governo pode propor a esta Casa, que nós votamos a favor. E o Sr. Deputado Francisco César como é que vota? E o Partido Socialista como é que vota?

É que valorizam a carreira... Mas eles podem ficar descansados que daqui a 4 anos e fazendo aqui a história, não é, atendendo àquele Sr. enfermeiro que está num cartaz, aos TSDT vai-lhes ser oferecido um estetoscópio, portanto, e vão num cartaz! Portanto, o Partido Socialista ainda há de conseguir, com especulação (para usar a palavra aqui usada), oferecer um estetoscópio e dizer: vamos continuar o caminho. Mas neste caso é o caminho das pedras. O caminho para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica é o caminho das pedras, que eles vêm fazendo há longo tempo. E, portanto, parece-me que isto não é minimamente aceitável.

Bom, mas já chegamos à conclusão... Sra. Secretária, poderia o Governo ter metido uma Proposta de Decreto Legislativo com urgência. Ou também poderia ter sido o CDS, é verdade, mas como o CDS já tinha a sua proposta... A senhora, se aprovar a proposta do CDS, resolve o problema! Resolve o problema do imediato. E para o futuro, o Partido Socialista, não é, que diz que vai ganhar as eleições, eu quero saber se se comprometem a aprovar um Decreto Legislativo Regional que o CDS, quem estará cá, presumo que há de ter pelo menos um Deputado, há de fazer nesta Casa, não é? A pergunta é essa.

Agora, Sra. Secretária, a senhora disse em Comissão que ia avaliar a contraproposta do sindicato. O que acontece nesta Região Autónoma dos Açores é que é tudo segredo nesta... É tudo segredo. A SATA é segredo. O plano de gestão da SATA é segredo. A contraproposta é segredo. Quer dizer, o que é que nós esperamos deste Governo?

E, Sra. Secretária, o problema aqui é denso, porque quem está, os fisioterapeutas, enfim, e os outros que estão com contratos individuais de trabalho, os CIT, perdem 10 anos da sua vida. 10 anos! Acha justo, 10 anos na vida numa carreira de 40? Acha? 10 anos!

Depois, acha justo que quem levou 15 anos a chegar ao topo, ou 20, venha para a base da carreira? Acha justo? É aquela pergunta: e se fosse consigo, o que é que fazia? Essa é uma pergunta que nós devemos fazer a nós próprios. E se fosse comigo, o que é que eu achava disto? É justo o que estão a fazer? É talvez justo pedir um esforço suplementar a esta gente, como se está a pedir agora e como infelizmente ainda se pode vir a pedir? É justo?

Eu julguei que a solidariedade era um valor inalienável do Partido Socialista. Julgava eu.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E é!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está enganado!

O Orador: Afinal de contas estou mesmo enganado, Sr. Deputado Bruto da Costa. Afinal de contas não é.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parole! Parole!

O Orador: É pura e simplesmente o autoritarismo de eu quero, posso e mando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E pergunto-lhe, Sra. Secretária: os 95 milhões de euros de reforço no Serviço Regional de Saúde... eu vou repetir o número, que eu acho que não me enganei, 95 milhões de euros vão ser investidos onde? É a pergunta. Vão ser investidos onde?

E, Sra. Secretária, não era de ver deste Governo capacitar o Serviço Regional de Saúde para enfrentar uma eventual pandemia? Não era dar segurança aos açorianos, em vez de medo aos açorianos? E para dar segurança aos açorianos precisa dos técnicos de saúde, de todos, dos auxiliares de ação médica, dos TSDT, dos técnicos superiores, dos médicos, dos enfermeiros, precisa de toda a gente.

E há uma coisa, é que para isto funcionar devia ter toda a gente motivada. A senhora consegue o pleno, tem toda a gente desmotivada. Essa é que é a verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Ó senhor, há uma greve dos enfermeiros anunciada. Uma greve dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica... Ah, a greve não interessa. Olhe, já chegamos ao ponto de o Partido Socialista: ah, uma greve, para que é? Isso não interessa para nada. Nós temos a maioria.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Nós somos maioritários. Nós temos o poder absoluto. E, portanto, querem fazer greve? Façam lá a greve, pá! Qual é o problema? E, portanto, isto... Ah, querem fazer greve? Temos a maioria absoluta. Temos a maioria absoluta neste Parlamento. Temos a maioria absoluta nesta Região. E, portanto, ah, façam lá a greve, que a gente cá pode com vocês todos!

O Sr. Deputado não se quer inscrever?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não.

O Orador: Em vez de estar aí...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Era para dizer que o seu candidato pelas Flores é que vai resolver!

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: Havia uma série humorística, que estavam na terceira fila dois cavalheiros... havia uma série humorística, que já não me lembro o nome, mas estavam lá em cima, mas já não me lembro o nome porque já estou um bocadinho esquecido, sabe? É da minha otite.

E, portanto, Sr. Secretário Berto Messias, fazer greve? Ah...

Olhe, como diria o novel administrador que os senhores contrataram para a SATA...

(Diálogo entre os Deputados Joaquim Machado e João Paulo Ávila)

Eu presumo que a minha intervenção está a incomodar aqueles dois senhores, o Sr. Deputado Joaquim Machado (conheço-lhe a voz) e o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não estou! Estou incomodado é com o elogio que fez aquele cavalheiro que não merece!

O Orador: Mas pronto, são dois senhores que estão ali entretidos a conversar.

Mas, diria eu, aquele novel administrador que os senhores contrataram disse em Comissão, também, que se lixe as eleições, não é verdade? Já é hábito.

E, portanto, eu não sei também... Que se lixe a greve, Sr. Secretário Berto Messias! Que se lixe a greve! Que façam greve! E é assim...

O senhor disse isso. O senhor transmitiu isso. O senhor não disse, o senhor transmitiu isso, ou pelo menos eu tive a perceção disso. E, portanto, tenho direito a tê-lo.

Deputado José San-Bento (PS): Tenha cuidado com as suas perceções!

O Orador: Ó Sr. Deputado José San-Bento, as minhas perceções a mim dizem respeito.

Deputado José San-Bento (PS): Eu sou muito sensível a essas manifestações. O meu pai foi um dos que combateu na rua pelo direito à greve!

O Orador: E eu sou responsável por elas, desde o início até ao fim. E não vou entrar noutros pormenores porque não me apetece de entrar consigo, porque ainda fazem um vídeo a seu respeito e depois é uma chatice, como já fizeram a meu respeito. E, portanto, o melhor é não entrarmos nesse tipo...

Eu estou à espera, já lhe disse, da intervenção do Partido Socialista, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para vir dizer de sua justiça relativamente aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já me inscrevi!

O Orador: Estou à espera. E, portanto, Sra. Presidente, eu vou-me calar. Estou à espera que o Sr. Deputado José San-Bento venha com o discurso vitorioso de manhã, agora com esta questão dos técnicos superiores. Estou à espera da sua cantata vitoriosa daqui a bocadinho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tivesse eu falado mais cedo!

O Orador: Eu queria começar por dizer ao Sr. Deputado Artur Lima uma coisa que o senhor já sabe: eu, de facto, falo quando me dão a palavra, já estava inscrito e, portanto, não tenho qualquer problema e tenho muito gosto em usar da palavra e estar num debate consigo.

Agora, há aqui um aspeto, uma nota prévia que eu não estava a pensar fazer, que eu quero que fique bem claro, Sr. Deputado: eu quando me indignei e que o senhor acusou de estar a perturbar, em aparte, a sua intervenção, não o fiz por mal, mas há uma coisa que eu devo dizer-lhe, há uma pessoa com muita influência no meu percurso político que combateu na rua pela consagração do direito à greve e contra unicidade sindical. E, portanto, para o Partido Socialista, enquanto eu e muitos outros aqui estiverem, não se brinca com estas questões da greve nem se minoriza esse direito constitucional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parole, parole, parole!

O Orador: ... para o qual o Partido Socialista se envolveu profundamente, numa luta corajosa, na rua, e que merece o respeito de todos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Feito este ponto prévio, eu gostava só de chamar a atenção para dois aspetos que eu acho que não estão devidamente salientados, aqui, hoje, neste debate:

Em primeiro lugar, nós estamos a debater duas Propostas de Resolução, uma do PSD...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Projetos de Resolução.

O Orador: Sim, exato, de Resolução. Duas Resoluções, ao fim e ao cabo. A do PSD nós vamos votar a favor. É uma proposta que na sua parte resolutiva basicamente recomenda que se faça aquilo que nós entendemos que está a ser executado da parte do Governo. E, portanto, em relação a isso recomenda um processo negocial. O processo negocial está a decorrer. E outra proposta do CDS, que nós não concordamos. Eu depois explicarei;

A segunda questão que convém salientar é que nós estamos, os partidos da oposição, e eu compreendo, começaram a abordar de uma forma muito ampla e muito fora do objeto das Resoluções esta problemática. Todavia, há um processo negocial que, segundo informou aqui o Governo, não está concluído, não está fechado. E isso com certeza que recomenda alguma cautela, alguma precaução na retirada de conclusões, uma vez que este processo não está encerrado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em democracia há sempre negociação!

O Orador: O CDS gostaria que este processo negocial decorresse na praça pública e de uma forma totalmente transparente. Sr. Deputado, mas isso não é muito normal. Eu acho que o que está a acontecer é normal. O Governo reuniu no dia 31 de julho. Os sindicatos fizeram uma contraproposta cerca de 1 mês depois, a 31 de agosto. Essas coisas são assim. Nós estamos, apesar

de tudo, ainda no início de setembro. Portanto, são os processos negociais... Já aconteceram no passado várias vezes. Certamente que acontecerão no futuro. Isso tem a ver com a lógica desses processos e, portanto, daí não há mal nenhum ao mundo.

Mas o que eu gostava de dizer é que, como referi há pouco, nós não concordamos com a proposta do CDS, Sr. Deputado, e não iremos votar a favor desta proposta.

Apesar de tudo, nós saudamos a decisão que já foi tomada, da parte do Governo, do pagamento dos retroativos devidos nas valorizações remuneratórias e que estão a ser processados durante o mês de setembro. E também somos sensíveis às questões relacionadas... E vários partidos aqui falaram, o busílis da questão não é só com a contabilização do tempo decorrido. O CDS propõe uma contabilização de um ponto e meio por ano. O Governo tem uma interpretação diferente, decorre do Orçamento de Estado, decorre daquilo que foi uma opção que o Governo apresentou na sua proposta. E, conseqüentemente, não é esse o caminho que nós seguiremos no que diz respeito ao passado.

No que diz respeito à componente do reposicionamento, a parte da harmonização das carreiras, esse é um problema complexo. Nós reconhecemos a sensibilidade desse processo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas isso é qualquer coisa complexa!

O Orador: Não, mas é. De facto é, Sra. Deputada, como sabe.

E, portanto, nós esperamos que do ponto de vista negocial seja possível chegar a uma boa solução. Nós temos expectativas que, mesmo que este processo não tenha um final feliz, ele terá uma solução que será certamente um avanço.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O que é um final feliz para si?

O Orador: Será um avanço. E isso para nós também é importante salientar. Ou seja, não é pelo facto de nós votarmos contra esta proposta do CDS que se deve retirar a ilação de que vai ficar tudo na mesma. Não vai ficar. Vai haver um avanço, vai haver uma melhoria. E isso significa que nós procuraremos também sensibilizar o Governo para que se chegue à melhor solução possível neste momento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Apresentem a vossa iniciativa!

O Orador: É isso que procuraremos fazer. E, portanto, nós temos as responsabilidades que temos. Não fugimos a essas responsabilidades. Não deixamos de dar a cara pelas decisões que tomamos. Agora, eu queria era salientar que nós procuraremos ir ao limite das nossas possibilidades e encontrar uma solução que seja uma solução que agrade a todas as partes. Será possível, ou não? Neste momento, não é possível ter já um contorno definitivo sobre esse processo, mas nós estamos aqui para fazer esse esforço e para tentar que se alcance uma boa solução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(* **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficamos, hoje, a saber que o Partido Socialista, volvidos 2 meses da apresentação da nossa urgência, vai viabilizá-la nesta Assembleia. A minha questão é simples: se vai viabilizá-la agora, porque é que não a viabilizou há 2 meses atrás, ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... quando aquilo que estava em curso era a abertura de um processo negocial? O que é que mudou, Sr. Deputado? O que é que mudou?

Deputado José San-Bento (PS): Porque não tínhamos uma Resolução sobre esta matéria!

A Oradora: Disse na altura da apresentação desta urgência e volto a dizer: independentemente do sentido de voto que a sua bancada desse à nossa Resolução, ele teve o seu mérito. Teve o seu mérito porque foi após a entrada da mesma que a Sra. Secretária anunciou a data de 31 de julho para voltar a receber os sindicatos. Portanto, o que é mudou nestes 2 meses? Nós não conseguimos perceber. Mas, pronto, estamos todos do mesmo lado, do lado dos técnicos de saúde de diagnóstico e terapêutica. E, portanto, aquilo que nós queremos é que se chegue a um entendimento.

Deputado José San-Bento (PS): Nós votamos contra a urgência, não votámos contra a proposta.

A Oradora: Mas, também, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, não consegui perceber o que é que tanto incomoda a bancada socialista relativamente à proposta que é aqui trazida pelo CDS, até porque ela visa as reivindicações...

Deputado José San-Bento (PS): Não concordamos!

A Oradora: ... que foram tornadas públicas e que constam no memorando dos sindicatos. E, portanto, não conseguimos perceber, não conseguiu explicar, não foi transparente. E acho que deve à Câmara uma explicação mais pormenorizada.

E, também, é neste sentido, uma vez que não fui clarificada, que acho que também a Sra. Secretária tem aqui uma obrigação de explicar de forma concreta o que é tanto a incomoda. Porque é que não é possível chegar a um entendimento? Não conseguimos perceber.

Deputado João Vasco Costa (PS): Já foi dito que está a ser estudado!

A Oradora: O Governo tem uma posição, os sindicatos têm outra. Fica incomodada com o facto de os técnicos reivindicarem um tratamento igual

ao da Região Autónoma da Madeira? É isso que a preocupa? É isso que incomoda e que inviabiliza que aqui se chegue a um acordo? Fica incomodada com o facto de não ser ou de não tornar público, como já tive oportunidade de questioná-la ainda em sede de Comissão na passada semana e não me respondeu e hoje volta e não responder. Se está em curso um processo negocial, ainda não nos disse quando é que será a próxima reunião entre a tutela e os sindicatos. E acho que seria importante para percebermos efetivamente se há, ou não, vontade do Governo de efetivamente sentarem-se à mesma mesa para, de facto, negociarem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não conseguimos perceber.

Não sei, Sra. Secretária, se aquilo que a incomoda é a reivindicação dos técnicos relativamente à equidade com as outras carreira da função pública regional, onde foram encontradas alternativas, ou se será mesmo a equidade com outras carreiras da função pública regional, onde foram atribuídos dois pontos à entrada do SIADAPRA e depois um ponto e meio.

Portanto, Sra. Secretária, estas questões estão por responder. E acho que é sua obrigação perante esta Assembleia vir aqui clarificar este assunto, independentemente se está em curso um processo negocial, porque também sabemos os contornos sinuosos deste processo. E acho que era sua obrigação clarificar nesta Câmara a todos nós aquilo que é o entendimento do Governo e aquilo que é, sobretudo, isso, a disponibilidade do Governo, para ficarmos todos aqui a perceber até onde está disponível o Governo para ceder e para negociar com os técnicos de saúde e diagnóstico.

E, portanto, já como lhe disse a semana passada, este é um processo que está envolto numa nuvem escura...

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual nuvem escura?

A Oradora: ... e que urge clarificar porque ele já dura há vários meses. E não é aceitável que um Governo arraste esta falta de solução, arraste esta falta de disponibilidade para negociar com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, porque, também, como já disse, são um pilar essencial do Serviço Regional de Saúde.

Sim, Sra. Secretária, é para si que estou a falar. Pode virar a cara, mas é para si que estou a falar. E acho que tem essa obrigação de esclarecer esta Câmara...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... relativamente àquela que é a disponibilidade, ou a falta dela, do seu Governo em negociar com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora já não sabe o que há de dizer!

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor é que tem de dizer!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

Bem, ficamos todos mais sossegados. Não era que eu tivesse dúvidas sobre isso, acerca do reconhecimento do Partido Socialista quanto à legitimidade do direito à greve. E, de facto, o Sr. Deputado José Carlos San-Bento deve saber que já foi noticiada a greve que será feita, em princípio, pelos técnicos

superiores de diagnóstico e terapêutica nos dias 9 e 10 de setembro. Isso aí, tal como disse, o Partido Socialista respeita essa decisão dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica de exercerem aquele que é o seu direito constitucionalmente consagrado.

Deputado José San-Bento (PS): E respeitamos isso!

O Orador: Agora, o que lhe devo perguntar, a dúvida que eu tenho é se, de facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sabe o porquê destes profissionais de saúde terem recorrido à greve. É que às vezes dá-me a impressão que não sabe. Às vezes dá-me a impressão que não sabe.

E, aliás, Sra. Secretária, faça-lhe mais uma pergunta, pode ser uma pergunta retórica, mas não deixa de ser uma pergunta: sabe que no processo de negociação nós temos sempre duas partes, até podem ser mais, mas neste caso é um processo de negociação que em termos formais é relativamente simples. Duas partes. E que até se diz que para uma negociação chegar a bom termo ambas as partes têm de ceder em alguma coisa e que perante ou em consequência destas cedências de parte a parte se chegará àquele que é um acordo perfeito, um acordo que agrada tanto a uma parte com à outra. Ora, parece-me que não foi este o caso. E porquê? Provavelmente porque não houve cedência quase alguma da sua parte. Aliás, analisando este processo negocial, parece-me que a única cedência, vai lá, vou reconhecer que é uma cedência, parece-me que será de menor importância, a cedência que aqui a Sra. Secretária faz é de reconhecer aquilo que já foi reconhecido a nível nacional, ou seja, a carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica. Para além disso, não sei mais o que é que reconheceu. Será que nos poderá explicar que outras cedências é que fez até agora? É que me parece, sinceramente, que não fez qualquer cedência.

E a minha dúvida é, perante a intenção, pelo menos aqui anunciada pelo Grupo Parlamentar do PS, de aprovar o Projeto de Resolução do PSD, que

acaba por recomendar ao Governo Regional que retome as negociações, aliás, pretensão essa que a Sra. Secretária até assumiu que iria retomar essas negociações... Provavelmente, já não será na figura da Sra. Secretária, não sei, mas de uma futura Secretária Regional. Não sei se virá a ser renovada no seu mandato. Não sei, mas se não for a Sra. Secretária, o seu sucessor de certeza que fará as despesas da casa e que retomará aquele processo negocial. E a minha dúvida é se esta proposta, a ser aprovada, e tudo indica que será aprovada, se há condições para o Governo Regional, para a tutela ceder em mais alguma coisa que não tão somente o reconhecimento que estes técnicos terão de ter direito a uma carreira de técnico superior.

Deputado José San-Bento (PS): É um direito!

O Orador: Será que vamos assistir dentro em breve a mais cedências, ou melhor, às primeiras cedências por parte da tutela?

E retomo aquela que foi uma primeira pergunta que fiz à Sra. Secretária na minha primeira intervenção: em primeiro lugar, quantos destes técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica estão neste momento sob contrato individual de trabalho?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São vários.

O Orador: Segunda pergunta, que tem a ver com a primeira: estes retroativos que vão ser pagos em setembro vão ser pagos também a estes técnicos que estão sob contrato individual de trabalho?

E por aqui fico. E fico a aguardar a sua resposta.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu vou citar para não me enganar. O Sr. Presidente do sindicato disse em Comissão o seguinte: “Haja seriedade neste processo. Não tem havido.”

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde é que foi isso?

O Orador: Estava-se a referir à atuação do Governo. E o Governo, de facto, está de má-fé neste processo todo. E vou-lhe dizer porquê: porque a segunda proposta que a senhora faz é exatamente igual à primeira, ou seja, não está a negociar anda, está a impor uma proposta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: A segunda proposta que a senhora fez ao sindicato é exatamente igual à primeira proposta. E, portanto, eu pergunto-lhe: o que é que anda a negociar? Que avanços é que houve?

E quando o Sr. presidente do sindicato, o Dr. Carlos Zorro, diz que não tem havido seriedade neste processo, eu sou obrigado a concordar com ele. Só não tem havido seriedade, como parece que há má-fé porque há aqui um empalear da situação.

E, Sra. Secretária, agora vem pôr a responsabilidade no sindicato, que demora 1 mês a responder?! Que já há mais de 1 mês de levou a resposta?! Então, já estão a falar disso desde novembro! Desde fevereiro! Deste tempo todo. E agora que estão uns dias atrasados é que têm a culpa?!

Bom, mas vamos a matéria de facto, que eu acho que é preciso pôr. A proposta do CDS não resolve o problema todo, é um contributo para resolver o problema, porque tem mais pontos na questão negocial com o sindicato! Agora, a proposta do CDS resolve um problema, que é de equidade inter pares.

E vou-lhe dizer mais uma coisa, Sra. Secretária, que eu não percebo também, eu estive expectante à espera das suas explicações, à espera das explicações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: o que esta proposta diz é que garante um ponto e meio. Não quer dizer que a senhora pague agora, não

quer dizer que seja pago amanhã, que seja pago de uma vez. O que garante é que é atribuído um ponto e meio a cada um. O modo de pagamento, negoceiem com o sindicato! Os prazos, se é num ano, se é em dois. O que interessa é corrigir a situação. Não estamos a falar sequer do impacto financeiro imediato nas finanças da Saúde, Sra. Secretária. E daí a má-fé do Governo. E daí a má-fé do Partido Socialista. Não quer mesmo aprovar, Sr. Deputado José San-Bento. Não há nenhum impacto financeiro os senhores aprovarem uma regra. Que vão dar um ponto e meio, quando e como? Negoceiem com os sindicatos o prazo, a quantos dão, quando é que dão. Isto é outra negociação. Os senhores não querem, de facto, prezar os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, reconhecer o seu trabalho, reconhecer o direito.

E, sobretudo, os senhores podem estar aqui a criar conflitos e desmotivação interpares, o que é gravíssimo num serviço, onde quem tem 20 e 30 anos de serviço ganha menos que o estagiário que chegou, que o miúdo que chegou...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não vai acontecer!

O Orador: ... e que foi justamente colocado na base da carreira, nos 1200 euros.

Sr. Deputado José San-Bento, o senhor, naturalmente, tem muitos defeitos, como eu tenho, mas eu reconheço-lhe uma qualidade, o senhor é um autonomista convicto, o senhor acredita na autonomia e o senhor acredita nisso. Agora, por isso, eu fico espantado quando V. Exa. vem defender-se com o Orçamento do Estado. Não é para si, Sr. Deputado! Não é para si, com o seu currículo político! Eu conheço-o bem...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor podia fazer um Decreto Legislativo!

O Orador: Ó Sr. Deputado José San-Bento, eu nessa matéria conheço-o bem, sei como é que o senhor pensa, sei o que o senhor pensa da autonomia,

sei o que o senhor perspectiva da autonomia. Agora, quando eu ouço o Sr. Presidente do Governo, em Coimbra, dizer que é preciso mais legislação para resolver os problemas da Saúde e que é preciso legislar.

Deputado Francisco César (PS): Está a falar de coisas diferentes! São coisas diferentes!

O Orador: Os senhores agora têm legislação e não querem aplicá-la. Essa é que é a questão. Os senhores querem legislação para aquilo que vos dá jeito. A legislação que cá está, os senhores não querem aplicá-la. É uma questão de princípio, Sr. Deputado Francisco César. O assunto é outro, o princípio é o mesmo. O princípio é o mesmo, o princípio da autonomia, o princípio da nossa autonomia, o princípio do nosso poder, o princípio da nossa gestão autonómica. É o princípio que está em causa. E se ele é válido para uma questão, é válido para a outra. E nisso V. Exa., que também é um autonomista, também concorda comigo.

Agora, o que é que os senhores têm contra os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica? O que é que os senhores têm contra?

Voices dos Deputados da bancada do PS: Nada!

O Orador: Porque nem uma regra os senhores querem aplicar! É uma regra! Um ponto e meio! Fica estipulado, os senhores depois pagarão como se entender, quando for possível. Agora, estão a corrigir uma injustiça. É o mínimo que se pede! São contra, porquê? Porquê, Sr. Deputado José San-Bento? Eu gostaria que o senhor me explicasse qual é a razão por que o senhor é contra esta proposta. É uma regra. É um critério justo. Sem impacto financeiro imediato. Pode ser diferido no tempo. Pode ser negociado. Corrija a injustiça! Seja digno do nome socialista!

Sras. e Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu sei que os senhores... E não é por ser do CDS, os senhores já aprovaram coisas do CDS. Eu não consigo perceber é a vossa teimosia em não quererem

reconhecer o mais elementar direito, a correção de uma injustiça. Que os senhores tanto se arvoram e o Sr. Deputado já aqui disse de ter corrigido no passado e de ter na sua família lutadores pelos direitos, liberdades e garantias. Sr. Deputado José San-Bento e Sr. Deputado Francisco César, os senhores têm património nessa matéria, e que eu reconheço, até familiar. Agora, o que é que vos impede de aprovar uma regra? Uma simples regra, que os senhores depois podem pagar como quiserem e entenderem.

Até que a voz me doa, direi isto até ao fim e até ter tempo. É uma injustiça que os senhores estão a cometer. Uma injustiça grande para quem merece, para quem se dedica todos os dias à sua profissão, para quem na retaguarda prepara tratamentos aos doentes, para quem os recebe, às vezes são os primeiros até a recebê-los, para quem lhes dá conforto, para quem lhes dá carinho. E isso não é para lhes pagar sequer, Sr. Deputado José San-Bento, é para motivá-los. Trata-se de uma questão de motivação. E eu sei bem do que é que lhe estou a falar, porque eu próprio sou profissional de saúde. E já vi gente desmotivada. Porque há uma coisa: nós não somos números. Os profissionais e saúde não são números. Não são 384, são pessoas, com família, com vida, com compromissos e que precisam ser respeitados.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não foi aqui aduzido neste debate uma única regra constitucional, estatutária, orçamental, nada, absolutamente nada, nenhum normativo, nenhum artigo da Constituição, nenhum artigo do Estatuto Político-Administrativo, nada, absolutamente nada que possa impedir a aprovação do CDS-PP. Não foi

aduzido do ponto de vista objetivo absolutamente nada. Ah, existem umas coisas... Que coisas? Façam o favor de dizer o número da alínea e do artigo que está a ser violado, na vossa perspetiva. Façam o favor de objetivar o vosso discurso. Não façam um discurso no vazio, argumentação no vazio.

V. Exas. têm muito a mania de chamar o pai tirano quando não querem fazer qualquer coisa, para atribuírem a responsabilidade a alguém que não se encontra aqui presente e que não tem nenhuma responsabilidade. Ah, nós não podemos fazer porque ele não deixa. Isso é a negação absoluta da autonomia dos Açores! E, mais do que isso, é que isso não tem nenhuma substância do ponto de vista estatutário nem do ponto de vista constitucional! Mais, seria a abdicação absoluta do Parlamento dos Açores no âmbito das competências que nós temos para legislar! Aliás, como já fizemos em situações, como dei o exemplo na intervenção anterior, idênticas.

Portanto, os senhores tenham a coragem política de dizer que não fazem porque não querem fazer e não se refugiem numa legislação, em princípios constitucionais e em princípios estatutários que não existem.

E que a vossa interpretação do ponto de vista da interpretação da Constituição e dos Estatutos...

Deputado João Vasco Costa (PS): E a Lei do Orçamento de Estado?

O Orador: ... seja uma interpretação que nem os mais centralistas que se sentam no Tribunal Constitucional têm em relação à Região. Ninguém tem esta interpretação! Ninguém faz essa limitação das competências deste Parlamento, das competências autonómicas! Ninguém faz essa interpretação! Ninguém fez no passado em situações semelhantes com outras carreiras semelhantes! Ninguém fez essa interpretação!

E, portanto, o que os senhores estão aqui a fazer é um discurso absolutamente no vazio. E com falta de coragem política, porque V. Exa. podiam dizer: nós não concordamos. E não concordamos, com argumentos plausíveis. E não

chamando um papão qualquer que não existe. Exatamente porque V. Exas. não têm a coragem de assumir a responsabilidade.

É muito fácil dizer: eu não tenho culpa. A culpa é dele, que é grande, é forte, está ali distante, não deixa fazer. A culpa não é minha. Isto é de uma cobardia tremenda do ponto de vista político! O que nós temos que ter a convicção é dizer: não, nós não estamos de acordo. Depois têm que explicar porque é que em situações semelhantes decidiram de forma diferente. Pois, V. Exas. terão que explicar essas incongruências!

Agora, todo o resto da argumentação que V. Exas. introduziram, de chamar o Estado Central, que não é possível. E dizer: bom, isto constitucionalmente não é possível, estatutariamente, do ponto de vista do orçamento... Todos os fantasmas que V. Exas. foram ao armazém buscar, bom, isso não existe.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ah, não! O Orçamento de Estado não existe!

O Orador: Isso é um papão que não existe.

E V. Exas. sabem perfeitamente que esta é uma matéria que é uma decisão política que tem que ser tomada, porque é evidente que o dinheiro tem que ser administrado com absoluta racionalidade e absoluta justiça. E para que se faça justiça a profissionais que estão prejudicados, que é o caso, é necessário cortar em gorduras da Administração Regional. É necessário cortar em excessos que são cometidos e são tantos, tantos: um Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que é um gabinete de propaganda; os gabinetes do Governo que têm assessores que nunca mais acabam; um conjunto de despesas que são feitas por parte da Administração Regional que são completamente incompreensíveis; um conjunto de apoios a setores não fundamentais, a um grupo de interesses que estão instalados.

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde isso já vai!

O Orador: Isso tudo tem a ver com o facto... O ex-Presidente do Governo Regional dizia: “20 anos é muito tempo.” Dizia isto em 1996. O antigo Presidente do Governo Regional Carlos César, quando estava há 20 anos na oposição disse, em 96, é célebre a frase: “20 anos é demais em qualquer sítio do mundo, criam-se vícios, cria-se insensibilidade.” Bom, os senhores estão há 24 anos e estão convencidos que vão ficar 28 anos, eu sei lá, os senhores estão convencidos que vão ficar 40, 50 anos, o resto da vida...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O que o povo quiser!

O Orador: E, portanto, é esse tempo de permanência, essa arrogância, a doença do poder, a arrogância que neste momento o Partido Socialista tem que explica muitas das vossas atitudes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa arrogância é que o mata!

O Orador: E depois eu gostava de dizer, nesta fase final desta intervenção, ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Paulo Mendes: Sr. Deputado, não desista, não diga que ali se senta a Sra. Secretária ou se vai sentar outro Secretário do Partido Socialista, porque é nosso dever para com o povo açoriano lutar para que se tenha um governo diferente. E ter a consciência e ter a fé e ter a convicção que é possível derrotar o Partido Socialista e as suas políticas e injustiças. É possível se todos tivermos essa convicção e se as eleições forem disputadas de forma livre. E que, como dizia o Papa João Paulo, ninguém tenha medo naquele dia, no dia 25 de outubro, que ninguém tenha medo, que votem em liberdade e que façam opções diferentes!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado! Viva a liberdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, não posso falar até que a voz me doa porque só me restam 50 segundos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Também tem pouca voz!

A Oradora: É esta a democracia que temos.

E só perguntar muito claramente à Sra. Secretária o seguinte: ponto um, se está neste momento durante um processo negocial, qual é que é a pressa de ir a correr fazer os pagamentos em setembro? Ponto um. Isto é no mínimo um desrespeito. Se está num processo negocial, esperava que o processo negocial chegasse ao fim e faria o pagamento em função daquilo que tinha ficado fechado no processo negocial.

Segunda pergunta: Sra. Secretária, está, ou não está, disponível o Governo Regional para que haja retroatividade em função dos resultados que ocorrerem durante esse processo negocial? Imaginando que o Sr. Deputado José San-Bento acha que a proposta do CDS é injusta porque é 1.5, mas se o Governo Regional quer 2 pontos, vai haver retroatividade nessa decisão e fazer um acerto em relação ao pagamento que foi feito em setembro?

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso já foi respondido!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Secretária. Muito obrigada, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora não está atenta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, caros colegas e colega:

Respondendo aqui às questões que me foram colocadas, relativamente aos CIT, são cerca de 100 na Região. Os CIT, a avaliação de desempenho aplica-se a partir da data de entrada em vigor dos acordos, ou seja, a partir de 1 de janeiro de 2019.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leva 10 anos!

A Oradora: Portanto, relativamente aos CIT, estamos aqui esclarecidos.

Quando falam em termos da negociação e o que temos conversado e o que é que temos aqui cedido, é importante referir, de tudo o que foi aqui explicado nesta Assembleia, que na nossa negociação nós vamos contabilizar os pontos que são acumulados, situação que não se aplica nem na Região Autónoma da Madeira nem no Continente.

À retroatividade, também já tinha esclarecido que, caso a decisão a nível nacional a nível de negociações for outra, obviamente que será aplicada a retroatividade. Não nos parece justo é as valorizações, como sabem, são desde 2018, não serem pagas o mais cedo possível. E, portanto, será reposto em setembro a esta como a outras carreiras.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Por último, só lembrar a todos aqui presentes que a competência de legislar é de todos os presentes nesta Assembleia. E se tanto valorizam esta carreira, pergunto porque é que nada o fizeram, não apresentaram um Decreto Legislativo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apresentaram a proposta!

A Oradora: Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então o que é que está a chamar à proposta do CDS?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário Berto Messias esqueceu-se de dizer que a Resolução é um processo legislativo! Isto é um processo legislativo, Sra. Secretária! Leia o Regimento!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

Bem, em primeiro lugar, esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão que nós, Bloco de Esquerda, não desistimos, nem eu particularmente irei desistir desta luta quase permanente contra uma maioria absoluta do Partido Socialista. Há várias formas de fazer a luta, não tem de ser necessariamente e sempre nesta Assembleia, mas poderá sê-lo feito em outros fóruns. Aliás, sinal disso, e eu penso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não me percebeu, ou talvez eu não tenha sido suficientemente claro, é que eu até salvaguardei que se não for a Sra. Secretária, será outro Membro do Governo, quer seja deste Partido Socialista, quer seja de outro partido político que venha a ganhar e a recolher a maioria dos votos nas próximas eleições regionais. Até pode acontecer termos ali naquela bancada, daqui a uns meses, um senhor muito conhecido mediaticamente, que muda muitas vezes de cor nos seus pullovers. Até poderá ser outra pessoa que não essa, é verdade.

Deputada Graça Silveira (Independente): Esperemos que não mude de cor partidária!

O Orador: Agora, esclarecendo aquilo que a Sra. Secretária acabou agora por lançar como desafio para esta Assembleia, aliás, não foi a primeira a lançar esse desafio, penso que um ou outro Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista também o fez, aliás, não foi só nesta ocasião que fez esse desafio, mas já fez em outras ocasiões, já estamos um pouco estafados de ouvir um bocadinho esse exercício um bocado ilógico de legislar nesta Casa, é que, de facto, todos nós aqui temos capacidade de legislar e isso a Sra. Secretária o reconhece. Mais do que isso, todos nós temos capacidade de

propositura, isso sim. O Governo Regional não pode, ao contrário por exemplo do Governo da República, legislar por si próprio sem que essa legislação venha aqui para ser aprovada por esta Assembleia. Essa é principal diferença.

E porque o Governo Regional é um órgão executivo, passo o pleonasma, a ALRAA, com poder deliberativo, não negocia com os sindicatos. A ALRAA ouve os sindicatos, que é um pouco, senão bastante, diferente. O Governo, como tem a tutela da Administração Pública, é que tem a obrigação de negociar com os sindicatos. Aliás, amanhã, penso que não teremos tempo ainda hoje de iniciar esse debate, mas amanhã certamente teremos tempo de iniciar um debate e votar aquela que é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional trazida pelo Governo Regional, e bem, a esta Assembleia, tal e qual como estabelece o nosso Estatuto. E essa proposta, que tem a ver com o pessoal afeto aos matadouros da Região, não tem a ver com a sua tutela certamente, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Graças a Deus!

O Orador: ... graças a Deus, virá a esta Casa antecedita de um processo negocial. E, portanto, estaremos, amanhã, perante um processo que até foi bastante bem feito, digamos assim. Tratou-se de um processo que passou por uma negociação com as entidades sindicais. Passou depois por um ligeiro desentendimento a meio... não, depois dessas negociações...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Uma questão de forma.

O Orador: ... e que agora, finalmente, depois de terem chegado a um acordo, trazem a esta Casa uma proposta. E o mesmo poderia o Governo Regional, neste caso, ter feito. A Sra. Secretária podia ter negociado a sério, não a fazer de conta.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Sr. Deputado, tenha lá calma!

O Orador: Negociava e trazia cá uma proposta. Não faria muito sentido ser qualquer um dos nossos partidos a negociar com os sindicatos porque nós não temos essa competência. Nós podemos, e bem, ouvir os sindicatos, mas não queremos...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas façam da forma certa, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado Francisco Coelho já nos ensinou essa lição em outras ocasiões, nós não nos podemos substituir ao Governo Regional. E essa competência de negociar com os sindicatos é exclusiva do Governo Regional.

O problema aqui e como eu já expliquei na minha intervenção inicial é que o Governo Regional por vezes simplesmente não negocia e diz que isso é uma competência da Assembleia, como se a Assembleia pudesse negociar diretamente com os sindicatos. Por vezes até negocia, e bem. E outras vezes, como esta, faz de conta que negocia. E essa é a dúvida que nós queremos ver esclarecida aqui e agora: é se há o compromisso por parte deste Partido Socialista, para o caso de ganhar as próximas eleições regionais e com uma maioria que permita formar governo, se vai reconhecer a carreira e a devida compensação salarial tal e qual como reivindicam os profissionais de saúde, na próxima legislatura. É isso que se pede.

É claro, também podíamos fazer outro tipo de exercício totalmente legítimo: e se for outro partido a ganhar as eleições agora no mês de outubro, como é que é? E se esse partido tiver condições para formar Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou outros partidos!

O Orador: Ou outros partidos? Em princípio, também nada nos garante. Da nossa parte, Bloco de Esquerda, não teremos qualquer problema em reconhecer, não só a carreira, mas também a devida valorização salarial destes técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Mas isso é da nossa

parte. Nós não sabemos, desconhecemos quais serão as reais pretensões, uma vez formado governo, por parte, quer do CDS, quer do PSD, quer do PPM, que falarão por eles próprios.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra. Microfone, por favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Pronto, eu disse até que a voz me doa porque agora está na moda, não é? O Sr. Presidente da SATA disse que ia reestruturar a SATA, doesse a quem doesse. A Saúde vai ser reestruturada também. Estão a reestruturar, 95 milhões de euros. Está a doer aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Pronto, mas isso...

Agora, Sra. Secretária, eu ia dar a explicação que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda deu relativamente à propositura e ao poder legislativo. É que lá fora existem as Leis e os Decretos-Lei. Aqui só existe DLR. E por isso a questão. Mas o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda já fez o favor, explicou bem explicado. E depois tudo é aprovado nesta Casa, enquanto os DLR lá fora, como sabe, não vão à Assembleia da República. E, portanto, o Governo teria toda a possibilidade de fazer.

Agora, fica aqui bem plasmado que não há um único argumento, um único, contra a proposta do CDS. Não argumentaram com um único argumento. O problema não é financeiro, o problema é de justiça. A proposta não resolve tudo, é um contributo a juntar aos outros que o sindicato está a negociar. E se, efetivamente, não se pode dar porque está um processo de negociação em curso, o Processo Revolucionário em Curso, também já nos lembramos

disso, não é, está o PREC em curso, também não percebo porque é que vem agora pagar um ponto.

E, Sr. Deputado José San-Bento, a reivindicação, se bem se lembra, não é só do CDS. É, em primeiro lugar, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado José San-Bento (PS): Esta é a proposta concreta!

O Orador: E até de um camarada seu, primeiro peticionário de uma petição entregue nesta Casa, o nosso ex-colega Carlos Mendonça. E até lhe digo mais: ele queria mais, ele queria de 2004 para a frente. Veja lá!

Deputado José San-Bento (PS): Eu conheço bem!

O Orador: Ainda há socialistas neste mundo! Ainda há socialistas! E, portanto, o Sr. ex-Deputado Carlos Mendonça até queria de 2004 para a frente. Portanto, veja lá que eu até não estou a querer muito, Sr. Deputado. O CDS até não quer muito.

E, portanto, a questão aqui não é dinheiro. Já expliquei isso bem explicado. Sr. Deputado, peça um intervalo regimental, ou eu peço um intervalo regimental, o senhor reúne o seu Grupo Parlamentar, reavaliam a situação.

Deputado José San-Bento (PS): Não é preciso.

O Orador: E o senhor não precisa de votar a favor, basta abster-se. Abstenha-se e resolva o problema! É tão simples. E, portanto, é tão simples fazer isso. Mas os senhores não querem por manifesta má vontade contra estes profissionais de saúde, mercedores do nosso respeito, mercedores da nossa consideração. Os senhores não querem apenas pôr uma regra que até não vos custa dinheiro no imediato e que até era possível negociar parceladamente e equitativamente no tempo e o modo de pagamento.

Não apresentando nenhum argumento, resta apenas a má vontade, quer do Governo, quer do Partido Socialista, para com estes profissionais de saúde

altamente qualificados e que muita falta fazem ao Serviço Regional de Saúde.

Eu sei que lhe incomoda, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Gostava era que o processo...

O Orador: Se gostava, vote a favor. Abstenha-se. Tenha a coragem, abstenha-se.

Deputado Luís Maurício (PSD): O Jorge Lacão...

O Orador: Seja o Jorge Lacão do PS, seja a Vitorino ou lá como ela... um Francisco Assis, o seu amigo...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ou então a Ana Gomes.

O Orador: Ou então a Ana Gomes do PS, enfim, por aí fora, eu não sei...

E, portanto, Sra. Presidente, lamento muito que o debate do Partido Socialista não apresente um único argumento contra a proposta do CDS. Mas não está a votar contra a proposta do CDS. Está a votar contra os profissionais de saúde. Está a votar contra a dignificação do Serviço Regional de Saúde. E está a promover uma conflitualidade no serviço, no futuro, que seria absolutamente desnecessário.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, quanto tempo tenho disponível ainda?

Deputado João Vasco Costa (PS): Nenhum!

O Orador: Nenhum? Isso é o que os senhores gostavam!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não. Tem um minuto e meio!

Presidente: Esteja à vontade, Sr. Deputado, eu só estava a conferir o tempo do CDS.

O Orador: Ah, pronto, bem...

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista fez muito rapidamente as contas e concluiu que eu não tenho tempo nenhum, mas concluiu de forma errada porque a Mesa se me está a permitir falar é porque ainda tenho algum tempo. Bem, mas isto diz tudo, os senhores gostavam que eu não tivesse tempo, porque gostavam também de não ter que ouvir o que eu vou dizer.

E o que eu vos quero dizer é que, num debate, os senhores... Perdem-se e ganham-se debates neste Parlamento. Eu já perdi debates e já ganhei debates, mas há uma coisa que vos posso garantir: a votação que vai decorrer daqui a pouco irá dar-vos a vitória neste debate, a vitória do ponto de vista da aritmética parlamentar porque os senhores têm 30 Deputados e ganham todas as votações. Mas os senhores não ganharam este debate do ponto de vista dos argumentos, nem ganharam este debate do ponto de vista da razão e da justiça, porque os senhores não apresentaram um único argumento válido nesta matéria. Não nos disseram porque é que estes dois pontos que são aqui propostos estão errados. Porque é que atribuíram um ponto e meio de avaliação por cada ano de serviço entre 2009 e 2008, independentemente do tipo de vínculo laboral estabelecido e da existência de avaliação estar errado? Alguém disse isto? Alguém provou que isto não é justo, que isto não se pode fazer? Não. Os senhores não o provaram.

Eu desafiei-vos a apresentarem-me, a lerem-me os artigos da Constituição, do Estatuto que impedem que esta votação se possa fazer e que esta decisão possa ser executada pelo Governo dos Açores. Lancei-vos este desafio. Os senhores não corresponderam a esse desafio, não me leram nenhum artigo da Constituição nem do Estatuto que proíba que estas decisões se possam

tomar. E sabem porque é que não o leram? Porque ele não existe. Eles não existem, por isso é que não os lerem. Dizem que há proibições, que há um papão, que há um pai tirano...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é papão nenhum! É o Orçamento de Estado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pai tirano!

O Orador: Eu pedi-vos que mostrassem o artigo, que me lessem o artigo da Constituição e do Estatuto. E os senhores também não o fizeram.

Devo dizer, portanto, que se vão ganhar aritmeticamente com a maioria absoluta que V. Exas. têm, não ganharam este debate do ponto de vista da razão e da justiça, não o ganharam do ponto de vista dos argumentos.

E o que eu queria deixar aqui também, um último desafio aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde, quero deixar este desafio: se não conseguirem ganhar neste momento aquilo que é uma luta justa, não o vão conseguir fazer nunca depois do dia 25 de outubro, porque se não ganham quando o Partido Socialista está neste momento sob pressão, sob a pressão eleitoral do voto das pessoas, de tentar demonstrar que afinal tratam bem uma classe, depois do ponto de vista prático, do ponto de vista das suas carreiras, da valorização das suas carreiras, os senhores não estão disponíveis para fazer qualquer tipo de cedência e para fazer justiça. Os senhores só têm um discurso: um discurso vazio e vazio sobre esta matéria. Mas se não for possível, se estes profissionais, este grupo de pessoas que está a lutar para que lhes seja feita justiça, se as pessoas não se mobilizarem, se não utilizarem a capacidade de pressão que têm neste momento, que é um momento crucial, pois, eu digo-vos que não vão conseguir depois do dia 25 de outubro, por uma razão muito simples: a partir daí vamos ter desculpas para tudo. O Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Governo Regional, já começam a dizer que é preciso

ter sentido de justiça, que é preciso... O Governo Regional já começa a dizer que a partir daí vem o dilúvio. E, portanto, é neste momento que se tem que conseguir esta vitória, com toda a convicção. E, portanto, é neste momento que é possível fazer isto, ou desta forma, ou atribuindo, ajudando a criar uma maioria diferente neste Parlamento e um Governo diferente na nossa Região Autónoma dos Açores, após 24 anos de domínio absoluto do Partido Socialista. Há duas hipóteses: ou agora, ou com uma nova maioria após o dia 25 de outubro. Há estas duas hipóteses. E, portanto, é este o combate que tem que ser feito, que tem que ser feito todos os dias! E não podemos desistir! Temos que ter toda a convicção! E eu tenho toda a convicção nesta matéria por uma razão muito simples: é porque esta luta é uma luta justa e porque estes profissionais estão a ser prejudicados, não só do ponto de vista absoluto nas suas carreiras, mas comparativamente com outros profissionais, porque como eram mais numerosos tinham mais capacidade de reivindicação. A esses profissionais, em situações idênticas, foi-lhes feita justiça. E, portanto, aqui há que compensar o menor número de pessoas, com mais convicção e de uma forma muito aguerrida para levar este combate até ao fim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Liberdade! Liberdade! Liberdade!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Encerramos então agora o debate.

Vamos passar à votação das iniciativas. Começamos pelo Projeto de Resolução 246/XI – “Contabilização do tempo de serviço dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução anunciado foi rejeitado com 29 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado do PCP, o Sr. Deputado do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 247/XI – “Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica”, apresentado pelo PSD.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a declaração de voto?

Presidente: No fim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No fim?

Presidente: Sim. Mas pode fazer depois desta votação, não há problema.

Portanto, votamos agora o Projeto de Resolução do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando entramos num debate e perdemos por falta de argumentos, pronto, é a vida, os outros foram melhores do que nós, argumentaram melhor do que nós e nós perdemos o debate porque não tivemos argumentos suficientes. Agora, quando apresentamos argumentos e os outros não conseguem contradizê-los, estamos em presença de um fenómeno: é que mesmo sem argumentos nenhuns conseguem chumbar uma proposta justa, equitativa e que reconhecia o valor e o mérito dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

E, portanto, fica aqui o alerta para os açorianos em geral e para os profissionais de saúde em especial, para as maiorias absolutas e musculadas que não são boas para a democracia, que fazem mal à democracia. E, portanto, no próximo dia 25, pensem como vão votar.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, está no âmbito da declaração de voto...

O Orador: Pensem como vão votar, porque nós nesse projeto votamos convictamente a favor e toda a oposição votou convictamente a favor por ele ser justo. É que uniu desde a esquerda à direita, passando aqui pela nossa monarquia. Uniu tudo! Não uniu um partido socialista, que votou contra. Bem sei que alguns não votaram por convicção, votaram por imposição, mas, Sras. e Srs. Deputados, compreendo isso, aceito isso, é a democracia, é a disciplina partidária e, portanto, são as regras democráticas de um Parlamento.

Agora, a maioria absoluta, neste caso, impôs-se sem razão, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É democracia, Sr. Deputado!

O Orador: ... votou sem razão, votou por má vontade, pura e simplesmente, mas com a força que lhe foi conferida pelos açorianos. E, portanto, os açorianos quando forem conferir força da próxima vez, pensem duas vezes antes de a dar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

O nosso Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente as duas iniciativas hoje em debate e votação, até por uma questão de coerência. E coerência, porquê? Porque já no passado mês de julho, em sede de

Orçamento Suplementar da Região para 2020, nós, Bloco de Esquerda, apresentamos uma proposta de aditamento à proposta trazida cá a esta Casa pelo Governo Regional e que nós o que procurávamos era de facto arranjar forma para que o Governo Regional procedesse à valorização profissional da carreira destes profissionais, neste caso técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, garantindo desde logo a contabilização de todo o tempo de serviço destes profissionais, independentemente do vínculo e da existência de avaliação, matéria coberta quer para iniciativa do PSD quer pela iniciativa do CDS. E, por isso mesmo, votamos favoravelmente as duas iniciativas.

E também votamos favoravelmente estas duas iniciativas, porque, tal e qual como tive ocasião de expressar no debate de urgência iniciado esta manhã, para o Bloco de Esquerda é essencial, se não mesmo fundamental, garantir um maior investimento no Serviço Regional de Saúde. E esse investimento não passa somente pelas infraestruturas, passa também e sobretudo e cada vez mais pela valorização dos profissionais de saúde, dos quais depende a efetividade e a boa prestação de serviços no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

E a melhor forma de valorizar, de elogiar os profissionais de saúde, e neste caso em particular os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, é reconhecer o direito a uma carreira condigna e pelos menos a uma boa sede de negociação coletiva e uma negociação coletiva à séria e não uma negociação coletiva em que não são ouvidas as pretensões da classe e em que são impostas soluções, porque dessa forma nós não estamos a valorizar os profissionais de saúde e desse modo não estamos a valorizar o Serviço Regional de Saúde.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, nós votamos, como sabem, a favor da proposta do PSD e votamos contra a proposta do CDS.

E ouvimos serenamente um conjunto de acusações profundamente injustas e descabidas. O Partido Socialista não votou contra os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (Independente): Ele ainda não disse nada e já estão a dizer muito bem! Parece uma gravação!

O Orador: Não votamos contra ninguém. Não votamos contra nenhuma carreira. Não votamos contra o Serviço Regional de Saúde, como é evidente. Isto são processos de intenção. E isto, sim, é que revela fracos argumentos e até desrespeito pelas posições dos outros partidos que foram aqui claramente expressas.

Nós votamos a favor de uma solução que está a ser negociada. Nós votamos a favor de uma solução que esperamos que seja a melhor possível.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então diga qual é!

O Orador: E nós votamos a favor de um processo que terá o seu desfecho. E tanto que se falou que também é bom que fique claro neste sentido de voto que nós não votamos nenhuma Proposta de Decreto Legislativo Regional, nós vamos meras Resoluções, que politicamente têm...

Voices dos Deputados da bancada do CDS e do PSD: Meras?! Meras?!

O Orador: Sim, meras Resoluções! Meras Resoluções, que do ponto de vista político obviamente que têm consequências, do ponto de vista prático a sua aprovação não iria ter implicações nenhuma porque não é um Decreto Legislativo Regional! Isso que fique muito claro!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão-se a enterrar cada vez mais!

O Orador: Isso que fique muito claro!

E, portanto, a nossa maioria, que preocupa tanta gente aqui neste Parlamento, é a maioria que sempre foi, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Por si não havia Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso!

O Orador: ... uma maioria positiva, uma maioria reformista, uma maioria de justiça, uma maioria de diálogo com todos.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério, Sr. Deputado! Seriedade exige-se aqui! Isso é incrível! Uma mera Resolução?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu votei favoravelmente porque o que nós aqui temos é uma proposta concreta. Esta proposta concreta, que é um Projeto de Resolução, é uma decisão de caráter político que todos os partidos apresentaram nesta legislatura, como em todas as outras legislaturas. E este instrumento não deve ser desvalorizado em nenhum momento, porque isso significa desvalorizar a dignidade deste Parlamento, porque isso significa desvalorizar a democracia açoriana, porque a aprovação por parte deste Parlamento, sendo este regime um regime parlamentarista, pelo menos do ponto de vista estatutário e teórico e constitucional, esta aprovação exigiria que o Governo Regional a cumprisse. Ou seja, se nós tivéssemos aprovado aqui este Projeto de Resolução, o Governo Regional teria de aplicar. Tinha aqui uma recomendação e o que tinha que fazer era exatamente atribuir um ponto e meio de avaliação por cada ano de serviço e depois a harmonização que aqui está prevista em termos de carreira profissional. E, portanto, o efeito prático,

o efeito político concreto é que o Governo ficava obrigado a cumprir aquilo que aqui é recomendado.

Era só o que faltava que um Governo que depende do apoio parlamentar, que depende do apoio do Parlamento, que até tem a competência de terminar com o período de governação a partir do momento em que perder a confiança do Parlamento, e perder a confiança do Parlamento significa não executar as políticas que aqui são aprovadas, era só o que faltava que aqui fosse feita uma recomendação e que o Governo Regional não a aplicasse e não a executasse! Era só o que faltava!

Deputado Francisco César (PS): Não foi o Governo! Foi o Parlamento!

O Orador: Não vale tudo! Não vale desvalorizar uma proposta que tinha esse efeito prático. E aqui o que aconteceu, a insinuação que aqui foi feita é por isso inaceitável!

Deputado José San-Bento (PS): Qual insinuação!

Deputado João Vasco Costa (PS): Faça lá a declaração de voto e deixe lá o resto!

O Orador: A insinuação que aqui foi feita de dizer: bom, até podíamos ter aprovado isto, mas o efeito não seria nenhum. Não! Isso é absolutamente falso! Todos nós sabemos que o efeito prático desta medida é que o Governo teria de executar e teria que executá-la de forma imediata.

E devo dizer, para terminar, Sra. Presidente, que esta questão que estava a ser discutida é uma questão política.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Nós queremos, ou não queremos, fazer justiça a estes profissionais? A indicação que estava a dar ao Governo Regional era esta, era muito precisa: é que teria que aplicar os critérios que aqui estão estabelecidos. E esta medida, este Projeto de Resolução não vai ser aplicado

porque o Partido Socialista, sozinho, com a sua maioria absoluta de 30 Deputados, inviabilizou a aprovação deste Projeto de Resolução.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor não vai fazer a sua declaração de voto?

O Orador: E sobre isto não há mais nada a dizer. Há apenas uma constatação: isto não vai ser aplicado, o que aqui é proposto não vai ser aplicado porque o Partido Socialista inviabilizou votando contra a iniciativa do CDS-PP!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração e voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu, para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa para lhe perguntar, se V. Exa. naturalmente tem nota disso, se o Partido Socialista já apresentou Projetos de Resolução nesta Casa.

Deputado Francisco César (PS): A questão não é essa!

O Orador: E perguntar-lhe também, desses Projetos de Resolução, se tem conhecimento que foram aplicados, ou não.

E se um Projeto de Resolução é uma iniciativa legislativa desta Casa, ou não. Gostaria que esclarecesse quem nos está a ouvir, sobretudo, se é uma iniciativa desta Casa. Muito obrigado. Tal qual um Decreto Legislativo Regional. As perguntas são de... Mas agradecia, para quem nos está a ouvir. E muito gente, felizmente, segue-nos online nesta altura. E, portanto, perante a afirmação do Sr. Deputado José San-Bento, eu agradecia que V. Exa.

esclarecesse os açorianos, sobretudo, que nos ouvem lá em casa, porque aqui todos nós sabemos o que é. Quem nos está a ouvir não sabe.

Presidente: Sr. Deputado, relativamente à primeira questão, o Partido Socialista, sim, como todos os outros partidos, já apresentaram Resoluções nesta Casa.

A questão da aplicabilidade, como deve compreender, Sr. Deputado Artur Lima, não tenho presente, portanto, nem em relação ao Partido Socialista nem a nenhum outro partido, a questão da aplicabilidade, porque não estou propriamente a verificar.

Mas a Resolução é um processo legislativo especial desta Casa, sim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou, como já referi, em julho, uma Resolução com carácter de urgência. Considerávamos que era o timing certo para a mesma ser votada atendendo àquilo que eram as reivindicações dos técnicos e uma vez que o processo negocial estava suspenso. Apresentamos, porque, mais uma vez, volto aqui a frisar, os profissionais de saúde de que aqui falamos hoje são essenciais e são um pilar ao bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde. E, portanto, achávamos que era altura de ser feita justiça, de reabrir este processo negocial. E, como já foi aqui dito, era importante que houvesse uma negociação entre ambas as partes, que o Governo, de forma transparente, demonstrasse, ou não, a sua disponibilidade para atender as reivindicações desta classe. E, portanto, foi neste sentido, foi com este espírito que nos pusemos e quisemos estar, ao lado destes profissionais de saúde.

Também votamos favoravelmente aquela que é a proposta do CDS, porque, sendo uma proposta com um objeto diferente, mais complexo, mas consideramos nós que de facto ia ao encontro, portanto, das reivindicações destes técnicos. E daí também a nossa solidariedade com o Projeto de Resolução do CDS, porque, ao contrário daquilo que o Partido Socialista fez, aqui, hoje, a oposição está toda unida, reconhece a luta dos técnicos, está ao lado dos técnicos e pretendia que fosse feita justiça no sentido do reconhecimento de uma carreira digna e essencial ao bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra. Microfone.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que depois de todas as declarações de voto da oposição ficou claro que a oposição, de uma forma livre e não comprometida com a governação socialista, aprovou estas iniciativas por elas serem da mais elementar justiça. Como também já foi dito aqui, a bancada socialista, fazendo uso da sua força musculada, que eu devo dizer que ao fim de 24 anos de governação socialista já está mais anafada do que musculada, achou que estas iniciativas não eram justas para os técnicos superiores de diagnóstico.

Bom, não é justo um ponto e meio.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Alguém disse isso?

A Oradora: É justo manter técnicos superiores na Administração Pública a progredirem quatro vezes ao longo de uma carreira de 40 anos. É isso aquilo que a bancada socialista considera como justo, que nós não conseguimos entender...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

A Oradora: A Sra. Secretária não pode dizer que não, porque eu não me posso dirigir a si, estou numa declaração de voto.

Deputado Carlos Silva (PS): Nem ao PS!

A Oradora: E fazendo contas, é simples, só podem progredir ao fim de 10 anos. Se têm uma carreira de 40 anos, em média, progrediram quatro vezes. Isto é aritmética simples. Basicamente é o que se está a passar com as carreiras. Na realidade, vamos ter 75% dos técnicos que na reposição vão passar para a base da sua carreira. Pessoas que trabalham há 30 anos que veem jovens a iniciar a carreira e que vão ter uma remuneração superior. Portanto, tudo isto é uma enorme injustiça.

O Parlamento é onde nós devemos discutir as iniciativas, é onde devemos discutir a forma como o Governo usa as verbas que, no fundo, são o dinheiro de todos nós. E se é justo ou se é menos justo.

E a verdade é que por aquilo que se percebeu, hoje, desta discussão, aqui, há uma negociação. Nós vamos continuar sem saber que negociação é essa, porque o Partido Socialista diz que vota contra porque vota a favor de uma negociação muito mais justa. Pois, eu até sou capaz de dar de barato que a negociação é muito mais justa, precisava era de saber o que é que está em cima da mesa nessa negociação. Nós, enquanto Deputados nesta Casa, ficamos sem saber. E os açorianos que nos ouvem e os principais interessados também não sabem qual é que será o resultado dessa negociação.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é uma declaração de voto?

A Oradora: Esta é a democracia que temos. Efetivamente, vivemos numa democracia em que quem nos governa está eleito democraticamente por sufrágio nas urnas. Portanto, resta-nos a nós, não tendo esse peso para tomar decisões, aceitar aquilo que a tal maioria anafada decidiu por nós.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, é para uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP votou favoravelmente as duas iniciativas porque acha da mais elementar justiça as duas iniciativas. Aliás, é mais uma vez provado nesta Câmara, neste Parlamento, que a bancada musculada do Partido Socialista...

Deputada Graça Silveira (Independente): Anafada!

O Orador: ... em nada serve os Açores, os açorianos e, neste caso, os técnicos de diagnóstico e terapêutica. Portanto, está mais do que na hora para que os açorianos retirem esta maioria absoluta que em nada serve para o futuro dos Açores e dos açorianos e, neste caso em concreto, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de, apenas e só, 15 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19h30.

Eram 19 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 38 minutos.

Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. E considerando também o nosso horário, recomeçamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Reforça os direitos de participação no âmbito das iniciativas legislativas dos cidadãos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho - n.º 466/XIV (PAN) - n.º 334/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 29;

Assunto: Programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO - n.º 474/XIV (PSD) - n.º 336/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 03.

2 – Propostas de Lei

Assunto: Aumento das deduções à coleta das despesas com educação e formação, por força da pandemia da COVID-19 – Proceder à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - n.º 50/XIV (ALRAM)
- n.º 335/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 03;

Assunto: Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas - n.º 52/XIV (GOV) - n.º 337/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 24

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 13.

3 - Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o regime jurídico do exercício da atividade profissional da pesca comercial marítima e da autorização, registo e licenciamento dos navios ou embarcações utilizadas na referida atividade – MM – (Reg. DL 374/XXII/2020) - n.º 171/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 30;

Assunto: Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, o Regulamento (UE) n.º 1257/2013, relativo à reciclagem de navios – MM – (Reg. DL 103/XXII/2020) - n.º 172/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 20;

Assunto: Procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais – MAAC - (Reg. DL 341/XXII/2020) - n.º 173/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 31;

Assunto: Estabelece disposições em matéria de eficiência energética, transpondo a Diretiva (UE) 2018/2002 – MAAC – (Reg. DL 424/XXII/2020) - n.º 174/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 20

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 10;

Assunto: Cria o Voltar a Habitar - Programa de apoio à reconversão de alojamento local em habitação acessível, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social - MIH - (Reg. DL 406/XXII/2020) - n.º 177/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 29;

Assunto: Desenvolve as bases do regime jurídico da atividade económica de revelação e de aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional – MAAC – (Reg.º DL 356/XXII/2020 - n.º 178/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 26;

Assunto: Adapta ao progresso técnico as novas definições das unidades de base do sistema Internacional de Unidades, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258 - METD - (Reg. DL 456/XXII/2020) - n.º 179/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 08 – 27;

Assunto: Transpõe a Diretiva (UE) 2019/183, que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos - MTSSS- (Reg. DL 450/XXII/2020) - n.º 181/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 08 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 17;

Assunto: Transpõe diversas diretivas relativas aos veículos em fim de vida e à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico – MAAC - (Reg. DL 470/XXII/2020) - n.º 182/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 08 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 07.

4 – Projetos de Decreto Regulamentar

Assunto: Altera as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica - PCM - (Reg. DR 423/XXII/2020) - n.º 175/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 28;

Assunto: Procede à atualização extraordinária das pensões prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2020 - MTSSS - (Reg. DR 280/XXII/2020) - n.º 180/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 08 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 07.

5 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 67/XI

Assunto: [Desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, de parcela de terreno situada na freguesia de Vila do Porto, ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 05

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 68/XI

Assunto: [Estabelece as compensações a atribuir aos trabalhadores que exercem funções nos matadouros da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 03.

6 - Propostas de Resolução:

N.º 19/XI

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17

Comissão: Economia e todas as Comissões Especializadas Permanentes

Data Limite de Parecer: (Aguarda parecer do Tribunal de Contas)

N.º 20/XI

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2020 – 07 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: (Aguarda parecer do Tribunal de Contas)

7 – Petição:

Assunto: Justiça e equidade para os TSDT Açores – n.º 52/XI

Proveniência: Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 14;

Assunto: Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo – n.º 53/XI

Proveniência: Juntas de Freguesia de Santo Antão e do Topo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão.

8 - Requerimentos:

Assunto: [Nove meses depois do primeiro alerta a dívida da SATA às Corporações coloca em risco o pagamento de salários aos Bombeiros da Madalena, Velas e Graciosa](#)

Autores: Carlos Ferreira, João Bruto da Costa, Marco Costa e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 968/XI;

Assunto: [Abertura do balcão da Segurança Social, localizado na Casa do povo de Rabo de Peixe](#)

Autor: Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 10

Referência: 54.03.02 – N.º 969/XI;

Assunto: [Condições laborais na Atlânticoline](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.04.00 – N.º 970/XI;

Assunto: [Construção da nova Fábrica da COFACO na ilha do Pico](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.04.06 – N.º 971/XI;

Assunto: [Tanque da Levada na ilha do Faial](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.04.07 – N.º 972/XI;

Assunto: [Falta de especialistas na USI do Pico](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.04.06 – N.º 973/XI;

Assunto: [Obras no Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.04.06 – N.º 974/XI;

Assunto: [Plano Regional de Emprego](#)

Autor: Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13

Referência: 54.01.00 – N.º 975/XI;

Assunto: [Atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Competir+ de 2019 e 2020](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 976/XI;

Assunto: [Proteção costeira na Fajã de João Dias, na ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 16

Referência: 54.01.05 – N.º 977/XI;

Assunto: [Avaria da grua do porto de Ponta Delgada. na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 978/XI;

Assunto: [Limpeza de resíduos - Porto das Lajes das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 979/XI;

Assunto: [Reserva Florestal de Recreio Luís Paulo Camacho](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 20

Referência: 54.04.08 – N.º 980/XI;

Assunto: [Angra do Heroísmo com apenas uma tripulação de ambulância em período noturno](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro, César Toste e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 20

Referência: 54.03.03 – N.º 981/XI;

Assunto: [Quando entra em funcionamento a Escola do Mar?](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 982/XI;

Assunto: [Canis municipais](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Referência: 54.04.00 – N.º 983/XI;

Assunto: [Reservas florestais](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Referência: 54.04.00 – N.º 984/XI;

Assunto: [Dois meses depois da aprovação o “apoio de emergência” às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores para fazer face às contingências da pandemia está por cumprir](#)

Autores: Carlos Ferreira, Bruno Belo e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 985/XI;

Assunto: [“Azores Rallye” em risco](#)

Autores: Joaquim Machado e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 986/XI;

Assunto: [Não podemos ficar prejudicados por falta de disponibilidade de transporte de viaturas nas viagens entre as ilhas do Grupo central](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 987/XI;

Assunto: [Juntas médicas](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 24

Referência: 54.04.00 – N.º 988/XI;

Assunto: [Recursos humanos das unidades de saúde de ilha do Serviço Regional de Saúde](#)

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 989/XI;

Assunto: [Encerramento da Comissão da Dissuasão da Toxicodependência de Ponta Delgada](#)

Autores: Carlos Ferreira, Jaime Vieira e Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 30

Referência: 54.03.02 – N.º 990/XI;

Assunto: [“Vale saúde”](#)

Autora: Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 31

Referência: 54.03.03 – N.º 991/XI;

Assunto: [Falta de água à lavoura](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 31

Referência: 54.03.05 – N.º 992/XI;

Assunto: [É urgente fazer o transporte da máquina adquirida para os trabalhos de manutenção da lagoa da Caldeira de Santo Cristo para a referida Fajã](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 993/XI;

Assunto: [Reparação da grua de varagem do porto das Poças, em Santa Cruz das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 04

Referência: 54.04.08 – N.º 994/XI;

Assunto: [Governo Regional não pode responsabilizar pais e encarregados de educação por falta de computadores no ensino à distância](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 995/XI;

Assunto: [Aquário de Porto Pim](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 05

Referência: 54.04.07 – N.º 996/XI;

Assunto: [Casas da Junta Geral ou antigas Casas da Batata](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 05

Referência: 54.04.07 – N.º 997/XI;

Assunto: [Urgência na resolução dos processos pendentes de habitações danificadas pelo Furacão Lorenzo](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 998/XI;

Assunto: [A regularização de precários na Administração Pública tem de ser justa para todos](#)

Autores: Bruno Belo e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 999/XI;

Assunto: [Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e da Fajã dos Tijolos](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 21

Referência: 54.01.05 – N.º 1000/XI;

Assunto: [Foca-da-Gronelândia](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 25

Referência: 54.04.00 – N.º 1001/XI;

Assunto: [Concurso para preencher duas vagas de enfermagem na ilha Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 28

Referência: 54.03.04 – N.º 1002/XI;

Assunto: [Contrato Aquário de Porto Pim](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 31

Referência: 54.04.07 – N.º 1003/XI;

Assunto: [Prolongamento e consolidação da operação da “Linha Branca” da Atlânticoline](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 08 – 31

Referência: 54.03.04 – N.º 1004/XI;

Assunto: [Reforço de funcionários não docentes na EBI da Horta é imprescindível no contexto de pandemia](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.03.07 – N.º 1005/XI;

Assunto: [Construção da Gare Marítima de Passageiros no Porto Comercial da Praia da Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.03.04 – N.º 1006/XI.

9 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Ilha de São Jorge fora da proposta para a reconversão de explorações de produção de leite em carne](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 15

Referência: 54.01.05 – N.º 882/XI;

Assunto: [Regras de utilização e de ordenamento das áreas terrestre e marítimas dos portos de pesca da ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 15

Referência: 54.03.04 – N.º 917/XI;

Assunto: [Tanque da Levada na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 21

Referência: 54.04.07 – N.º 972/XI;

Assunto: [Bairro da Terra Chã](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 28

Referência: 54.04.03 – N.º 903/XI;

Assunto: [Linha de crédito nacional ao setor das pescas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 918/XI;

Assunto: [Construção das novas instalações do serviço de ambiente e do parque natural da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 914/XI;

Assunto: [Novo matadouro da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.04.05 – N.º 940/XI;

Assunto: [Eletrificação do Caminho do Bacelo - Criação Velha \(Fornecimento de Energia Elétrica às Explorações Agrícolas\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.03.06 – N.º 952/XI;

Assunto: [Para quando a implementação da prometida campanha conjunta de controlo integrado de roedores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 959/XI;

Assunto: [Encerramento da LACTICORVO](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 960/XI;

Assunto: [Construção da nova Fábrica da COFACO na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.04.06 – N.º 971/XI;

Assunto: [Reserva Florestal de Recreio Luís Paulo Camacho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.04.08 – N.º 980/XI;

Assunto: [Canis municipais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.04.00 – N.º 983/XI;

Assunto: [Reservas florestais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 06

Referência: 54.04.00 – N.º 984/XI;

Assunto: [Avaliação de segurança da zona da Lajinha \(Faial\) após a passagem do furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.03.07 – N.º 803/XI;

Assunto: [Manutenção dos Trilhos, ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.04.07 – N.º 908/XI;

Assunto: [Falta de resposta do Governo sobre a avaliação de segurança da zona da Lajinha \(Faial\) após a passagem do furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.03.07 – N.º 927/XI;

Assunto: [EBI da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.04.07 – N.º 929/XI;

Assunto: [Orla costeira da Lajinha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.04.07 – N.º 932/XI;

Assunto: [Porto Afonso](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 10

Referência: 54.04.04 – N.º 948/XI;

Assunto: [Reparação, recuperação e restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 890/XI;

Assunto: [Material informático para a EBI do Topo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 11

Referência: 54.04.05 – N.º 941/XI;

Assunto: [Deslocação de utentes do Pico ao Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.03.06 – N.º 878/XI;

Assunto: [Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.03.06 – N.º 922/XI;

Assunto: [Necessidade de professores de apoio para a Escola Básica Integrada da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 924/XI;

Assunto: [Manutenção da nova escola da Calheta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.04.05 – N.º 942/XI;

Assunto: [Obras no Centro de Saúde das Velas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.04.05 – N.º 944/XI;

Assunto: [Abertura do Balcão da Segurança Social, localizado na Casa do Povo de Rabo de Peixe](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.03.02 – N.º 969/XI;

Assunto: [Falta de água à lavoura](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 12

Referência: 54.03.05 – N.º 992/XI;

Assunto: [Saúde mental nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 13

Referência: 54.04.00 – N.º 889/XI;

Assunto: [Reabertura dos ginásios na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 894/XI;

Assunto: [Realização de teste diagnóstico ao coronavírus \(SARS-COV-2\) para os residentes que se deslocam do território continental para a Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 895/XI;

Assunto: [Florentinos necessitam de melhores acessos aos cuidados de saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 13

Referência: 54.03.08 – N.º 921/XI;

Assunto: [Proteção costeira na Fajã de João Dias, na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 13

Referência: 54.01.05 – N.º 977/XI;

Assunto: [Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 14

Referência: 54.04.07 – N.º 930/XI;

Assunto: [Programas ocupacionais na saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 14

Referência: 54.04.00 – N.º 936/XI;

Assunto: [Investimento e modernização da Empresa Conserveira Santa Catarina](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 17

Referência: 54.04.05 – N.º 943/XI;

Assunto: [Avaria da Grua do Porto de Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 978/XI;

Assunto: [Remoção de resíduos e vegetação do recinto da antiga britadeira no Lugar do Cascalho, em Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 18

Referência: 54.04.08 – N.º 888/XI;

Assunto: [Porto do Comprido continua sem condições adequadas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 954/XI;

Assunto: [Dois meses depois da aprovação o “Apoio de Emergência” às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores para fazer face às contingências da pandemia está por cumprir](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 985/XI;

Assunto: [COVID-19 – Serviço de atendimento permanente na USIP](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 24

Referência: 54.03.06 – N.º 879/XI;

Assunto: [Verba para Baía de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 24

Referência: 54.04.07 – N.º 933/XI;

Assunto: [Falta de licenças de pesca para jovens na ilha de S. Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 24

Referência: 54.01.05 – N.º 953/XI;

Assunto: [Obras no Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 24

Referência: 54.04.06 – N.º 974/XI;

Assunto: [Angra do Heroísmo com apenas uma tripulação de ambulância em período noturno](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 24

Referência: 54.03.03 – N.º 981/XI;

Assunto: [Quando é que a Lancha “ARIEL” retoma a sua atividade?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 915/XI;

Assunto: [Lixeira a céu aberto na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 28

Referência: 54.04.08 – N.º 896/XI;

Assunto: [Lay-off no Ensino Privado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 28

Referência: 54.04.00 – N.º 897/XI;

Assunto: [Obras de requalificação da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 28

Referência: 54.03.06 – N.º 926/XI;

Assunto: [Aquário de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 28

Referência: 54.04.07 – N.º 996/XI;

Assunto: [Laboratório COVID-19 no Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 08 – 31

Referência: 54.04.07 – N.º 931/XI;

Assunto: [Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e da Fajã dos Tijolos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 01

Referência: 54.01.05 – N.º 1000/XI;

Assunto: [Centro de Atividades Ocupacionais \(CAO\) da Santa Casa da Misericórdia da Horta necessita de novas instalações](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.03.07 – N.º 820/XI;

Assunto: [Atrasos verificados no serviço de distribuição e entrega de correio nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.01.00 – N.º 871/XI;

Assunto: [Antiga lixeira de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 893/XI;

Assunto: [Rampa “Ro-Ro” no atraso Porto de Pipas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.03 – N.º 905/XI;

Assunto: [Voo direto Lisboa-Santa Maria-Lisboa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.03.01 – N.º 910/XI;

Assunto: [Acesso ao Aquário de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.07 – N.º 928/XI;

Assunto: [Falta de cobertura da rede de fibra ótica na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.01.05 – N.º 934/XI;

Assunto: [Obras de conservação na ER 3, que liga a Urzelina ao Norte Grande na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.05 – N.º 938/XI;

Assunto: [O desastre da gestão relacionada com a reparação da embarcação “ARIEL”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 945/XI;

Assunto: [Reparação da Aerogare da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.04 – N.º 949/XI;

Assunto: [Manutenção dos trilhos oficiais da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.04 – N.º 950/XI;

Assunto: [Clube Naval da Madalena \(rampa de acesso ao mar e acesso às instalações\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 951/XI;

Assunto: [Construção da Aerogare do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 962/XI;

Assunto: [O Projeto Corvo Digital deixou de funcionar 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 964/XI;

Assunto: [Condições laborais na Atlânticoline](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.00 – N.º 970/XI;

Assunto: [Plano Regional de Emprego](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.01.00 – N.º 975/XI;

Assunto: [Limpeza de resíduos – Porto das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 979/XI;

Assunto: [Não podemos ficar prejudicados por falta de disponibilidade de transporte de viaturas nas viagens entre as ilhas do grupo central](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 02

Referência: 54.01.00 – N.º 987/XI;

Assunto: [Abertura da Escola do Mar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.04.07 – N.º 906/XI;

Assunto: [Mamarracho na freguesia dos Cedros, nas Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.04.08 – N.º 920/XI;

Assunto: [Operacionalidade e reordenamento no Porto da Calheta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 923/XI;

Assunto: [Falta de manutenção e reabilitação na Estrada Regional n.º 3-2.^a Transversal, na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 925/XI;

Assunto: [Ordenamento e operacionalidade do Porto e Cais da Calheta, na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.04.05 – N.º 939/XI;

Assunto: [O péssimo serviço prestado pelos CTT na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.07.00 – N.º 955/XI;

Assunto: [Quando entra em funcionamento a Escola do Mar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 982/XI;

Assunto: [Encerramento da Comissão da Dissuasão da Toxicodependência de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.03.02 – N.º 990/XI;

Assunto: [Casas da Junta Geral ou antigas Casas da Batata](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03

Referência: 54.04.07 – N.º 997/XI;

Assunto: [Modelo de Evacuações aéreas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.04.00 – N.º 742/XI;

Assunto: [Entreposto Gás natural liquefeito \(GNL\) no Porto da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.04.03 – N.º 902/XI;

Assunto: [Derrame do Pipeline do Cabrito, ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.04.03 – N.º 904/XI;

Assunto: [Para quando a intervenção no acesso ao Monte da Guia e à Praia de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.03.07 – N.º 911/XI;

Assunto: [Programa da Cidadania e Autonomia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.07.00 – N.º 957/XI;

Assunto: [Aquisição de um caminhão com “Ampliroll” para o Centro de Processamento de resíduos do Corvo, de forma a garantir o transporte de resíduos em contentores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 961/XI;

Assunto: [Projeto da “Casa dos Pássaros”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 966/XI;

Assunto: [A regularização de precários na Administração Pública tem de ser justa para todos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 999/XI;

Assunto: [Foca-da-Gronelândia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04

Referência: 54.04.00 – N.º 1001/XI;

Assunto: [Relações contratuais existentes entre o Governo Regional e as Empresas do Setor Público Empresarial Regional com as Empresas de Segurança Privada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 965/XI;

Assunto: [Falta de especialistas na USI do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.04.06 – N.º 973/XI;

Assunto: [Juntas Médicas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.04.00 – N.º 988/XI.

10 - Comunicações/Informações:

Assunto: Email a interceder uma negociação com o Governo Regional da aplicação do descongelamento de progressão na carreira de Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica

Proveniência: Direções Sindicais do SNTSSADT, SFP, SINTAP E SINDITE

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08;

Assunto: Ofício a informar o descontentamento com a cobertura de fibra nas freguesias de Santo Antão e do Topo

Proveniência: Paula Cristina Brasil Borges e Lisandro Manuel da Silveira Bettencourt, presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Antão e do Topo, respetivamente

Data de Entrada: 2020 – 07 – 09;

Assunto: Comunicado recebido por email da Ordem dos Engenheiros Técnicos sobre o ataque informático ao portal das matrículas

Proveniência: Isabel Velasco, Gabinete do Bastonário da OET

Data de Entrada: 2020 – 07 – 10;

Assunto: Ofício a remeter Relatório de Execução Financeira relativo ao 1.º trimestre de 2020 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2020 – 07 – 10;

Assunto: Ofício a agradecer os dois Votos de Congratulação aprovados no plenário de julho, respeitantes aos 500 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia da Horta

Proveniência: Maria Cristina Azevedo Abrantes, Provedora

Data de Entrada: 2020 – 07 – 16;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 09/2020, Evolução Orçamental das Administrações Públicas até março de 2020

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 07– 16;

Assunto: Ofício a informar que foram enviados para publicação no Diário da República os Decretos Legislativos n.ºs 10-13/2020

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17;

Assunto: Email a solicitar apoio do Parlamento Regional à Petição Pública 634/XIII/4.^a - Alteração legislativa à Lei do Seguro Social Voluntário, com vista à inclusão dos portugueses na diáspora no Sistema de Segurança Social

Proveniência: Felipe Pereira

Data de Entrada: 2020 – 07– 21;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 10/2020 – “Evolução Orçamental do Serviço Nacional de Saúde 2016-2019”.

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 07– 21;

Assunto: Remessa de relatório aprovado: Relatório n.º 02/2020 – FC/SRATC (Ação n.º 19-202FC1) –Auditoria “Sujeição a fiscalização prévia dos contratos celebrados pela Associação Turismo dos Açores (ATA);

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 07 - 21;

Assunto: Email a comunicar que o CESA promove encontro com os Presidentes do Conselho Económico e Social e Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira

Proveniência: Gualter Furtado – Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 07– 23;

Assunto: Email a comunicar que a Comissão Coordenadora do CESA considera muito importante a Nova Lei do Mar

Proveniência: Gualter Furtado – Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 07– 24;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação aprovado no plenário de julho, “Associação de Juventude de Candelária pelo seu 25.º aniversário”

Proveniência: Nélia Patrícia Cabral Viveiros - Presidente

Data de Entrada: 2020 – 07– 27;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução da ALRAA n.º 34/2020 – “Pronúncia por iniciativa própria pelo cumprimento das medidas previstas para os Açores no Orçamento do Estado para 2020”

Proveniência: Francisco André, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2020 – 07 – 28;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação pelos 500 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia da Horta

Proveniência: Dr. Manuel de Lemos, Presidente do Secretariado Nacional da U. M. P.

Data de Entrada: 2020 – 07– 29;

Assunto: Ofício ref.^a 50017708 do Ministério Público, Procuradoria da República da Comarca dos Açores, Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Santa Cruz das Flores a informar a desistência solicitada através do ofício ref.^a 49798867, de 16 de junho de 2020

Proveniência: António José Correia Lopes, Escrivão de Direito, por ordem da Excelentíssima Procuradora da República

Data de Entrada: 2020 – 08– 03;

Assunto: Ofício Gp1212-XI do CDS-PP, a solicitar o agendamento de uma Interpelação ao Governo Regional sobre a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar

Data de Entrada: 2020 – 08– 11;

Assunto: Ofício Gp1213-XI do CDS-PP, a solicitar o aditamento de uma pergunta ao Requerimento n.º 993/XI – “É urgente fazer o transporte da máquina adquirida para os trabalhos de manutenção da lagoa da Caldeira de Santo Cristo para a referida Fajã”

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 08– 11;

Assunto: Relatório de Atividades do ano de 2019 – Gabinete do Provedor do Utente da Saúde

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2020 – 08– 12;

Assunto: Correspondência particular sobre cidadãos portugueses retidos nos Estados Unidos

Proveniência: Renato Andrade Moniz

Data de Entrada: 2020 – 08– 17;

Assunto: Ofício XIV-1167/GPAR-ab, a informar que Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa devolveu à Assembleia da República sem promulgação o Decreto 59/XIV

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 08– 18;

Assunto: Informação, por correio eletrónico, sobre o plenário do CESA que se realiza a 1 de setembro de 2020, com especial realce para a reflexão com o CES Nacional, o RA da Madeira e o da União Europeia sobre a concertação social e económica

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do CESA

Data de Entrada: 2020 – 08– 25;

Assunto: Ofício 407 RPPCP/XI/2020, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas orais exclusivamente referentes ao conteúdo dos Requerimentos n.ºs 905/XI, 904/XI, 902/XI e 901/XI, não respondidos no prazo legal pelo Governo

Proveniência: João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2020 – 08– 27;

Assunto: Ofício 408 RPPCP/XI/2020, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas orais exclusivamente referentes ao conteúdo dos Requerimentos n.ºs 897/XI, 891/XI e 906/XI, não respondidos no prazo legal pelo Governo

Proveniência: João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2020 – 08– 27;

Assunto: Ofício 409 RPPCP/XI/2020, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas orais exclusivamente referentes ao conteúdo dos Requerimentos n.ºs 893/XI e 896/XI, não respondidos no prazo legal pelo Governo

Proveniência: João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2020 – 08– 27;

Assunto: Correspondência particular sobre Covid-19 - Tribunal volta a ordenar libertação de passageiros em quarentena nos Açores

Proveniência: Manuel Peñascoso

Data de Entrada: 2020 – 08– 31;

Assunto: Ofício Ref.^a 90, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao

conteúdo do requerimento 945/XI, não respondido no prazo legal pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 08– 31;

Assunto: Ofício Ref.^a 90, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 946/XI, não respondido no prazo legal pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 08– 31;

Assunto: Ofício Ref.^a 90, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 947/XI, não respondido no prazo legal pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 08– 31;

Assunto: Ofício Ref.^a 45/020/FS, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com pedido de resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 636/XI, não respondido no prazo legal pelo Governo Regional

Proveniência: Luís Maurício, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 09– 01;

Assunto: Ofício Ref.^a 41 a informar que foram enviados para publicação em Diário da República, devidamente assinados, os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 5,6,7,14,15,16,17 e 18/2020.

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 09– 01;

Assunto: Ofício Ref.^a 43 a informar que foi enviado para publicação em Diário da República, devidamente assinado, o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2020.

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 09– 01;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI – “Segunda alteração ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril”

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 09– 03;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento potestativo na agenda do período legislativo de setembro do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho”

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 09– 03;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento potestativo na agenda do período legislativo de setembro do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – “Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato”

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 09– 03;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 11/2020 – “Evolução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações até junho de 2020”.

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 09– 03;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento potestativo na agenda do período legislativo de setembro do Projeto de Resolução n.º 162/XI – “Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial”

Proveniência: Luís Maurício, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 09– 04;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do pedido de agendamento na agenda do período legislativo de setembro de Interpelação ao Governo Regional

Proveniência: Artur Lima, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 09– 04;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento na agenda do período legislativo de setembro de um debate de urgência com o seguinte tema: “Funcionamento do Serviço Regional de Saúde”

Proveniência: Luís Maurício, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 09– 04;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento na agenda do período legislativo de setembro de um debate de urgência com o seguinte tema: “Transportes e Acessibilidades”

Proveniência: Artur Lima, Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 09– 04;

11 - Relatórios:

Assunto: [De Atividades n.º 7/2020, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 38/XIV/1.^a – \(ALRAA\) – Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de](#)

[31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 17;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Cristina Moniz do Couto](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03;

Assunto: [Sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do deputado João Paulo Valadão Corvelo para inquirição na qualidade de testemunha no âmbito do processo comum \(Tribunal Singular\) com o n.º 84/19.8PBSCF](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 09 – 03;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 436/XIV \(PCP\) – Aprova a Orgânica da Polícia Marítima](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 07 – 10;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/XI – Estabelece as compensações a atribuir aos trabalhadores que exercem funções nos matadouros da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 246/XI – Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 247/XI – Processo de descongelamento da Carreira de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 09 – 04;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07;

Assunto: [Artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07;

Assunto: [Sobre a Audição n.º 165/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Estabelece regras de segurança aplicáveis a navios de passageiros, regras de tratamento de dados das pessoas que neles viajam e cria um sistema de inspeções relativo a outras embarcações, transpondo a Diretiva \(UE\) 2017/2108, a Diretiva \(UE\) 2017/2109 e a Diretiva \(UE\) 2017/2110 - MIH – \(Reg. DL 225/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13;

Assunto: [Sobre a Audição n.º 166/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que Transpõe diversas diretivas e garante o cumprimento de obrigações decorrentes de Regulamentos europeus no domínio da fitossanidade - MA \(Reg. DL 244/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13;

Assunto: [Sobre a Audição n.º 169/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição da Diretiva 2019/692 – MAAC - \(Reg. DL 336/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 13;

Assunto: [Sobre a Audição n.º 167/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que Assegura a execução e garante o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) n.º 2016/2031, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e do Regulamento \(UE\) n.º 2017/625, relativo aos controlos oficiais, no domínio das medidas de proteção contra pragas dos vegetais - MA - \(Reg. DL 344/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 16;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 39/XIV \(GOV\) – Autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Diretiva \(EU\) 2019/1258](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 23;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 474/XIV \(PSD\) – Programa especial de apoio aos ex-trabalhadores da COFACO](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 27;

Assunto: [Sobre a Audição n.º 175 GR - Projeto de Decreto Regulamentar que altera as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica – PCM – \(Reg. DR 423/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 30;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 226/XI \(PSD\) – “Desligamento”
garantir os apoios ao rendimento desligados da produção](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 31;

Assunto: [Sobre a Audição 174/XI GR - Projeto de Decreto-Lei que
estabelece disposições em matéria de eficiência energética, transpondo a
Diretiva \(UE\) 2018/2002 – MAAC – \(Reg. DL 424/XXII/2020\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 08 – 31;

Assunto: [Do Grupo de Trabalho Furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 09 – 01;

14 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 141, bem como a Separata n.º 21.

O redator, André Silva